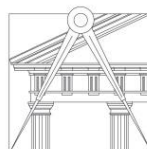




UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Coesão Territorial à escala da freguesia:

O caso de Marvila

Ana Margarida Gonçalves Coelho Torres Centeno
(Licenciada em Estudos Arquitectónicos)

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

Orientação Científica: Prof. Dr. Luís Sanchez de Carvalho
Prof. Dr. Alberto Flávio Monteiro Lopes

Lisboa, FAUL, Outubro de 2018

Resumo

Este trabalho tem como objectivo a utilização do conceito de Coesão Territorial como ferramenta de prospecção para intervenções à escala da freguesia, tendo por base estudos aplicados a outras escalas territoriais. Em particular, este trabalho examina a relevância do conceito, contextualizando-o e caracterizando-o, e aborda as suas principais dimensões.

Paralelamente, é usado o território da Freguesia de Marvila como caso de estudo, incidindo sobre acontecimentos históricos com impacto económico, social, urbanístico, político, etc.

Este trabalho propõe ainda um modelo de análise que visa medir o nível de coesão territorial da freguesia face ao município onde está inserida, de modo a expor efectivamente as necessidades mais prementes na persecução da coesão territorial.

Número de palavras

| 111

Palavras-chave

| Coesão territorial

| Governança / Cooperação

| Indicadores

| Freguesia

| Marvila

Abstract

This work aims to use the concept of Territorial Cohesion as a prospective tool for interventions at the parish level, based on studies applied to other territorial scales. In particular, this work examines the relevance of the concept, contextualizing it and characterizing it, and addresses its main dimensions.

In parallel, the territory of the Parish of Marvila is used as a case study, focusing on historical events with economic, social, urban, political, etc., impact.

This work also proposes a model of analysis that aims to measure the level of territorial cohesion of the parish vis-a-vis the municipality where it is inserted, in order to effectively expose the most pressing needs in the pursuit of territorial cohesion.

Number of words

| 116

Key-words

| Territorial Cohesion

| Governance / Cooperation

| Indicators

| Parish

| Marvila

Agradecimentos

Ao Professor Luís Carvalho; por me dar o espaço necessário à realização deste trabalho, pelas inúmeras discussões que o aprimoraram e pelo incansável auxílio que sempre demonstrou.

Ao Professor Flávio Lopes; pela argúcia e exactidão no entendimento do trabalho, pelos apontamentos cruciais que o moldaram e pela incansável disponibilidade, qualidades sem as quais teriam feito a caminhada mais longa e menos bonita.

A ambos agradeço a dedicação e preocupação que demonstraram e depositaram em mim e no trabalho.

Ao Professor David Vale e ao Professor Jorge Ribeiro, pela ajuda prestada.

Aos meus pais, que desde 1994, me proporcionam o que de melhor o mundo tem.

Ao meu irmão; sem ele, a minha vida não seria tão feliz.

Ao meu avô João, onde fui buscar muitas forças para acabar este trabalho.

Ao Francisco; pelo companheirismo, pela amizade, pela paciência, pelo amor. Por tudo.

_Índice geral

_Resumo	III
_Abstract	V
_Agradecimentos	VII
_Índice de figuras	XI
_Índice de tabelas	XVII
_Índice de gráficos	XXI
_Lista de acrónimos e abreviaturas	XXV
1_Introdução	27
1.1_Âmbito, tema e objectivos	27
1.2_Metodologia e estrutura do trabalho	33
2_Coesão Territorial	37
2.1_Estado da arte	37
2.2_Indicadores	55
3_Marvila	63
3.1_Portugal no século XIX - precedentes históricos enquadramentos da evolução histórica e urbanística do território de Marvila	63
3.2_Marvila no século XX - evolução histórica e urbanística do território de Marvila	71
3.3_Marvila no século XXI	83

4_ Coesão Territorial no território de Marvila	101
4.1_ Dimensão Socioeconómica	103
4.2_ Dimensão Governança / Cooperação	119
4.3_ Dimensão Ambiental / Sustentável	129
4.4_ Dimensão Policentrismo	137
4.5_ Coesão Territorial	149
5_ Limitações, considerações finais e recomendações	153
_Bibliografia	163
_Anexos	167

Índice de Figuras

Fig. 1 Caminho do Oriente, Beato, Lisboa Oriental Fonte: Comissariado da exposição mundial de Lisboa de 1998, Caminho do Oriente.	27
Fig. 2 Vista aérea da frente ribeirinha lisboeta Fonte: Dados do mapa ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional; Ana Margarida Centeno, 2018	29
Fig. 3 Vista aérea da freguesia de Marvila e envolvente Fonte: Dados do mapa ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional; Ana Margarida Centeno, 2018	29
Fig. 4 Ministro dos Negócios Estrangeiros, Robert Schuman, discursando: lançamento do plano Schuman, 9 de Maio de 1950: salão de l'Horloge, Quai d'Orsay Fonte: http://www.snpcultura.org/robert_schuman.html , consultado a 28/09/2018	38
Fig. 5 Dimensões da coesão territorial Fonte: Medeiros, 2016	46
Fig. 6 Policentrismo: dois aspectos complementares - Morfologia e Relacionamento Fonte: ESPON3; Ana Margarida Centeno, 2018	52
Fig. 7 Policentrismo: dois processos principais - Policentrismo institucional e Policentrismo estrutural Fonte: ESPON3; Ana Margarida Centeno, 2018	53
Fig. 8 Policentrismo: escalas territoriais diferentes - Conectividade e Proximidade espacial Fonte: ESPON3; Ana Margarida Centeno, 2018	54

Fig. 9 | Ortofotomapa representativo da Freguesia de Marvila no contexto do município de Lisboa | Fonte: Dados do mapa ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional; Ana Margarida Centeno, 2018 63

Fig. 10 | Pintura de Veloso Salgado; Passos Manuel, no Palácio das Necessidades, durante os trabalhos das Cortes de 1821, que aprovariam a 1ª Constituição Portuguesa | Fonte: <https://acervo.publico.pt/40-anos-da-constituicao/o-que-mudou>, consultado a 01/10/2018 66

Fig. 11 | Inauguração, a 28 de Outubro de 1856, da primeira linha de caminho-de-ferro em Portugal; aguarela de Alfredo Roque Gameiro | Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Regenera%C3%A7%C3%A3o_\(hist%C3%B3ria\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Regenera%C3%A7%C3%A3o_(hist%C3%B3ria)), consultado a 01/10/2018 68

Fig. 12 | Lisboa em meados do século XIX. Concelho e freguesias em 1864 | Fonte: Alves, Daniel R., *Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX*. Lisboa, 2011; trabalhada por Ana Margarida Centeno, 2018 71

Fig. 13 | Lisboa no final do século XIX. Concelho e freguesias em 1886 | Fonte: Alves, Daniel R., *Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX*. Lisboa, 2011; trabalhada por Ana Margarida Centeno, 2018 71

Fig. 14 | Lisboa no final do século XIX. Concelho e freguesias em 1895 | Fonte: Alves, Daniel R., *Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX*. Lisboa, 2011; trabalhada por Ana Margarida Centeno, 2018 71

Fig. 15 | Planta de localização do Convento de S. Félix e Sto. Adrião de Chelas e da sua envolvente na cidade de Lisboa; Planta da cidade de Lisboa por Filipe Folque, 1871 | Fonte:

<https://www.pinterest.com/pin/554927985329985803/>, consultado a 7/05/2018 73

Fig. 16 | Evolução do Convento de S. Félix e Sto. Adrião de Chelas e da sua envolvente | Fonte: Turma 5ºB do ano lectivo 2017/2018, FAUL, Lisboa 73

Fig. 17 | Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, Étienne De Gröer, 1948 | Fonte: CML, <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano>, consultado a 20/08/2018 75

Fig. 18 | Excertos de plantas do PGUEL, 1948 | Fonte: CML, <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano>, consultado a 20/08/2018 75

Fig. 19 | Excertos de plantas do PGUEL e do PDUL | Fonte: CML, <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano>, consultado a 20/08/2018 76

Fig. 20 | Excertos de plantas do PGUL | Fonte: CML, <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano>, consultado a 20/08/2018 78

Fig. 21 | Modelo de Ordenamento Urbano; PDM 1994 | Fonte: CML, <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano>, consultado a 20/08/2018 79

Fig. 22 | Mapa parcial do município de Lisboa demonstrativo da freguesia de Marvila e suas freguesias confinantes | Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_freguesias_de_Lisboa, consultado a 20/08/2018 83

Fig. 23 | Planta de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária da Freguesia de Marvila à data do PDM de Lisboa - 2012 | Fonte: <http://lx1.cm-lisboa.pt/lx1/>, consultado a 24/10/2018 84

Fig. 24 Contraste de traçado de rua - Av. Da Ucrânia e Azinhaga dos Alfinetes Fonte: Dados do mapa ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional	89
Fig. 25 Parque Vale do Fundão e Parque da Bela Vista Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento	90
Fig. 26 Ortofotomapas da freguesia de Marvila demonstrativos do traçado do tecido urbano, com planta de contraste Fonte: Dados do mapa ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional	91
Fig. 27 Edifício “Pantera cor-de-rosa”, Bairro dos Lóios Fonte: http://lisboasos.blogspot.com/2009/03/um-grelhador-em-marvila.html , consultado a 29/09/2018	91
Fig. 28 Mapa parcial da freguesia de Marvila representativo dos seus bairros Fonte: Turma 5ºB, ano lectivo 2017/2018, FAUL	93
Fig. 29 Fotografia aérea do Bairro dos Alfinetes e Bairro das Salgadas Fonte: ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional	94
Fig. 30 Fotografia aérea do Bairro do Condado Fonte: ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional	95
Fig. 31 Fotografia aérea do Bairro dos Lóios Fonte: ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional	96
Fig. 32 Fotografia aérea do Bairro das Amendoeiras Fonte: ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional	97
Fig. 33 Fotografia aérea do Bairro da Flamengo Fonte: ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional	98
Fig. 34 Fotografia aérea do Bairro do Armador Fonte: ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional	99

Fig. 35 Dimensão Socioeconómica na Coesão Territorial Fonte: Medeiros, 2016; Ana Margarida Centeno, 2018	103
Fig. 36 Rua José do Patrocínio, Marvila, Lisboa Fonte: ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional	105
Fig. 37 Instalações básicas - água, retrete e banho Fonte: http://zenshmen.com/2014/03/how-to-stage-an-old-bathroom.html/ , consultado a 06/10/2018	107
Fig. 38 Aluno a escrever; sala de aula Fonte: https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/08/09/como-parar-de-enrolar-e-estudar-especialistas-dao-sete-dicas.htm , consultado a 06/10/2018	109
Fig. 39 Alunos que concluíram um curso superior Fonte: AFP/Getty Images; https://observador.pt/2018/07/18/ha-50-mil-vagas-para-o-ensino-superior-engenharia-esta-a-frente-em-lugares-e-medias/ , consultado a 06/10/2018	111
Fig. 40 Instituto do Emprego e Formação Profissional Fonte: https://www.radiopax.com/iefp-tem-14-milhoes-de-euros-para-contratacao-no-alentejo/ , consultado a 6/10/2018	113
Fig. 41 Segurança Social Fonte: https://funchalnoticias.net/2018/02/21/rendimento-social-de-insercao-passa-a-ser-de-18668e/ , consultado a 6/10/2018	115
Fig. 42 Dimensão Governança / Cooperação na Coesão Territorial Fonte: Medeiros, 2016; Ana Margarida Centeno, 2018	119
Fig. 43 Votação Fonte: http://www.jornaln.pt/local/freguesias/jovem-trissomia-21-impedida-votar-souto/ , consultado a 6/10/2018	121
Fig. 44 Alojamentos Fonte: http://www.culturalusa.net/news/economia/faltam-mais-de-70-mil-	

casas-em-portugal-para-atenuar-problema-da-habitacao/, consultado a 6/10/2018 123

Fig. 45 | Edifício sem sistema de recolha de resíduos urbanos | Fonte: <https://radioregional.pt/lisboa-quer-responsabilizar-os-moradores-pelo-lixo-na-rua/lisboa-quer-responsabilizar-os-moradores-pelo-lixo-na-rua-2/>, consultado a 6/10/2018 125

Fig. 46 | Dimensão Ambiental / Sustentável na Coesão Territorial | Fonte: Medeiros, 2016; Ana Margarida Centeno, 2018 129

Fig. 47 | Trânsito | Fonte: <https://revistacargo.pt/c-roads-veiculos-autonomos-portugal-2019/>, consultado a 13/10/2018 131

Fig. 48 | Dimensão Policentrismo na Coesão Territorial | Fonte: Medeiros, 2016; Ana Margarida Centeno, 2018 137

Fig. 49 | Alojamentos sobrelotados | Fonte: <http://tempohistorias.blogspot.com/2015/05/as-vilas-operarias.html>, consultado a 14/10/2018 139

Fig. 50 | Densidade | Fonte: http://www.espacocidade.com/index.php?id_page=4&id_obra=20&img=4, consultado a 14/10/2018 141

Fig. 51 | Arquivo Geral do Exército: Antigo Convento de São Félix e Santo Adrião de Chelas | Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_de_Chelas, consultado a 14/10/2018 143

Fig. 52 | Movimentos pendulares | Fonte: <https://alunosonline.uol.com.br/geografia/migracao-pendular.html>, consultado a 14/10/2018 145

Índice de Tabelas

Tab. 1 Coesão Territorial, dimensões e respectivos indicadores escolhidos para análise à escala da freguesia Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	57
Tab. 2 Eixos de desenvolvimento e Princípios e Valores da Visão Estratégica - Lisboa 2002 - 2012 Fonte: CML, http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm , consultado a 20/08/2018	85
Tab. 3 Tabela exemplificativa da recolha e tratamento dos dados dos indicadores Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	101
Tab. 4 Tabela exemplificativa do Índice de Desempenho Relativo Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	102
Tab. 5 Percentagem edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	104
Tab. 6 Percentagem de população residente em residência habitual com instalações básicas (água, retrete e banho) Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	106
Tab. 7 Percentagem de população analfabeta por local de residência Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	108
Tab. 8 Percentagem de população residente com ensino superior por local de residência Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	110
Tab. 9 Percentagem de população desempregada por local de residência Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	112
Tab. 10 Percentagem de população residente cujo principal meio de vida são as categorias subsídio de desemprego, RSI / RMG e apoio social Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	114

Tab. 11 Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Socioeconómica da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	116
Tab. 12 Percentagem de abstenção em eleições autárquicas - câmara municipal Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	120
Tab. 13 Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário da esfera estatal Fonte: Ana Margarida Centeno, 201	122
Tab. 14 Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	124
Tab. 15 Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Governança / Cooperação da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	126
Tab. 16 Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	130
Tab. 17 Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	132
Tab. 18 Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Ambiental / Sustentável da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	134
Tab. 19 Percentagem de alojamentos superlotados / sobrelotados por localização geográfica Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	138
Tab. 20 Densidade populacional por local de residência Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	140
Tab. 21 Percentagem de edifícios não exclusivamente residenciais por localização geográfica Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	142

Tab. 22 | Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018 144

Tab. 23 | Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Policentrismo da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018 146

Tab. 24 | Índice de Desempenho Relativo da Coesão Territorial da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018 149

Índice de Gráficos

Gráf. 1 Percentagem de edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	105
Gráf. 2 Percentagem de população residente em residência habitual com instalações básicas (água, retrete e banho) Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	107
Gráf. 3 Percentagem de população analfabeta por local de residência Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	108
Gráf. 4 Percentagem de população residente com ensino superior por local de residência Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	110
Gráf. 5 Percentagem de população desempregada por local de residência Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	112
Gráf. 6 Percentagem de população residente cujo principal meio de vida são as categorias subsídio de desemprego, RSI / RMG e apoio social Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	115
Gráf. 7 Gráfico do Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Socioeconómica da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	117
Gráf. 8 Índice de Desempenho Relativo dos Indicadores da Dimensão Socioeconómica da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	118
Gráf. 9 Percentagem de abstenção em eleições autárquicas - câmara municipal Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	121

Gráf. 10 Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário da esfera estatal Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	123
Gráf. 11 Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	125
Gráf. 12 Gráfico do Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Governança / Cooperação da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	127
Gráf. 13 Índice de Desempenho Relativo dos Indicadores da Dimensão Governança / Cooperação da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	128
Gráf. 14 Percentagem de utilização de automóvel ligeiro nos movimentos pendulares por local de residência Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	131
Gráf. 15 Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	133
Gráf. 16 Gráfico do Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Ambiental / Sustentável da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	135
Gráf. 17 Índice de Desempenho Relativo dos Indicadores da Dimensão Ambiental / Sustentável da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	136
Gráf. 18 Percentagem de alojamentos superlotados / sobrelotados por localização geográfica Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	138
Gráf. 19 Densidade populacional por local de residência Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018	140

Gráf. 20 | Percentagem de edifícios não exclusivamente residenciais por localização geográfica | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018 142

Gráf. 21 | Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018 144

Gráf. 22 | Gráfico do Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Policentrismo da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018 147

Gráf. 23 | Índice de Desempenho Relativo dos Indicadores da Dimensão Policentrismo da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018 148

Gráf. 24 | Gráfico do Índice de Desempenho Relativo da Coesão Territorial da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018 150

Gráf. 25 | Índice de Desempenho Relativo das Dimensões da Coesão Territorial da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018 151

Lista de acrónimos e abreviaturas

CECA | Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CED | Comunidade Europeia de Defesa

CEE | Comunidade Económica Europeia

CML | Câmara Municipal de Lisboa

DMCRU | Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana

CUE | Conselho da União Europeia

ESDP | European Security and Defence Policy

ESPON | European Spatial Planning Observation Network

IHRU | Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

PEL | Plano Estratégico de Lisboa

PGUEL | Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa

PGUL | Plano Geral de Urbanização de Lisboa

PDM | Plano Director Municipal

PDUL | Plano Director de Urbanização de Lisboa

PNCT | Programa Nacional para a Coesão Territorial

REGIO | Region and Urban Policy

U.E. | União Europeia

UEO | União da Europa Ocidental

UNOR's | Unidades de Ordenamento do Território

1_Introdução

1.1_Âmbito, tema e objectivos

No âmbito do tema de projecto de 5º ano, do curso MIARQ, trazido pelos Professores José Aguiar e Pedro Pacheco, foi proposto o tema “Lisboa, construir no (e com o) construído - Reabilitar o Património Industrial / Desenhar novas centralidades no Caminho do Oriente: um futuro para o Cemitério das Fábricas”. Pretendia-se, com este tema, estudar as possibilidades de uma “pós-vida-industrial” para as fábricas abandonadas que o território do Beato e o território de Marvila oferecem, estudando novas apropriações com vista a um novo futuro de uma paisagem urbana única.

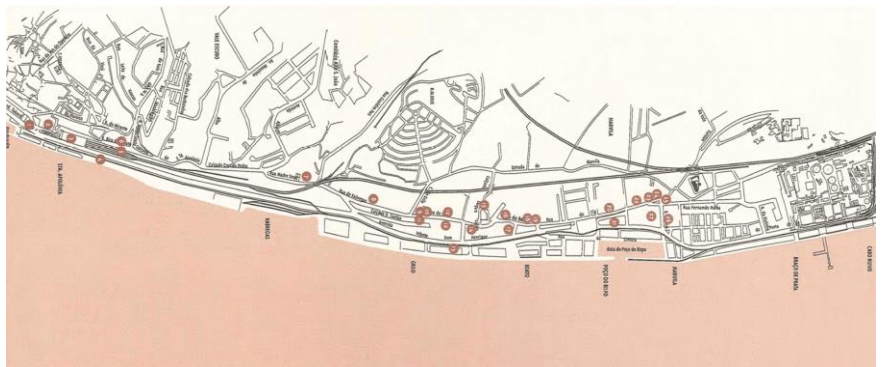


Fig. 1 | Caminho do Oriente, Beato, Lisboa Oriental | Fonte: Comissariado da exposição mundial de Lisboa de 1998, Caminho do Oriente.

As intervenções propostas, a nível programático, residiam, no geral, sob uma perspectiva de atractividade por parte da “classe dos artistas” (Ascher, 2012); ou seja, foi surgindo um ímpeto para criar espaços de modo a que, através desta classe de artistas, toda uma nova dinâmica de regeneração da zona envolvente tomasse lugar.

Após alguma pesquisa e análise da zona proposta em aula, verificaram-se outros problemas para além dos relativos ao abandono

das fábricas. Não descurando a falta de cuidado para o futuro do património industrial, também não pude deixar de constatar que existia um esquecimento pela envolvente que acolhe este edificado. Desde questões de planeamento do território à sua consolidação, passando por variadíssimos vazios urbanos como consequência, por problemas de continuidade urbana, dispersão no território e acessibilidade até aos incessantes problemas sociais e viários patentes e inerentes a uma urbe desenhada num passado relativamente recente pouco sensível a estas causas.

A partir desta análise elementar percebi que podiam existir outras soluções que poderiam dar uma resposta global a um problema tão vasto e complexo como o que se adivinhava.

-

Olhando o termo do concelho de Lisboa, podemos distinguir no seu território vários tecidos delimitados eles próprios consoante a sua consolidação. O coração da capital está no seu centro histórico; um conjunto de valores que lhe é inerente valoriza-o e demarca-o dos outros tecidos: tem em si história e é um motor cultural na cidade de Lisboa. A ele lhe correspondem um seguimento de malhas que se estendem radialmente, o sentido pelo qual a cidade de Lisboa foi crescendo e pelo qual se foi desenvolvendo. Pode ler-se quase como um meio círculo que é seccionado pelas margens do rio Tejo. Nos seus limites de meio círculo, onde estes se encontram com o rio, dá-se lugar ao encontro do antigo com o novo. Por um lado, a Oeste, os limites de Belém com Algés; na outra ponta, a Este, logo a seguir aos Anjos, Arroios, Olivais, a fragmentada Marvila. Percorrendo a zona ribeirinha em direcção a oriente, chegamos ao Parque das Nações. Pólo de cidade recente e consolidado; uma extensão da cidade de Lisboa, inventado para receber habitação, serviços, comércio e integrando a rede logística para que não fique guetizado em relação ao coração da cidade. Um fragmento do território que teve em vista corresponder às

demais exigências de uma cidade que acolheu o evento EXPO e que o fez em tempo recorde.



Fig. 2 | Vista aérea da frente ribeirinha lisboeta | Fonte: Dados do mapa ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional; Ana Margarida Centeno, 2018

Um caminho vasto liga estes dois pedaços de cidade. Delimitado pela consolidação da malha destes dois territórios acima descritos, encontra-se a freguesia de Marvila; estende-se desde o cruzamento das Avenidas Almirante Gago Coutinho e Marechal Gomes da Costa e desemboca, na sua extensão, até ao rio (Fig. 3).



Fig. 3 | Vista aérea da freguesia de Marvila e envolvente | Fonte: Dados do mapa ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional; Ana Margarida Centeno, 2018

É possível afirmar que existe um universo intrincado e diverso na cidade de Lisboa. De acordo com Ascher (Ascher, 2012), as cidades contemporâneas são “profundamente heterogêneas, reflectindo uma sociedade complexa e de indivíduos com aspirações e com práticas múltiplas”. O autor diz que a urbanização passa por um crescimento urbano organizado dentro, à volta e a partir das aglomerações mais importantes, formando assim “metápoles”. Estas terão como resultado “vastos territórios à escala dos quais se organiza a vida urbana, doméstica e económica, formando um espaço urbanizado extenso, descontínuo, heterogêneo, polinuclear, que integra no mesmo conjunto cidade densa e neo-rural, pequena cidade, vila e subúrbio” (Ascher, 2012). No contexto das metápoles e reconhecendo Lisboa como uma metrópole podem-se observar todos estes conjuntos de vivências.

Ainda assim e seguindo a caracterização de Ascher acerca *das quatro cidades* o autor identifica um tipo de cidade e modo de vida que apresenta as características de uma grande parte do território de Marvila: “Por fim, uma quarta parte da população é verdadeiramente colocada a residir nos grandes conjuntos de habitação social. Um bom número dos seus habitantes vive quase preso nestes bairros, ainda que eles estejam geralmente subequipados. Frequentam pouco o centro da cidade e têm dificuldade em se deslocar e em aceder ao mercado de emprego. Estes bairros acolhem cerca de 10% da população” (Ascher, 2012). É sobre esta perspectiva que conclui que a cidade do século XXI é intransigentemente diversificada e que “ [se deve] acabar com uma representação nostálgica da cidade europeia que considera que todo o urbano deve ser denso e contínuo”.

Ou seja, por um lado, obtemos, de uma visão geral do território de Marvila, um pedaço de cidade que não é denso nem contínuo no conjunto de que faz parte na cidade de Lisboa; do mesmo modo geral, também se pode arbitrar que por “todo o urbano [não ter que / não dever] ser denso e contínuo” que surge como mais um pedaço de

território que tem o seu lugar tão justificado na cidade como os outros demais territórios.

Coloca-se agora uma questão: serão os 10% da população sobre os quais Ascher se debruça uma verdade incontornável devido ao facto de que as dinâmicas sociais tenham “tendência a produzir espontaneamente caos e injustiça”?

O território de Marvila surge assim como mote de discussão para o tema da coesão territorial. Das definições primeiras que se podem empregar ao adjectivar este território surgem instintivamente a falta de coesão territorial; não enquanto conceito, mas enquanto expressão. De facto, dos problemas da freguesia de Marvila supra relatados, todos eles indiciam falta de coesão, a nível do território. Da investigação acerca de práticas e instrumentos de melhoria do território adveio o conceito propriamente dito da Coesão Territorial.

O trabalho desenvolvido tem então como propósito a utilização deste conceito com vista à análise e diagnóstico prospectivo do território, nomeadamente como ferramenta para futura intervenção no mesmo. Propõe-se uma abordagem do conceito de Coesão Territorial à escala da freguesia feita em duas partes: uma qualitativa e outra quantitativa. A abordagem qualitativa incide sobre acontecimentos históricos com impacto económico, social, urbanístico, político, etc., que podem auxiliar uma futura intervenção no território. A abordagem quantitativa visa medir o nível de coesão territorial da freguesia face ao município onde está inserida, de modo a expor efectivamente as necessidades mais prementes na persecução da coesão territorial.

De ressaltar acerca do trabalho que o conceito da Coesão Territorial é aqui aplicado especificamente à escala do território de freguesia; o desafio neste trabalho passa pela aplicação do conceito a nível desta divisão administrativa e tem um enquadramento específico devido às suas especificidades - enquadramento na divisão administrativa município, âmbito territorial, etc.

1.2_Metodologia e estrutura do trabalho

Como em todos os processos de investigação, este trabalho responde a determinados princípios metodológicos e a métodos específicos de análise e investigação; este capítulo expõe e fundamenta as opções metodológicas aplicadas neste trabalho.

Uma investigação pode ser definida como sendo o melhor processo de chegar a soluções fiáveis para problemas, através de recolhas planeadas, sistemáticas e respectiva interpretação de dados; tem por objectivo elaborar respostas para os problemas expostos, enriquecendo o conhecimento já existente (R. Miranda, 2009).

Ora, uma investigação, que tenha por base o território, tem implícitas características e fenómenos específicos com uma multiplicidade de fins e objectivos que lhe estão associados. O território é assim complexo e dinâmico e situa-se num enquadramento com variadas dimensões.

Posto isto, três partes distintas relativas a conteúdo propriamente dito constituem este trabalho - Capítulo 2_*Coesão Territorial*, Capítulo 3_*Marvila* e Capítulo 4_*Coesão Territorial no território de Marvila* - e requerem, cada uma delas, metodologias diferentes, quer de análise, quer de investigação; enunciam-se de seguida.

A primeira fase do trabalho - Capítulo 2 -, e que se refere ao conceito, é elaborada, conceptualmente, em duas partes. A primeira é uma metodologia de investigação do tipo “estado da arte” (Capítulo 2.1_*Estado da arte*); esta metodologia possibilita uma visão ampla e actual dos movimentos de pesquisa e investigação ligados aos conceitos que se pretendem estudar. Através desta metodologia é obtida uma noção geral das ideias já existentes no mundo académico. O método do “estado da arte” funciona assim para apontar e localizar os primeiros passos da investigação a partir do conhecimento e da

compreensão da produção intelectual que já abordou os mesmos conceitos.

Conforme os resultados encontrados no estado da arte e tendo em conta o objectivo último deste trabalho - utilização do conceito de Coesão Territorial com vista à melhoria do território - foi tomada uma decisão relativa à metodologia a aplicar no capítulo seguinte (Capítulo 2.2_Indicadores). Este capítulo parte assim de uma metodologia quantitativa que reflecte uma abordagem de medição, ou seja, uma abordagem prática, através de indicadores conseguidos com base no “estado da arte”. Este tipo de metodologia, a quantitativa, representa um modo interactivo de recolha e análise de dados e o recurso a variadas fontes através de uma combinação de métodos de investigação. São recolhidos e analisados uma série de dados que possibilitarão uma análise quantitativa com vista à medição do conceito de Coesão Territorial. O traço marcante de uma metodologia quantitativa reside no facto de que as questões a investigar não são definidas a partir de hipóteses previamente formuladas mas segundo objectivos de exploração, descrição e compreensão (neste caso o “estado da arte”) dos conceitos em toda a sua complexidade (Silva, 2013).

Assim, nesta primeira fase do trabalho - Capítulo 2 - pretende-se estudar, definir, caracterizar, parametrizar o conceito de Coesão Territorial. O desafio que recai nesta fase do trabalho será o de estudar e contextualizar o conceito (Estado da Arte) e enquadrá-lo à escala da freguesia (Indicadores), para que possa ser quantitativamente utilizado no objecto de estudo, Marvila.

A segunda fase do trabalho - Capítulo 3 - e que se refere ao caso de estudo propriamente dito (freguesia de Marvila) surge dividida em 3 subcapítulos com propósitos diferentes mas sob a mesma metodologia; são eles os capítulos 3.1, 3.2 e 3.3. Estes três capítulos regem-se também eles por uma metodologia quantitativa de investigação, mais precisamente pela adopção do “método clínico” e

do “método histórico-antropológico”. Estes métodos permitem entender acções e aspectos específicos e respectivas interpretações sem descontextualiza-los do período em que sucedem (Silva, 2013); estes métodos têm por base a descrição para melhor entender o comportamento humano.

Nesta fase - Capítulo 3 -, e que se subdivide em três partes, é balizado primeiramente uma análise histórica e urbanística a partir do momento em que o território de Marvila começa a ocupar um lugar de importância e relevo na cidade de Lisboa até aos dias de hoje. Este balizar cronológico tem como justificação o facto de ser neste período que se vê um dos maiores pontos de viragem, quer em Portugal, quer em vários outros países do Ocidente Europeu: o princípio do fim do poder absoluto. “Esta fase assiste à transformação do pensamento e do lugar da religião na sociedade, à emancipação da política e ao nascimento do Estado-nação, ao desenvolvimento das ciências e à expansão progressiva do capitalismo mercantil e depois do industrial” (Ascher, 2012). O foco nos acontecimentos de génese política e de impacto económico vem demonstrar e corroborar a importância destas áreas no poder de decisão e acção que recai sobre um território. Procede-se seguidamente a segunda parte do Capítulo 3 - uma análise histórica e urbanística que percorre a sedimentarização de acontecimentos no território de Marvila desde o princípio do século XX até ao princípio do século XXI; esta parte visa a leitura do território e respectiva evolução histórica e urbanística e pretende dar a perceber de que forma os elementos do território se comportaram ao longo do tempo e de que modos o influenciaram e marcaram. A terceira e última parte do Capítulo 3 incide numa constatação do território de Marvila; um somatório daquilo que são hoje todos os elementos que compõe o território - dinâmicas socioeconómicas, análise urbana clássica, programas visantes da freguesia, etc.

Finalizadas as duas primeiras fases do trabalho, dar-se-á lugar à terceira fase - Capítulo 4 *_Coesão Territorial no território de Marvila -*;

uma abordagem quantitativa que visa a medição do nível de Coesão Territorial da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa. É elaborado um modelo de análise com base nos indicadores e dimensões definidos nos capítulos 2.1 e 2.2, e onde é feita uma análise comparativa, e dentro de um período temporal, entre freguesia e município. Esta análise permite constatar o desempenho relativo da Freguesia de Marvila face ao Município, ou seja, permite constatar o desempenho da freguesia face ao município.

2_Coesão Territorial

2.1_Estado da Arte

A sociedade actual é diferente daquela de há cem anos atrás; o modo como os países se viam internamente e o modo como interagem entre si também mudou. O progresso exponencial que se observou durante os últimos 200 anos e que se acentuou nas últimas décadas trouxe-nos uma proximidade, comumente apelidada de globalização, e tornou a diplomacia internacional e a tolerância o discurso de anfitrião das nações. Claro está que, sendo esse o objectivo primário das nações ditas democráticas, ainda as há as que fogem à regra.

Não obstante, o caminho traçado nestes últimos anos é o do apelo à cooperação e entreajuda das nações. Esta consciencialização e reflexão, que hoje está na ordem do dia, são bem recentes. Foi, principalmente, através da observação do decurso do século XX e dos acontecimentos mais relevantes que o marcaram, como a 1^a e 2^a Grandes Guerras e a Guerra Fria, que este estado diplomático e reflexivo se estabeleceu.

Um dos exemplos que melhor ilustra esta recente cooperação e diplomacia entre nações é o caso da agora intitulada União Europeia. Em 1950, com o discurso de Robert Schuman para que se instituisse uma única autoridade transnacional comum para a administração das produções de aço e carvão, marca-se o início da construção europeia, ao ser a primeira proposta oficial concreta de integração a nível europeu (União Europeia¹). Esta proposta tinha também como objectivo evitar que as nações europeias iniciassem conflitos entre si e, por outro lado, unir o conjunto de nações europeias que se encontravam à época fragilizadas. O assomar de duas novas potências mundiais - os Estados Unidos da América e a União

Soviética - também resultou como evento impulsionador desta união. Propôs-se assim subjugar a produção de matérias-primas fundamentais à indústria bélica a uma única autoridade: a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço - CECA, 1951 (União Europeia¹).



Fig. 4 | Ministro dos Negócios Estrangeiros, Robert Schuman, discursando: lançamento do plano Schuman, 9 de Maio de 1950: salão de l'Horloge, Quai d'Orsay | Fonte: http://www.snpcultura.org/robert_schuman.html, consultado a 28/09/2018

Em 1957, após a assinatura do Tratado de Paris (1952), que teve como consequência a instituição da Comunidade Europeia de Defesa (CED), e a modificação do Tratado de Bruxelas, que teve como consequência a criação da União da Europa Ocidental (UEO), os países constituintes da Europa dos Seis - Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos - assinam o Tratado de Roma (1957), o qual visava a cooperação económica, social e política das nações constituintes. Este último tratado constrói um mercado comum que permite a livre circulação de pessoas, bens e capitais. Resulta assim deste tratado a Comunidade Económica Europeia (CEE) (União Europeia¹).

Em 1965 são fundidos os executivos das três comunidades europeias existentes à data - UEO, CEE e CEEA - sob a criação da Comissão da

União Europeia e do Conselho da União Europeia (CUE). Mais tarde, em 1986 é firmado o Acto Único Europeu que teve como objectivo redinamizar a construção do projecto europeu. É assim elaborada pelos Estados-Membros a calendarização e o faseamento das medidas necessárias para a realização do Mercado Interno, onde as competências comunitárias são alargadas aos domínios da investigação e do desenvolvimento tecnológico, ambiental e social e onde são impulsionadas iniciativas comuns aos Estados-Membros em matérias de política externa e segurança através da criação do Conselho Europeu (União Europeia¹).

Este trabalho de equipa, que ainda hoje se mantém, entre os Estados-Membros, com o objectivo de desenvolver, por um lado, uma potência mundial que possa oferecer competitividade a outras potências e, por outro, promover uma dinâmica de cooperação pela proximidade geográfica entre as nações, reflecte uma consciencialização da importância da cooperação e diplomacia nos dias de hoje. Estamos, portanto, perante uma sociedade reflexiva, onde as acções e intenções para o agora são tão importantes como o seu impacto no amanhã.

A União Europeia propõe assim várias estratégias que visam uma sociedade mais coesa. As intenções que mais materializam estas estratégias traduzem-se na promoção social, económica e territorial e na solidariedade entre os Estados-Membros.

O *Treaty establishing a Constitution for Europe (TCE)*, comumente chamado de *European Constitution* - Constituição Europeia - identificava a coesão territorial como sendo um dos objectivos da União Europeia (Faludi, 2005) e identificava o conceito como sendo uma das competências partilhadas pela U.E. e pelos Estados-Membros. Num dos seus capítulos, *Definition of the Objectives of the Union*, - *Part I, Title I* (Conference of the Representatives of the Governments of the Member States, 2004) encontram-se as referências mais importantes à coesão territorial e aquilo que dela se pressupõe. Dos objectivos mencionados neste capítulo, o terceiro, visando a U.E.,

diz que “esta deve trabalhar com vista ao desenvolvimento sustentável da Europa através de uma economia de crescimento equilibrado e com preços estabilizados” (Faludi, 2005). Mais diz que “deve ter uma economia de mercado social altamente competitiva de modo a atingir a empregabilidade em pleno e o progresso social, nunca desvalorizando a protecção e o melhoramento da qualidade do ambiente e a promoção do avanço científico e tecnológico; [...] deve também combater a exclusão social e a discriminação, promovendo a justiça e a protecção social, a igualdade entre homens e mulheres, a solidariedade entre gerações e deve proteger os direitos das crianças” (Faludi, 2005). O capítulo termina referindo a promoção social, económica e territorial e a solidariedade entre os Estados-Membros e o dever de respeitar a diversidade linguística e cultural e assegurar que o património cultural europeu é salvaguardado.

Num folheto informativo, ao qual Faludi (2005) não faz referência nominal, divulgado pela Direcção-Geral da Política Regional e Urbana (REGIO), a coesão territorial objectivada para U.E. constrói-se sobre as noções de coesão económica e social já anteriormente perspectivadas no Tratado da Comissão Europeia. Este folheto explana “descontinuidades geográficas” no território da U.E., não obstante o esforço prévio feito por outro tipo de políticas existentes à data. Diz Faludi (2005), que a política de coesão territorial aparenta forçar-se não mais que no desenvolvimento de oportunidades que encorajem cooperação e networking e, por outro lado, que a política de coesão territorial coloca mais importância ora nos factores de força de uma determinada área ora no direccionamento dos instrumentos de política.

No seu artigo, Faludi (2005) examina mais à frente as declarações do antigo comissário Michel Barnier num artigo datado de 2004 onde diz que as políticas existentes à data já previam aspectos de coesão territorial, como, por exemplo, o apoio a regiões que pudessem estar a ficar “deixadas para trás”. Como resposta aos desequilíbrios territoriais da U.E., Barnier esboça algumas novas directrizes para uma melhor

política de coesão territorial: explorar novas oportunidades, ao revés de apenas abordar os problemas, encorajar a cooperação e o networking, trabalhar sobre oportunidades já existentes de modo a melhorar o direccionamento das políticas de coesão, garantir a integração de uma agenda de sustentabilidade, incluindo referências aos desastres naturais, e aumentar a coerência e a coordenação entre as políticas regionais e sectoriais.

Talvez a interpretação mais clara daquilo que é a coesão territorial seja proferida no *Third Cohesion Report - CEC, 2004^a* (Faludi, 2005) onde se lê que a coesão territorial se estende para lá das noções de coesão económica e social, completando-as e reforçando-as. Em termos de políticas, o objectivo da coesão territorial é ajudar a alcançar um desenvolvimento mais equilibrado através da redução de disparidades existentes, prevenindo o desequilíbrio territorial e elaborando políticas sectoriais que tenham impacto espacial e políticas regionais mais coerentes. É ainda dito, com referência ao conceito de coesão territorial e às políticas proferidas, que a preocupação reside na melhoria da integração territorial e no encorajamento da cooperação entre regiões. Na elaboração da análise ao excerto deste documento, Faludi diz que o relatório se prolonga dizendo que são discutidos alguns aspectos de equilíbrio territorial presentes na U.E. que ameaçam o desenvolvimento harmonioso da sua economia; diz então que é feito um trabalho cuidadoso que evita qualquer ideia de impor um novo e abrangente conceito. Conclui assim o inevitável: que a coesão territorial põe meramente em foco alguns dos conceitos das já existentes políticas de coesão e que a coesão territorial é um conceito político cuja função é gerar consenso.

O relatório *The role, specific situation and potentials of urban areas as nodes in a polycentric development* (ESPON³) considera a coesão territorial como o resultado de processos que integram políticas a diferentes níveis, através de participação activa de actores públicos, privados e mistos que operam a várias escalas.

Como podemos observar, ao longo dos últimos 15 anos várias tentativas foram feitas para tentar definir o conceito de coesão territorial. Algumas delas, a sua maioria, com fundamentos institucionais e normativos, e as restantes com interpretações científicas, sendo que nenhuma conseguiu oferecer uma definição consensual (Medeiros, 2016).

A nível nacional, o Programa Nacional para a Coesão Territorial - PNCT -, elaborado em 2016, invoca no seu capítulo de abertura *Mensagem* (UMVI¹) a litoralização progressiva do país com consequências como o despovoamento, o envelhecimento e o empobrecimento das regiões do interior. É dito que a “perda de coesão territorial e social nestes territórios tem vindo a agravar-se” e que “procura urgente[mente] soluções que contrariem uma trajectória insustentável”. É dito ainda, neste capítulo de abertura, que um dos vectores estratégicos deste programa nacional emerge da condição geográfica dos territórios do interior, em especial daqueles juntos à fronteira com Espanha; “uma relação histórica e sociocultural secular, mas que não tem revelado a interacção cooperativa que os tempos justificam e exigem” (UMVI¹). Esta dificuldade supra relatada, constatada neste programa, reflecte um dos problemas sobre os quais a U.E. e consequentes políticas de coesão territorial querem ver colmatadas.

Podemos tirar algumas elações daquilo que é a coesão territorial e suas políticas em contextos e escalas díspares como as acima referidas. No entanto, aquilo que se pretende perceber e concluir é uma definição de coesão territorial que seja clara e facilmente aplicável nos mais variados contextos em que pode surgir. Como podemos observar, dependendo dos contextos e proporções do território, a coesão territorial toma várias faces.

O que é então *coesão territorial*? À primeira vista, o conceito apresenta-se bastante basilar e simples. Na sua própria descrição, já se encontra uma definição: um determinado território - qualquer que seja a sua escala - que seja coeso. Ora, ler um conceito e defini-lo com a mesma

palavra não é, nem explicativo em si, nem intelectualmente exacto. Ainda assim, não deixa de ser intelectualmente honesta a definição elaborada acima. Talvez a questão primeira seja antes: o que é *território*?

Eduardo Medeiros (Medeiros, 2016), num artigo para o *European Journal of Spatial Development*, examina a relevância e as principais dimensões do conceito de coesão territorial. No ponto 3 do artigo, *3. What is territorial cohesion?*, o autor começa por definir o conceito de coesão territorial através de uma decomposição e análise morfológica do conceito; ele explora o significado real das palavras *coesão* e *território* por separado de modo a resolver este “enigma conceptual”.

Esta forma de análise primária evidência as funções legítimas que o conceito carrega e torna mais claros os seus objectivos. Vejamos a definição da palavra *coesão*:

Co.e.são, substantivo feminino

1. *Aderência; força que une entre si as moléculas dos líquidos ou dos sólidos;*
2. *União;*
3. *Qualidade de uma coisa em que todas as partes estão ligadas umas às outras;*
4. *[Figurado] Harmonia, associação íntima.*

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, consultado a 23/04/18

(<https://www.priberam.pt/dlpo/coes%C3%A3o>)

De acordo com o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, a palavra *coesão* pode ser entendida como uma qualidade de algo onde “todas as partes estão ligadas umas às outras”. Em sentido figurado, representa uma associação íntima, harmoniosa. Ao relacionarmos estas definições com a pesquisa feita sobre as políticas de coesão europeia e nacional, onde as dimensões de coesão económica, social e ambiental são referidas como sendo a base destes projectos, pode

concluir-se que estas terão que incontornavelmente coexistir harmoniosamente no plano de acção. Cada qual não poderá existir senão com as outras, de acordo com aquilo que são os objectivos europeus e nacionais. Ora para existir coesão entre as partes elas terão que ser “ligadas umas às outras”.

Medeiros (2016), diz que a grande dicotomia que aparece na noção de coesão territorial para a U.E. é que ela aparece como um novo objectivo geral que vai para além dos objectivos de coesão económica e social ou que pode ser entendida como um engrandecimento destes mesmos objectivos através da sua inclusão e abrangência num objectivo mais amplo. Deste modo, a tese acerca da definição de coesão acima referida poderá ser justificada, olhando para a coesão como algo maior que une as dimensões do económico, do social e do ambiental.

Medeiros (2016), na sua análise da palavra coesão, constata que o *Shorter Oxford English Dictionary* define a palavra como sendo “the action or condition of cohering” (a acção ou a condição de ser / fazer coeso). Ele diz que não encontra respostas evidentes relativas ao significado de coesão territorial e que, consequentemente, uma simples relação do significado da palavra coesão e da palavra *território* abre uma variedade de definições abstractas como “a way of cohering an area over which rights of ownership are exercised” (uma maneira de fazer coerente uma área sobre a qual os direitos de propriedade são exercidos). Vejamos agora a definição da palavra *território*:

Ter.ri.tó.ri.o, substantivo masculino

1. *Área dependente de uma nação, província ou localidade;*
2. *Termo;*
3. *Jurisdição.*

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, consultado a 23/04/18
(<https://www.priberam.pt/dlpo/territ%C3%B3rio>)

Na perspectiva de Medeiros (2016) a palavra território é complexa e dinâmica. Diz o autor, que no contexto em que a lemos é necessária uma abordagem multidisciplinar de modo a entender todos os elementos presentes em organizações socio-espaciais humanas. Por exemplo, se nos referirmos a *território* como uma área onde os direitos de propriedade são exercidos ou como a uma expressão da união de poder e espaço social, várias noções e dimensões interrelacionadas se tornam implícitas no discurso, como governança, economia, soberania e cidadania. Delaney (Medeiros, 2016) diz que território e territorialidade estão entre os termos da geografia humana mais básicos e significantes; que o território delimita o âmbito espacial e os limites de soberania, jurisdição, administração e cidadania. O termo territorialidade é assim usado num variado número de situações, como o sentimento de posse do espaço pelos seus ocupantes, qualquer tipo de comportamento exibido por indivíduos e grupos que procurem estabelecer-se, controlar, manter e exercer poder sobre o espaço e o envolvimento de conjuntos territoriais com outros géneros de fenómenos sociais, como o poder ou a identidade (Medeiros, 2016).

Seguindo a linha de pensamento de Medeiros, podemos concluir que uma enormidade de definições podem advir da expressão *coesão territorial*, e que, para propor uma definição mais amplamente aceite, o mais sensato será o foco na detecção das suas principais dimensões.

A coesão territorial pode ser entendida como um “processo de convergência territorial” que é expectado a tomar lugar num certo período de tempo, num certo território, num amplo conjunto de indicadores de desenvolvimento territoriais relacionados com vários componentes e dimensões (Medeiros, 2016). O autor diz que se a maioria destes indicadores seguir um caminho de convergência dentro de um determinado território, num determinado período de tempo estamos perante um “‘process of territorial cohesion’ vis-à-vis a ‘territorial exclusion process’” (‘um processo de coesão territorial’ face-a-face com ‘um projecto de exclusão territorial’).

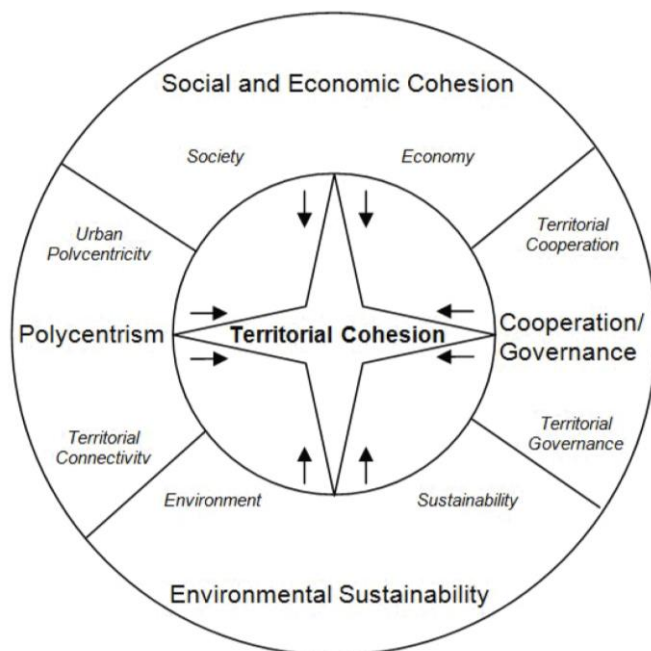


Fig. 5 | Dimensões da coesão territorial | Fonte: Medeiros, 2016

Tal exercício será impossibilitado se não forem encontrados indicadores adequados que possibilitem a comparação dentro do mesmo período de tempo. Como consequência, constata-se que o conceito de coesão territorial se apresenta como complexo, holístico e compreensivo. Sobre estas conclusões, e tendo em conta as dimensões principais do conceito de coesão territorial, o autor propõe a seguinte definição:

“Territorial cohesion is process of promoting a more cohesive and balanced territory, by:

Coesão territorial é um processo de promoção de um território mais coeso e equilibrado, através:

- (i) supporting the reduction of socioeconomic territorial imbalances;
- (i) do apoio à redução dos desequilíbrios territoriais socioeconómicos;
- (ii) promoting environmental sustainability;
- (ii) da promoção da sustentabilidade ambiental;

(iii) reinforcing and improving the territorial cooperation / governance processes; and

(iii) do reforço e melhoria dos processos territoriais de cooperação / governança; e

(iv) reinforcing and establishing a more polycentric urban system"

(iv) do reforço e consagração de um sistema urbano mais policentrado.

A abordagem de Medeiros (2016) à definição de coesão territorial é então feita através da soma de quatro dimensões principais.

Dimensão Socioeconómica

Ambas as dimensões social e económica devem ser consideradas como um aspecto chave para a concretização da coesão territorial nomeadamente pelo fortalecimento económico da competitividade e pela garantia de integração social. Na maioria das vezes, a análise territorial envolve uma sobreposição de factores económicos e sociais, entre outros, influenciando assim os cidadãos a atingir prosperidade social e económica, onde quer que estejam. Por implicação, a correcção do constante desequilíbrio socioeconómico num qualquer território deve ser visto como um dos pilares fundamentais para atingir a coesão territorial. Ou seja, o conceito de coesão territorial abraça o conceito de coesão socioeconómica pois o objectivo de coesão num dado território requer a convergência dos factores sociais e económicos ao longo do tempo. Contudo, a dimensão social é a mais difícil de atingir. Molle (Medeiros, 2016) propõe uma série de indicadores para medir a coesão social (qualidade de emprego, integração de imigrantes, qualidade do sistema de segurança social, exclusão social, e nível de educação) e para medir a coesão económica (estrutura de produção, ambiente de produção - qualificações, infra-estruturas, transportes, conhecimento de infra-estruturas, dinâmica de empreendedorismo, conhecimento de economia e investimento estrangeiro directo).

A qualquer momento, a coesão social e a coesão económica são sempre cruciais para atingir o objectivo da coesão territorial. Enquanto a primeira requer uma convergência espacial de vários componentes sociais como a educação, a saúde, a cultura, a inclusão social e a segurança, a última pode ser alcançada através da convergência espacial de componentes como a produtividade, salário, empregabilidade, inovação e empreendedorismo.

A coesão territorial não deve apenas preocupar-se em objectivar a convergência dos factores económicos, sociais e ambientais; a coesão territorial deve preocupar-se também com as mudanças na rede urbana que deviam contrariar tendências monocêntricas. O que remete para as outras dimensões aqui tratadas e elaboradas de seguida.

Dimensão Governança / Cooperação

Medeiros (Medeiros, 2016) diz que o ESDP apoia a ideia de que um desenvolvimento espacial integrado requer novas maneiras de cooperação horizontal e vertical, com vista a reforçar as redes e parcerias urbanas e regionais. Diz também ser importante denotar que a noção de governança territorial - que é considerada como “um processo de organização e coordenação dos actores para desenvolver capital territorial, numa visão não destrutiva, com vista à melhoria a vários níveis da coesão territorial” - está imensamente relacionada com a noção de cooperação territorial.

O relatório *Governance of Territorial and Urban Policies from EU to Local Level* (ESPON¹, 2006) diz que o conceito de Governança é ambíguo, com vários usos e entendimentos. Não define o conceito de Governança *per si*; por outro lado divide-o em vários - Governança de políticas territoriais e urbanas, Governança Territorial, Capital Territorial, Acções Territoriais de Governança, Desenvolvimento Espacial, Coesão Territorial, Visões Espaciais e Desenvolvimento Equilibrado e Sustentável. Ainda assim, o documento apresenta uma definição

operacional, utilizada para este relatório, do conceito de Governança. Caracteriza-o como sendo a capacidade que os actores, grupos sociais e instituições (públicas, privadas e sector terciário) têm para construir um consenso organizacional e para concordar acerca da contribuição de cada uma das partes, com vista a uma visão comum. Na definição lê-se que os processos de governança têm como objectivo a coesão territorial e o desenvolvimento espacial equilibrado e sustentável. A governança de políticas territoriais e urbanas representa uma evolução de “governo” para “governança” - dois conceitos que não são opostos - caracterizada pelo envolvimento de múltiplos actores e pela modificação das políticas e objectivos intervenientes. Reflecte uma mudança da gestão do crescimento para a promoção do desenvolvimento e para a acção colectiva, da tomada de decisão autoritária para a construção de consenso negociado. Na segunda parte deste relatório (ESPON²), procura-se definir Governança; o conceito de “governo” é tido como o domínio do poder estatal organizado através de agências formais e hierarquizadas do sector público e por procedimentos burocráticos. Por outro lado, o conceito de “governança” refere-se à sobreposição e à complexidade de relações, envolvendo “novos actores” externos à arena política.

Dimensão Ambiental / Sustentável

Em 4. *What are the dimensions of territorial cohesion?* (Medeiros, 2016) Medeiros diz que, originalmente a U.E. estava comprometida em atingir primeiramente coesão económica e social e que, só mais tarde com o passar do tempo, os objectivos de preservação e sustentabilidade ambiental começaram gradualmente a moldar a agenda política da U.E. Continua, dizendo que o programa *Europe 2020 Strategy* definiu uma visão para atingir um futuro sustentável promovendo uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais verde e mais competitiva. Em suma, a revisão da Agenda Territorial reconhece que a coesão territorial é um conjunto de princípios em prol de um

desenvolvimento territorial harmonioso, balanceado, eficiente e sustentável. Medeiros (Medeiros, 2016) refere ainda que no documento *Investing in Europe's future: Fifth report on economic, social and territorial cohesion* é expresso que a sustentabilidade ambiental é vista como um ingrediente fundamental na promoção do desenvolvimento territorial integrado, na promoção de crescimento económico regional, na promoção da qualidade de vida e na atractividade regional. Medeiros refere que os métodos discutidos para avaliar a coesão territorial incluem assim a componente ambiental como elemento chave e que um maior desenvolvimento sustentável está também implícito na noção de coesão territorial. A *Europe 2020 Strategy* (Medeiros, 2016) invoca ainda a necessidade de promover uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais verde e mais competitiva.

Dimensão Policentrismo

Uma definição básica daquilo que são as políticas de desenvolvimento do policentrismo é que elas se referem à distribuição de funções económicas e/ou economicamente relevantes sobre o sistema urbano de tal forma que a hierarquia urbana é horizontalmente territorializada, de forma equilibrada (Meijers, E, *et al.*, 2007). Ascher (Ascher, 2012) diz que “o centro antigo das aglomerações não assegura mais do que um número limitado de funções porque as estruturas urbanas são cada vez mais multipolares. Contudo, é necessário polarizar ainda melhor o espaço metropolitano para beneficiar de economias de escala e de transportes e para axializar, tanto quanto possível, as deslocações.” Ascher (Ascher, 2012) diz também que é preciso abandonar a ideia de uma cidade baseada num modelo radioconcêntrico, herdado do antigamente, e definido como o “mais acessível para todos, o mais bem protegido e o mais rico simbolicamente”, a par com o sistema sociopolítico cidade-centro/periferia. Este sistema desactualizado tem vindo a ser substituído pela noção de policentralismo: um conjunto de

vários pólos que albergam em si um conjunto de actividades tornando possível a criação de vários subsistemas radioconcêntricos.

Medeiros (Medeiros, 2016) diz que um dos principais objectivos da *European Spatial Policy* é a redução de disparidades territoriais; que o objectivo da coesão territorial não deve só debruçar-se sobre a convergência dos indicadores económicos, sociais e ambientais, mas também com as mudanças na rede urbana, que contrapõe tendências monocêntricas.

O relatório da ESPON *The role, specific situation and potentials of urban areas as nodes in a polycentric development* (ESPON³) define policentrismo através da definição e distinção dos modelos de cidade monocêntrico e o policêntrico. Na descrição de policentrismo é dito que existem dois aspectos complementares do policentrismo: a morfologia - o mapeamento da distribuição de áreas urbanas num dado território - e o relacionamento - baseado na rede de trabalho de fluxos e na cooperação entre diferentes áreas urbanas num determinado território. Em relação ao aspecto morfológico, diz que a observação de um sistema de cidades implica automaticamente a observação de vários nós e centros e que o padrão urbano pode ser hierarquicamente forte ou fraco. Dois resultados extremos de padrão urbano podem ser observados:

- Padrão mononuclear: uma cidade dominante e várias outras dependentes / periféricas
- Padrão polinuclear: nenhuma cidade dominante; as cidades são similares em tamanho

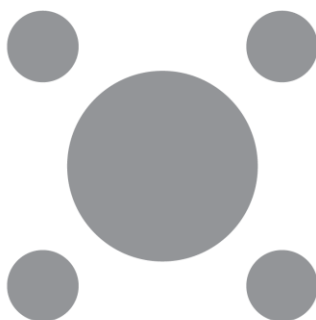
Em relação ao aspecto do relacionamento, afirma que as relações, de fluxo e cooperação, podem ser orientadas de modos diferentes entre centros. Dois padrões extremos podem ser identificados:

- Padrão mono-orientado: relações preferencialmente orientadas para um centro
- Padrão multidireccional: relações sem orientação óbvia

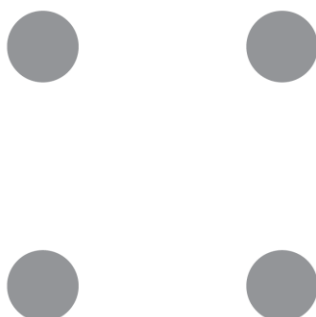
I. Policentrismo: dois aspectos complementares

MORFOLOGIA

mono-nuclear

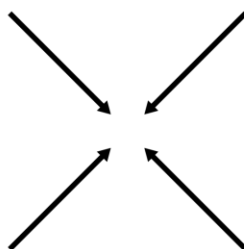


poli-nuclear



RELACIONAMENTO

mono-direccional



multi-direccional

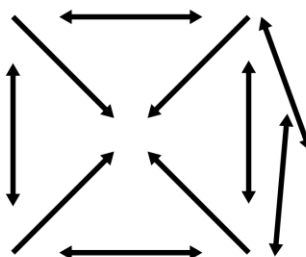


Fig. 6 | Policentrismo: dois aspectos complementares - Morfologia e Relacionamento | Fonte: ESPON3; Ana Margarida Centeno, 2018

O relatório da ESPON diz também que o policentrismo resulta de dois tipos de processo principais:

- Institucional: baseado na cooperação voluntária
- Estrutural: resultando do desenvolvimento espacial “espontâneo”

O primeiro, o institucional, depende de co-construções, cooperações, e na vontade das pessoas nas administrações territoriais para trabalharem em conjunto. Implica que as localidades trabalhem em conjunto em vários projectos. Neste contexto, o policentrismo corresponde a acções e estratégias “planeadas” (ESPON³). O factor importante no processo institucional é que duas ou mais cidades desenvolvam projectos em comum a fim de construírem planos

temáticos e conjuntos, estratégias e acções, partilha de conhecimento, melhores práticas, etc, e partilharem equipamento e actualização de equipamentos (ESPON³). Por outro lado, o processo estrutural do policentrismo está relacionado com a organização de um território. É baseado na observação conjunta da distribuição espacial de nós urbanos e na orientação espacial de fluxos num território (ESPON³).

II. Policentrismo: dois processos principais

POLICENTRISMO INSTITUCIONAL



POLICENTRISMO ESTRUTURAL

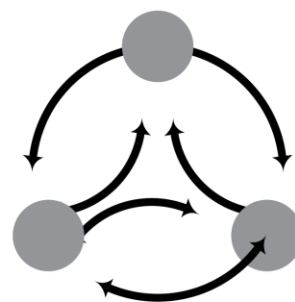


Fig. 7 | Policentrismo: dois processos principais - Policentrismo institucional e Policentrismo estrutural | Fonte: ESPON3; Ana Margarida Centeno, 2018

O policentrismo tem também diferentes escalas territoriais; neste sentido são apresentados também no relatório (ESPON³) o conceito de:

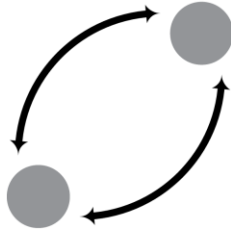
- Conectividade
- Proximidade

Áreas urbanas distantes estão ligadas por vários tipos de relações - por um lado, co-operações direccionadas para a partilha de experiências, métodos, informação, etc. e, por outro lado, fluxos e partilhas. Funciona assim a conectividade.

No caso da proximidade, as áreas urbanas próximas estão ligadas por co-operação entre cidades cujo intuito é a partilha de equipamentos, projectos, políticas (por exemplo, a alocação de uma universidade ou hospital no centro), etc., de modo otimizar recursos (ESPON³).

III. Policentrismo: escalas territoriais diferentes

CONECTIVIDADE



PROXIMIDADE ESPACIAL

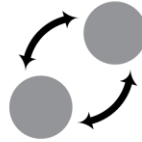


Fig. 8 | Policentrismo: escalas territoriais diferentes - Conectividade e Proximidade espacial |
Fonte: ESPON3; Ana Margarida Centeno, 2018

2.2_Indicadores

Como medir então a coesão territorial de um determinado território? Medeiros, 2016, em 5. *How to measure territorial cohesion?* considera duas proposições aquando da medição da coesão territorial. A primeira postula a coesão territorial como sendo um conceito relativo, pois sugere um caminho rumo à redução de disparidades num determinado território. E que assim sendo, requer uma análise por comparação de dois períodos de tempo diferentes. A segunda sendo que as disparidades não devem apenas cobrir as dimensões económica e social da coesão, mas também componentes associados à sustentabilidade ambiental, à governança/cooperação territorial e à morfologia policentrista. Desta forma, pode ser algo melindrosa a abordagem à medição da coesão territorial - os indicadores apresentam-se em grande número. Independentemente do supra dito, o autor constata que existe uma necessidade de se medir a coesão territorial com indicadores qualitativos e quantitativos com vista a uma melhor compreensão do território e para uma melhor monitorização das dinâmicas na coesão territorial. Medeiros (2016), reúne numa tabela (Anexo 1) alguns indicadores que melhor caracterizam as dimensões e componentes da coesão territorial; aconselha a que se utilizem de forma balanceada - tanto qualitativos como quantitativos - e que se atente na escolha dos indicadores de acordo com a escala do território em estudo. A selecção dos indicadores tem também uma importância acrescida na tarefa de medição da coesão territorial, pois o objectivo é construir um índice de indicadores utilizável para outros períodos de tempo. Em análises comparativas com períodos de tempo diferentes, os indicadores devem ser os mesmos.

Por conseguinte, é necessário definir então qual o meio de comparação, quais os indicadores pelos quais se fará a medição de coesão territorial e que período temporal enquadrará a medição. Neste caso em concreto, o estudo de uma freguesia, estamos perante um

território cuja divisão administrativa se constata ser a mais baixa em Portugal. No plano da governança, o primeiro chapéu que lhe encontramos é o município. De acordo com o Diário da República, 1.^a série - N.º 216 - 8 de Novembro de 2012, Lei n.º 56/2012, Capítulo III, Artigo 11.º, “todas as freguesias do concelho de Lisboa beneficiam das mesmas competências e, em termos proporcionais, de recursos equivalentes” (D.R.¹). Não obstante, estas freguesias usufruem de limitado poder executivo, estando quase todo este poder concentrado no órgão municipal. Torna-se então inevitável uma medição da coesão territorial intramunicipal, comparando a evolução da unidade *freguesia* dentro dos limites municipais estabelecidos.

Os indicadores a escolher deverão enquadrar-se quer à escala do município quer à escala da freguesia. Por exemplo, um dos indicadores dados no Anexo 1 (Medeiros, 2016), sob *Cooperation / Governance Dimension* é o “Twin cities”. Este indicador só é pertinente (e válido) quando comparando cidades. Assim sendo, é necessário fazer uma identificação e uma triagem dos indicadores que compõem as dimensões da coesão territorial e que melhor se enquadrem dentro da escala do objecto de estudo. A tabela 1 apresenta os indicadores das dimensões Socioeconómica, Governança / Cooperação, Ambiental / Sustentável e Policentrismo, respectivamente.

É também pertinente justificar a escolha de cada um dos indicadores e a sua inserção nas dimensões. De um modo geral, o primeiro critério de selecção foi a informação disponível. De acordo com os dados encontrados, os indicadores são então distribuídos por cada uma das dimensões de acordo com a matéria estudada no subcapítulo 2.1 *Estado da arte*. Cada um deles carece ainda de uma breve explicação, pois nem todos os indicadores podem ser lidos da mesma forma - por exemplo, no indicador *Percentagem de população analfabeta por local de residência*, quanto mais alto se constatar o seu valor, pior; por outro lado, no indicador *Percentagem de população residente com ensino superior por local de residência*, quanto mais alto

se constatar o seu valor, melhor. É feita de seguida uma descrição breve de modo a justificar a associação de cada indicador à sua dimensão e o seu sentido de leitura.

Coesão Territorial, dimensões e respectivos indicadores escolhidos para análise à escala da freguesia	
Dimensão Socioeconómica	Percentagem de edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados
	Percentagem de população residente em residência habitual com instalações básicas (água, retrete e banho)
	Percentagem de população analfabeta por local de residência
	Percentagem de população residente com ensino superior por local de residência
	Percentagem de população desempregada por local de residência
	Percentagem de população residente cujo principal meio de vida são as categorias subsídio de desemprego, RSI / RMG e apoio social
Dimensão Governança / Cooperação	Percentagem de abstenção em eleições autárquicas - câmara municipal
	Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário da esfera estatal
	Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos
Dimensão Ambiental / Sustentável	Percentagem de utilização de automóvel ligeiro nos movimentos pendulares por local de residência
	Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos
Dimensão Policentrismo	Percentagem de alojamentos superlotados por localização geográfica
	Densidade populacional por local de residência
	Percentagem de edifícios não exclusivamente residências por localização geográfica
	Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência

Tab. 1 | Coesão Territorial, dimensões e respectivos indicadores escolhidos para análise à escala da freguesia | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

Dimensão Socioeconómica

Indicador de leitura negativa

Percentagem de edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados

Este indicador reflecte parte daquilo que se constitui como condições de habitabilidade adequadas à população. Está por isso intrinsecamente ligado à área social, reflectindo também o poderio económico da população.

Dimensão Socioeconómica

Indicador de leitura negativa

Percentagem de população residente em residência habitual com instalações básicas (água, retrete e banho)

Este indicador reflecte igualmente parte daquilo que se constitui como condições de habitabilidade adequadas à população. Está por isso intrinsecamente ligado à área social, reflectindo também o poderio económico da população.

Dimensão Socioeconómica

Indicador de leitura negativa

Percentagem de população analfabeta por local de residência

Este indicador reflecte a percentagem de população analfabeta. É um indicador que permite aferir parte daquilo que é o nível de desenvolvimento de uma determinada população. Este indicador tem impacto, principalmente, na caracterização social da população, mas também tem reflexo na sua caracterização económica.

Dimensão Socioeconómica

Indicador de leitura positiva

Percentagem de população residente com ensino superior por local de residência

Este indicador reflecte a percentagem de população com ensino superior. É um indicador que também permite aferir parte daquilo que é

o nível de desenvolvimento de uma determinada população. Este indicador tem impacto, principalmente, na caracterização social da população, mas também tem reflexo na sua caracterização económica.

Dimensão Socioeconómica

Indicador de leitura negativa

Percentagem de população desempregada por local de residência

Este indicador representa a percentagem de população desempregada. Permite aferir parte daquilo que é a condição social da população; está relacionado com qualificações baixas, educação precária, precariedade nas leis laborais, mudanças na estrutura económica, etc. Este indicador tem impacto directo nas áreas social e económica.

Dimensão Socioeconómica

Indicador de leitura negativa

Percentagem de população residente cujo principal meio de vida são as categorias subsídio de desemprego, RSI / RMG e apoio social

Este indicador representa a população cujo principal meio de vida são prestações sociais, ou seja, populações que subsistem principalmente por via de uma terceira entidade - o Estado. Este indicador lê-se negativamente pois indica que a população não consegue subsistir do seu rendimento ou actividade profissional.

Dimensão Governança / Cooperação

Indicador de leitura negativa

Percentagem de abstenção em eleições autárquicas - câmara municipal

Este indicador reflecte a percentagem de abstenção em eleições autárquicas para a câmara municipal. Das causas mais comuns de abstenção está comumente associado o nível de desinteresse dos cidadãos pelo sistema de governo, a falta de esclarecimento eleitoral,

incapacidade na deslocação ao local de voto ou por mobilidade física ou custeamento da deslocação, etc.

Dimensão Governança / Cooperação *Indicador de leitura negativa*

Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário da esfera estatal

Este indicador tem a sua pertinência nesta dimensão pois é ao município que está incumbida a função de providenciar e alocar este tipo de residência, sendo que a sua (possível) concentração é fruto das acções do município. Este desfecho pode representar um factor de exclusão da população residente nestes alojamentos.

Dimensão Governança / Cooperação *Indicador de leitura negativa*

Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos

Este indicador representa a percentagem de edifícios na qual não existe recolha de lixo. A pertinência deste indicador nesta dimensão prende-se com o facto de esta ser uma função camarária, ou seja, de competência do município.

Dimensão Ambiental / Sustentável *Indicador de leitura negativa*

Percentagem de utilização de automóvel ligeiro nos movimentos pendulares por local de residência

Este indicador representa a percentagem de utilização de automóvel nos movimentos pendulares; O automóvel está associado a problemas ambientais como a contribuição para o efeito de estufa, ao emitir dióxido de carbono, a saúde pública, poluindo a atmosfera com gases nocivos e partículas.

Dimensão Ambiental / Sustentável*Indicador de leitura negativa***Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos**

Este indicador representa a percentagem de edifícios na qual não existe recolha de lixo. Utilizado também na Dimensão Governança / Cooperação, não deixa também de ser pertinente a sua utilização nesta dimensão, pois é indissociável do ponto de vista ambiental e sustentável.

Dimensão Policentrismo*Indicador de leitura negativa***Percentagem de alojamentos superlotados por localização geográfica**

Este indicador reflecte a percentagem de alojamentos superlotados; do ponto de vista do conceito de policentrismo descrito no subcapítulo 2.1 *Estado da arte*, representa uma deficiência na distribuição das funções no território, pois constata-se uma sobrelotação no parque habitacional. Contrapõe também o modelo de cidade polinuclear, criando tendências de concentração ao revés de distribuição equilibrada.

Dimensão Policentrismo*Indicador de leitura positiva***Densidade populacional por local de residência**

Este indicador reflecte a densidade populacional. É-lhe atribuída uma leitura positiva pois, em contexto de cidade europeia, o município de Lisboa apresenta valores abaixo da média. Mesmo em contexto de área metropolitana, a zona de Lisboa é das menos densas da Europa. Assim sendo, e tendo por base de comparação este cenário, foi arbitrada a leitura positiva.

Dimensão Policentrismo

Indicador de leitura positiva

Percentagem de edifícios não exclusivamente residências por localização geográfica

Este indicador reflecte a percentagem de edifícios não exclusivamente residenciais, o que representa, à luz da definição encontrada no subcapítulo 2.1 *Estado da arte*, um bom indício de um modelo de cidade poli nuclear. Perspectiva a distribuição de funções pelo território, equilibradamente e sob uma perspectiva de hierarquia horizontal.

Dimensão Policentrismo

Indicador de leitura negativa

Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência

Este indicador reflecte a duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante; de acordo com a definição de policentrismo encontrada no subcapítulo 2.1 *Estado da arte*, quanto maior for a duração dos movimentos pendulares perspectiva-se um modelo de cidade onde os conceitos de conectividade e escala de proximidade são fracos.

3_Marvila

3.1_Portugal no Século XIX - Precedentes Históricos Enquadrativos da Evolução Histórica e Urbanística do território de Marvila



Fig. 9 | Ortofotomapa representativo da Freguesia de Marvila no contexto do município de Lisboa | Fonte: Dados do mapa ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional; Ana Margarida Centeno, 2018

Para um melhor entendimento das opções e decisões que hoje vemos reflectidas no território de Marvila, é pertinente enquadrar e explicar os precedentes políticos e económicos e a evolução do ordenamento do território para perceber de que forma influenciaram o destino desta zona da cidade. Para tal, serão descritos nos subcapítulos que se seguem os marcos mais relevantes que estruturaram e perfizeram aquilo foi o decorrer do século XIX. O foco nos acontecimentos de génese política e de impacto económico vem demonstrar e corroborar a importância destes factores no poder de decisão e acção que recai sobre um território.

-

“Although we face unique problems in our day, many of the strengths and weaknesses of our present cities have been inherited directly from the nineteenth century”

Françoise Choay, 1969

O século XIX é caracterizado como sendo um período de grandes mudanças políticas e consequentes mudanças sociais; a par com a Europa, Portugal vê a sua história de regime absolutista, que perdurou durante séculos, cair. Palco da instauração da Monarquia Constitucional e das primeiras tentativas de destituição da monarquia por completo, o país revela inconsistência e indecisão política. “A substituição da legitimidade da origem divina do poder real pela que resultava dos valores da representação popular, que o iluminismo e a Revolução Francesa haviam feito emergir, teve consequências na organização do Estado e da sociedade e, também, na organização territorial.” (Fadigas, 2017).

Aquando das invasões francesas no início do século XIX (1807) e com a partida da corte para o Brasil, Portugal, sob a regência de D. Maria I, requereu da ajuda de Inglaterra, com quem mantinha relações de longa data. Esta aliança formou-se de modo a contrapor a aliança formada por França e Espanha que tinham como objectivo conquistar e dividir Portugal (Ventura, A.). Um acordo feito entre Portugal e Inglaterra no ano de 1808 abria por esta altura os portos brasileiros às nações amigas; dois anos mais tarde, assinava-se também o Tratado de Comércio e Navegação com Inglaterra: este acordo previa uma taxa alfandegária para as mercadorias inglesas de 15%. Ambos os países beneficiaram deste estreitamento de relações durante os anos da Guerra Peninsular: Portugal garantiu a sua independência, com a ajuda monetária e organizacional de Inglaterra, e esta conseguiu uma base territorial mais próxima de confronto com as tropas de Napoleão. Em 1910, com a Batalha do Buçaco e com a ofensiva nas Linhas de Torres Vedras, Portugal viu-se vitorioso perante as tropas napoleónicas. Não obstante, os gastos humanos e económicos e a estadia duradora da

corte portuguesa no Brasil durante a guerra deixaram o país numa situação crítica do ponto de vista económico e institucional (Ventura, A.).

Em 1816, com a morte da rainha D. Maria I, D. João VI é aclamado rei; é então, no ano de 1817, que Portugal, ainda sob o comando do general William Carr Beresford, vê nascer uma curta conspiração que não tardaria a morrer nesse mesmo ano: a chamada Conspiração de Lisboa. Revoltados com a contínua assunção de um oficial britânico no comando do exército e com uma crise económica instalada, um grupo de oficiais do exército português e da maçonaria iriam formar o “Supremo Conselho Regenerador de Portugal e do Algarve”. Tinham como objectivo expulsar os oficiais ingleses em comando e fazer regressar o rei, que à data permanecia no Brasil (Ventura, A.).

Em 1820 nova revolução é feita, desta vez na cidade do Porto; as vozes dos tumultos requeriam o regresso da corte a Portugal e a restauração do Pacto Colonial, a fim de recuperar a autoridade régia do país. William Carr Beresford navega até ao outro lado do Atlântico, com vista a requerer mais recursos e poderes, mas ao chegar a Portugal vê-se impedido de desembarcar e obrigado a retornar a Inglaterra. Em 1821, as cortes regressam a Portugal, à excepção do Rei D. João IV, que permanece no Brasil como Príncipe Regente, e dão início à redacção de uma constituição provisória; ainda nesse mesmo ano o Brasil proclama a sua independência (Ventura, A.). Do trabalho das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa de 1821 a 1822, redige-se a primeira Constituição Portuguesa, que dá início à Monarquia Constitucional. Da aprovação deste regime, destacam-se como principais mudanças a independência dos três poderes políticos, a responsabilidade legislativa das Cortes eleitas pela Nação, a revogação de favorecimentos quer à nobreza quer ao clero, a extinção da hierarquização social estabelecida pelo sistema de ordens, a consagração dos direitos e deveres individuais de todos os cidadãos portugueses e o fim de alguns privilégios feudais (Ventura, A.).



Fig. 10 | Pintura de Veloso Salgado; Passos Manuel, no Palácio das Necessidades, durante os trabalhos das Cortes de 1821, que aprovariam a 1ª Constituição Portuguesa | Fonte: <https://acervo.publico.pt/40-anos-da-constituicao/o-que-mudou>, consultado a 01/10/2018

Esta constituição, jurada pelo Rei D. João VI, produziu contestação e revolta por parte da sua mulher, D.^a Carlota Joaquina, e do seu filho, o Infante D. Miguel. Em 1823, é feita uma insurreição (Vilafrancada) levada a cabo pelo infante com o objectivo de recuperar o regime absolutista abdicado um ano antes e a dissolver as cortes; o antigo regime é de novo reposto e D. Miguel é nomeado Generalíssimo e Chefe do Exército. Um ano mais tarde, eclodia outra revolução, a Abrilada: uma tentativa falhada do infante de subir ao poder que teve como consequência o seu exílio.

Depois de declarada oficialmente a independência do Brasil e finda a guerra entre absolutistas e liberais em 1834, Portugal viria outra vez a confrontar-se com a necessidade de reforma do Estado de modo a manter-se a par com as exigências da modernização. O território passou a ser visto não só como suporte representativo do poder como também instrumento de desenvolvimento económico. O impulsionar da exploração do carvão e do aço e o alargamento das relações comerciais, fizeram “crescer a importância da agricultura como produtora de bens transaccionáveis.” (Fadigas, 2017).

Ainda assim, o desenvolvimento económico de Portugal continental sempre encontrou grandes dificuldades devido ao inconsistente exercício do poder e à incapacidade de assegurar a continuidade de políticas públicas. A agricultura consolidava a base da frágil estrutura

económica de Portugal continental; assente num modo de produção manual, a produtividade revelava-se baixa, com grande consumo interno e que respondia na maioria das vezes à própria subsistência alimentar. Tornava-se imperativo alterar os padrões sociais e económicos de modo a estimular o surgimento de investidores e o aproveitamento dos recursos nacionais através de uma economia aberta. Com as reformas introduzidas pelos governos liberais o reconhecimento da “importância do território como instrumento de desenvolvimento económico e social” e o “reconhecimento e estudo das suas riquezas e potencialidades” deram resposta às necessidades do desenvolvimento económico nacional (Fadigas, 2017).

Dos ideais liberais pretendia-se uma reestruturação social através do uso e posse de terra; “a extinção do regime senhorial e dos vínculos que constituíam a teia na qual decorria a vida dos pequenos agricultores [...] tinha como objectivo tornar a posse de terra, em regime de propriedade plena, uma forma de libertação individual” (Fadigas, 2017). Em 1834, com a extinção das ordens religiosas, e consequente desamortização, e a venda de bens públicos e da Coroa para incorporação no património do Estado, permite amortizar as dívidas públicas decorrentes da guerra civil e o alargar da base social de apoio à nova realidade política. As alterações ao uso e posse de terra originaram uma classe burguesa, que viria a tornar-se parte indispensável às transformações territoriais, principalmente nos grandes centros, e suporte das medidas políticas que transformaram territorialmente o Portugal contemporâneo. Estas mudanças permitiram o aumento da área cultivada, o início da florestação de algumas zonas do país e, com o período da Regeneração, também a criação de novas estradas e a construção de linhas de caminho-de-ferro. Esta abertura dos territórios veio facilitar a migração de muita população para os grandes centros onde a industrialização atraía cada vez mais mão-de-obra.



Fig. 11 | Inauguração, a 28 de Outubro de 1856, da primeira linha de caminho-de-ferro em Portugal; aguarela de Alfredo Roque Gameiro | Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Regenera%C3%A7%C3%A3o_\(hist%C3%B3ria\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Regenera%C3%A7%C3%A3o_(hist%C3%B3ria)), consultado a 01/10/2018

O movimento da Regeneração, iniciado com a queda do governo de Costa Cabral, tinha como objectivo principal criar condições com vista ao desenvolvimento económico e social a par com a estabilidade das suas instituições políticas - o objectivo seria alcançado através de um programa de construção de infra-estruturas essenciais para o desenvolvimento industrial e para a dinamização do comércio. De modo a estimular e aproveitar o esforço de industrialização que se iniciava, era imperativo criar um mercado interno, o que implicava um forte investimento numa rede de acessibilidade. A reforma do correio fez também parte das políticas de alargamento do mercado interno e de integração das diferentes regiões, ajudando a que, paralelamente à construção das linhas férreas, se fosse alargando a rede de estradas. Este período de investimento em obras públicas e do qual surgiram inevitavelmente vários empréstimos teve consequências financeiras negativas no país; ainda que o período da Regeneração seja o que apresentou maior crescimento económico entre 1830 e a 1ª Grande Guerra, a acumulação de défices públicos foi uma constante. “A expectativa de que ‘com uma economia em crescimento, aumentaria a capacidade de consumo e o número de consumidores e, por conseguinte, multiplicar-se-iam os produtos tributados e os contribuintes’ não se concretizou, arrastando o país para uma crise

financeira prolongada” (Fadigas, 2017). A infra-estruturação do país, com todos os investimentos feitos a nível de acessibilidades, não conseguiu responder às regiões interiores, que continuaram isoladas. A concentração de investimentos nas regiões mais próximas dos grandes centros urbanos ou daqueles que com estes mantinham melhores ligações revelou-se determinante para a organização e estruturação territorial do país. A população urbana cresceu e com ela a importância das cidades de Lisboa e Porto, onde se veio a concentrar o poder político e económico.

O crescimento demográfico destas cidades não conseguiu responder de imediato às necessidades de habitação; “as condições de salubridade urbana [...] vieram a exigir medidas de organização e de gestão urbana que constituíram a base para o estabelecimento das primeiras políticas urbanísticas modernas” (Fadigas, 2017). No ano de 1865 é então publicada a Lei dos Melhoramentos Urbanos, que estabelecia as regras de limpeza, saneamento e salubridade, traçado viário e facilidade de circulação e regulação da edificação urbana. Esta lei veio demonstrar a afirmação do poder do Estado na organização e gestão territorial.

3.2_Marvila no Século XX - Evolução Histórica e Urbanística do Território de Marvila

No começo do século XIX, Portugal revelava quase 3 milhões de habitantes no reino; administrativamente estava dividido em 43 comarcas de correição, da qual Lisboa dispunha de um estatuto jurídico-administrativo especial. Embora a divisão regional tradicional fossem seis províncias - Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve -, com propósitos de existência histórico-geográfica e militar, era às comarcas que se devia a circunscrição administrativa e judicial (Sousa, 1996). A de Lisboa apresentava 13 bairros os quais agrupavam indistintamente freguesias da cidade e arredores - Alfama, Andaluz, Bairro Alto, Belém, Castelo, Limoeiro, Mocambo, Mouraria, Remolares, Ribeira, Rocio, Rua Nova e Santa Catarina (Sousa, 1996).

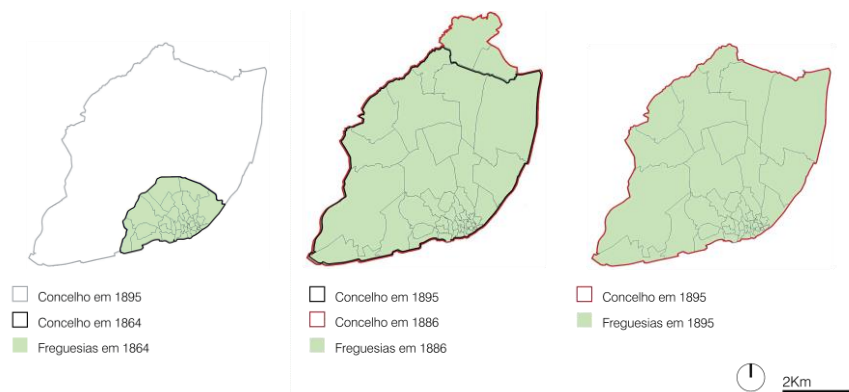


Fig. 12 | Lisboa em meados do século XIX. Concelho e freguesias em 1864 | Fonte: Alves, Daniel R., Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX. Lisboa, 2011; trabalhada por Ana Margarida Centeno, 2018

Fig. 13 | Lisboa no final do século XIX. Concelho e freguesias em 1886 | Fonte: Alves, Daniel R., Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX. Lisboa, 2011; trabalhada por Ana Margarida Centeno, 2018

Fig. 14 | Lisboa no final do século XIX. Concelho e freguesias em 1895 | Fonte: Alves, Daniel R., Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX. Lisboa, 2011; trabalhada por Ana Margarida Centeno, 2018

O desenvolvimento demográfico e urbanístico da cidade levou a várias alterações nos limites das suas freguesias. As mais relevantes

alterações aos limites das freguesias ocorreram nos anos de 1852, 1885-1886, 1895 e 1959.

Na primeira metade do século XIX, Lisboa tinha 70 freguesias; com o decreto de 11 de Setembro de 1852, as 70 freguesias passaram a quase metade: 34. Um novo decreto sobre a reorganização das freguesias é elaborado em 1885, como consequência da criação da nova circunvalação; Lisboa expandia o seu território, passando assim a ficar com 44 freguesias. Cirúrgicas alterações ocorreram nos anos seguintes, acabando por não surtir efeito a longo prazo, já que em 1895 novo decreto é redigido. Apesar das constantes reformas administrativas, os limites das freguesias mantiveram-se quase inalterados durante o decorrer do século XIX. É no decorrer de uma destas alterações, na de 1886, que a freguesia de Marvila se torna parte do município de Lisboa, pertencendo anteriormente ao dos Olivais.

A datar a sua reconstrução no ano de 1154, pelo rei D. Afonso Henriques, o Antigo Convento de S. Félix e Sto. Adrião de Chelas foi motor de desenvolvimento da freguesia de Marvila; foi em torno deste convento que, mais tarde, se fixaram e cresceram as quintas que dão nome e caracterizam ainda hoje a toponímia e edificado de Marvila (Fig. 16).

A Marvila do século XIX tem origens fundamentalmente rurais: é caracterizada pelas suas inúmeras e vastas quintas e hortas que gozavam das férteis terras banhadas pelo rio Tejo. A fixação destas quintas e dos seus proprietários, a maioria famílias oriundas do Norte do país, resultou num aumento significativo da população, que se reflectiu positivamente nos números populacionais da cidade de Lisboa. Da exploração das quintas advinham produtos do cultivo, os quais eram vendidos em Marvila. Com o aumento populacional da cidade e paralelo aumento do cultivo, a distribuição e comercialização alargou-se aos mercados do centro de Lisboa.

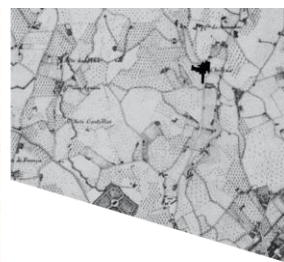
Com os desenvolvimentos trazidos pela Revolução Industrial e pelas reformas do período da Regeneração nas infra-estruturas, impuseram-se novas necessidades. Das que mais influenciaram o território de Marvila conta-se a necessidade de modernização do porto de Lisboa que teve início em 1887 e que teve repercussões no desenvolvimento social e microeconómico deste território.



Fig. 15 | Planta de localização do Convento de S. Félix e Sto. Adrião de Chelas e da sua envolvente na cidade de Lisboa; Planta da cidade de Lisboa por Filipe Folque, 1871 | Fonte: <https://www.pinterest.com/pin/554927985329985803/>, consultado a 7/05/2018



Excerto da Planta de Lisboa
Filipe Folque, 1871



Excerto da Planta da cidade de Lisboa
J. F. Palha, 1875



Excerto da Planta da cidade de Lisboa
Silva Pinto, 1911



Fig. 16 | Evolução do Convento de S. Félix e Sto. Adrião de Chelas e da sua envolvente | Fonte: Turma 5ºB do ano lectivo 2017/2018, FAUL, Lisboa

O significativo aumento da população de Lisboa no virar do século, como consequência da industrialização, traduziu-se na intensificação do processo de urbanização da cidade. Assiste-se ao crescimento da capital, que, de forma radial, vai aumentando desde a Praça do Comércio até às zonas de Alcântara, Prazeres, Campolide, São

Sebastião da Pedreira, Arco do Cego, Arroios, Penha de França, Cruz de Pedra e Santa Apolónia. Este crescimento radial viria cingir outras zonas da cidade, de carácter rural, como Benfica, Charneca, Carnide, Lumiar, Ameixoeira, Chelas, Xabregas, Moscavide, Olivais e Ajuda.

De 1938 a 1948, o urbanista Étienne De Gröer e o engenheiro Emídio Abrantes, em conjunto com os serviços técnicos municipais, definiram as grandes linhas de desenvolvimento da cidade de Lisboa; no ano 1948 é concluído o Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (PGUEL) que teve como principais linhas de força a criação de uma rede viária radiocêntrica a partir de um eixo construído pela Av. António Augusto Aguiar e o seu prolongamento até à estrada Lisboa-Porto, a organização de densidades populacionais decrescentes do centro para a periferia, a criação de uma zona industrial na zona oriental da cidade, associada ao porto, a construção de uma ponte sobre o Tejo no Poço do Bispo-Montijo, ligada a uma das circulares, a construção de um aeroporto internacional na parte norte da cidade, a criação de um parque em Monsanto com cerca de 900ha, e uma zona verde em torno da cidade que incluiria o Parque de Monsanto e que se prolongaria pela várzea de Loures até ao Tejo (Lisboa, C.M.³).

O ano de 1938 marca assim o princípio de uma profunda reforma na administração municipal. Este período de actividade urbanística municipal tem por base o processo de expropriação, a legislação de realojamento provisório e o auxílio da então criada Secção de Melhoramentos Urbanos. “(Dos) objectivos da nova visão da administração urbanística da cidade era entregar à Câmara Municipal de Lisboa a exclusividade dos trabalhos de urbanização.

Até aí, estavam quase todos na mão de particulares, dada a falta de meios financeiros por parte da Câmara. Pretendia-se impedir que o desenvolvimento de Lisboa fosse impulsionado pela iniciativa interesseira de pro proprietários e especuladores.” (Brito, 2007).

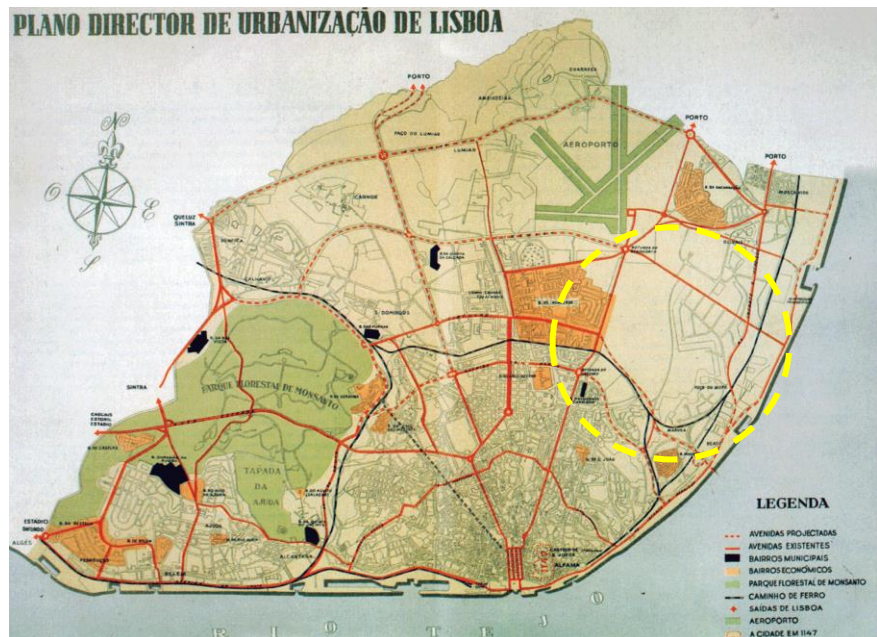
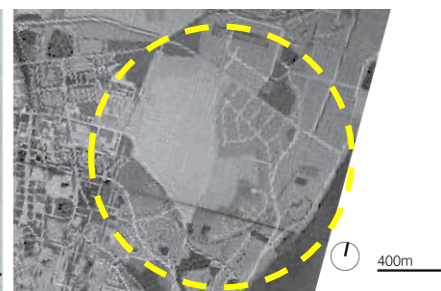


Fig. 17 | Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, Étienne De Gröer, 1948 | Fonte: CML, <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano>, consultado a 20/08/2018

Através da Planta Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa e da Planta das circulações, comunicações principais e dos espaços livres (Fig. 18), ambas pertencentes ao PGUEL, observa-se que, comparativamente à restante cidade, o território de Marvila se constata um grande vazio expectante. Onde outrora se encontravam inúmeras e vastas quintas e hortas, é planeada agora uma zona norte vazia e uma zona ribeirinha à espera da reorganização do caminho do oriente.



Excerto da Planta Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa
Etienne De Gröer, 1948



Excerto da Planta das circulações, comunicações principais e dos espaços livres
Etienne De Gröer, 1948

Fig. 18 | Excertos de plantas do PGUEL, 1948 | Fonte: CML, <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano>, consultado a 20/08/2018

Em 1954, é criado o Gabinete de Estudos de Urbanismo, da CML, donde é lançado novo plano com vista à revisão do antigo. Este novo

plano, o Plano Director de Urbanização de Lisboa (PDUL), datado de 1959 e elaborado pelo engenheiro Guimarães Lobato, mantém, na sua maioria, as proposições do antigo plano (Lisboa, C.M.³). Das alterações propostas surge, por exemplo, a alteração da ligação das duas margens Poço do Bispo - Montijo para Alcântara - Almada. No PDUL podemos observar que a área correspondente a Marvila é agora zonada de acordo com zona portuária / indústria, zona verde e área construível. Estes três usos patentes no plano viriam a dar origem ao ordenamento que conhecemos hoje em dia no território de Marvila.

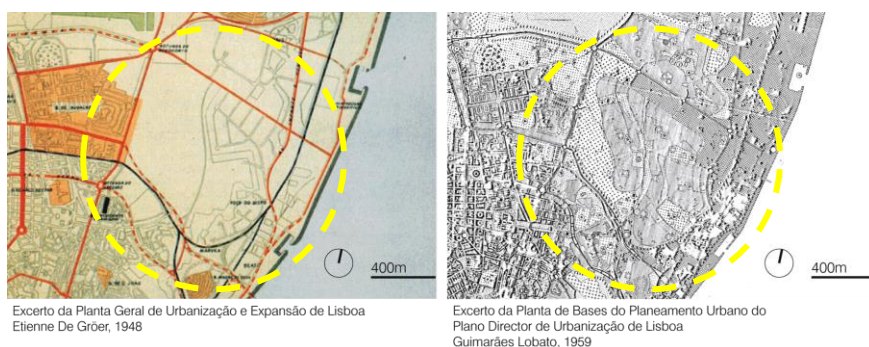


Fig. 19 | Excertos de plantas do PGUEL e do PDUL | Fonte: CML, <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano>, consultado a 20/08/2018

O plano de De Gröer de 1948 para Lisboa previa também a urbanização da zona de Chelas. Em 1959 é pedido à autarquia que, em cerca de 3 meses, apresente o primeiro plano para distribuição dos terrenos do novo núcleo urbano da cidade, com vista a estimular a construção de casas de renda moderada para famílias com baixo rendimento. Dado o curto período de tempo disponível, a câmara toma como opção a zona da cidade designada de *Célula A de Habitações* no estudo de urbanização de Olivais, pois a maioria dos lotes era propriedade municipal, a rede viária já se encontrava construída e os estudos de urbanização completados. No seguimento do plano dos Olivais, face às necessidades prementes de realojamento, foi decidido recorrer, para o efeito, à zona de Chelas, onde dois núcleos foram rapidamente construídos, sendo as suas áreas de ocupação aproximadamente de 3,5ha.

No planeamento destes conjuntos, houve uma preocupação em definir, com a implantação dos edifícios, uma série de espaços exteriores, destinados a preencher grande parte das necessidades de vida ao ar livre dos respectivos moradores. Na quase totalidade dos núcleos edificados, estes logradouros desenvolveram-se em sucessivas plataformas, acentuando a sua completa adaptação à topografia local (SIPA).

Com a fundação da organização europeia EFTA, em 1960, Portugal, um dos seus membros fundadores, veio a observar uma viragem gradual a nível económico, que se reflectiu no crescimento e desenvolvimento industrial, económico e urbano. Com vista a enquadrar a nova realidade trazida pelo fomento económico foi elaborado novo plano - Plano Geral de Urbanização de Lisboa (PGUL). A sua elaboração tinha como objectivo dar resposta ao aumento do tráfego automóvel, ao arranque da rede de metropolitano, à construção da Ponte sobre o Tejo e ao início do processo de terciarização do centro e do crescimento dos arredores da cidade. O plano foi atribuído ao arquitecto-urbanista Meyer-Heine, ao qual lhe incumbia consequentemente uma revisão do PDUL; daqui resultou um instrumento de ordenamento do território que abrangeu a totalidade da área do concelho elaborado entre 1963 e 1967 (Lisboa, C.M.³). O PGUL é publicado a 1966 e alterado e publicado novamente em 1976, com ligeiras alterações à edição anterior. Como principais medidas cuida a criação de um eixo-distribuidor, apoiado a norte e a sul na auto-estrada do Norte e na Ponte, passando pelo Aeroporto; o prolongamento da Avenida da Liberdade como grande eixo monumental, de modo a descongestionar a Baixa e criar um novo pólo que atraísse o tráfego para fora do centro e a divisão da cidade em “unidades base de planeamento”, designadas por Unidades de Ordenamento do Território - UNOR's (Lisboa, C.M.³).

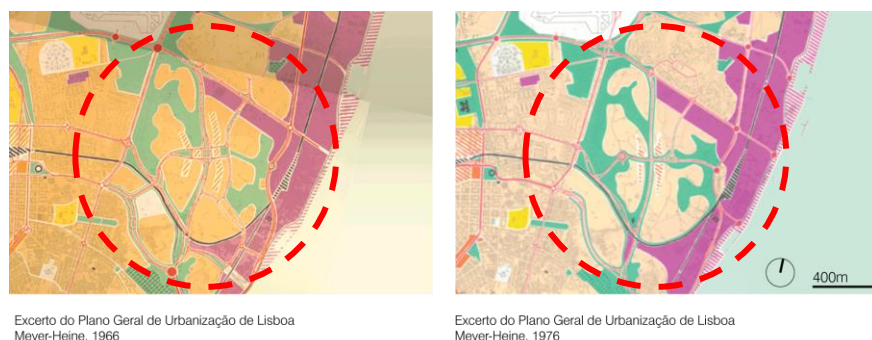


Fig. 20 | Excertos de plantas do PGUL | Fonte: CML, <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano>, consultado a 20/08/2018

As alterações no território de Marvila do PDUL para o PGUL são ligeiras; ao zonamento da zona industrial e portuária não são feitas alterações, assim como ao zonamento ferroviário. Das vias previstas no plano de 1959, poucas são as que se mantêm sendo que no plano de 1966 são introduzidas um conjunto de novas vias rápidas, as quais intencionadas para fazer a ligação das zonas industrial e portuária com a cidade, pelo seu interior, atravessando Marvila. O zonamento de área verde aumentou no plano de 1976, deixando menos área prevista para urbanização.

“A aceleração das transformações urbanas e das mutações sociais, nas grandes metrópoles e cidades, veio questionar, profundamente, os métodos e os processos de planeamento utilizados ao longo das décadas de 40/70” (Lisboa, C.M.³). Em 1990 são aprovadas as bases para a elaboração do Plano Estratégico e do Plano Director Municipal; nestas propostas definiam-se os princípios orientadores do processo de planeamento e os objectivos prioritários para a cidade. O Plano Estratégico de Lisboa (PEL) é então aprovado em 1992 e passa a constituir um importante instrumento de longo prazo – 10 anos - para apoio à tomada de decisão. De acordo com Lisboa, C.M.³, este plano visa estabelecer as linhas orientadoras da actuação municipal no sentido do ordenamento e desenvolvimento da cidade, e também o estabelecimento de uma “contratualização” de responsabilidade

partilhada com as entidades, agentes e organizações, dos sectores público e privado, que operam na cidade. O Município de Lisboa desenvolveu um sistema de planeamento com recurso a diversos instrumentos urbanísticos, em articulação com o PDM, dotando este último de suporte técnico e normativo definido. Como grandes objectivos estratégicos previsto no PEL destaca-se uma cidade de Lisboa atractiva para viver e trabalhar, competitiva nos sistemas das cidades europeias, reafirmada como capital metrópole e ainda a criação de uma administração moderna, eficiente e participada (Lisboa, C.M.³). Estes objectivos passavam por ultrapassar graves carências então existentes, sobretudo ao nível da habitação e das infra-estruturas urbanas e pelo esforço de requalificação de alguns espaços públicos de forma a dar resposta a uma melhoria da qualidade de vida dos residentes.

O modelo de ordenamento do Plano Estratégico de Lisboa de 1992 integrou um modelo urbanístico espacializado e diferenciado em 4 áreas ou unidades territoriais com alguma homogeneidade, advindo das problemáticas e potencialidades específicas (Fig. 20).

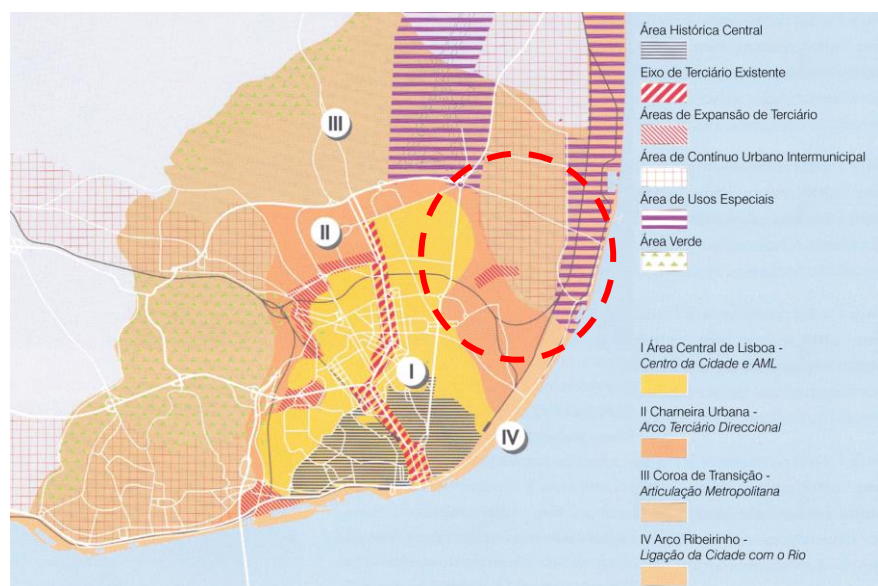


Fig. 21 | Modelo de Ordenamento Urbano; PDM 1994 | Fonte: CML, <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano>, consultado a 20/08/2018

No PEL, observa-se que o território que hoje se apresenta como freguesia de Marvila se encontra dividido entre *II Charneira Urbana - Arco Terciário Direccional* e *III Coroa de Transição - Articulação Metropolitana*, separado pela então Av. Central de Chelas, actual Av. Santo Condestável. A primeira zona supra-referida enquadra-se como zona “com condições privilegiadas para a localização de áreas de actividade terciária e serviços públicos de equipamentos de nível metropolitano e nacional e de interfaces de transportes de articulação da cidade com a AML ou com o país”, lê-se no Relatório de Enquadramento, de 1993 (Lisboa, C.M.³). É também previsto para esta mesma zona, mais precisamente no centro de Chelas, um projecto para uma nova área de serviços da Zona Oriental e um projecto de um interface de transportes. A segunda zona, a *III Coroa*, define-se no PDM como uma área “ainda não completamente ocupada, nem completamente estruturada urbanisticamente, que integra áreas habitacionais consolidadas, [...] áreas habitacionais em estruturação e consolidação ([...] Chelas), áreas verdes estruturantes ([...] Vale de Chelas), áreas habitacionais e industriais ‘clandestinas’ e degradadas e infra-estruturas de transportes” (Relatório de Enquadramento, 1993). Neste relatório, que viria a ser um enquadramento do PDM de 1994, é ainda referido que a área referente à *III Coroa* “apresenta debilidades e desequilíbrios que é necessário corrigir, nomeadamente deficiente estruturação e integração urbanística, desequilíbrios sociais, degradação ambiental, incompatibilidade de usos urbanos, etc. [...] debilidades estas mais acentuadas nas zonas Norte e Oriental da Coroa de Transição ([...] Chelas) (Lisboa, C.M.³).

Em 1994, o PDM de Lisboa veio estabelecer as regras de ocupação, uso e transformação do território municipal, sendo fundamentalmente um documento de suporte da administração urbanística; veio traduzir as opções e os conceitos urbanísticos formulados no âmbito do PEL, de 1992 (Lisboa, C.M.³). Os principais conceitos urbanísticos presentes

neste PDM foram os conceitos contidos no modelo baseado nas quatro áreas de ordenamento, definido no PEL, os conceitos do sistema de transportes, os princípios de ordenamento das actividades terciárias, a estrutura verde para Lisboa e o conceito de núcleos de interesse histórico e de património edificado contido na carta municipal do património (Lisboa, C.M.³). Com o PDM de 1994 iniciou-se uma primeira geração de políticas de reabilitação urbana, delimitando áreas históricas habitacionais; manteve também o modelo de circulação radioconcêntrico, ideia manifesta no Plano de De Gröer. É ainda instituído com este plano a protecção de valores ambientais e paisagísticos, como o sistema de vistas e de bens culturais.

3.3_Marvila no Século XXI

De acordo com os dados mais recentes, a Freguesia de Marvila conta com uma população de 36.107 pessoas - dados para 2011 - e com uma área de 6,23Km² (Lisboa, C.M.⁷). Após a reorganização administrativa das freguesias de Lisboa, em 2012, Marvila sofreu ligeiras alterações de fronteira com as suas confinantes, Beato e Areeiro, tendo mantido no entanto a sua estrutura principal. As suas freguesias confinantes mantiveram-se - a Norte, o Parque das Nações e os Olivais, a Oeste, Alvalade, a Sul o Areeiro e o Beato e a Este encontra-se banhada pelo rio Tejo, mais precisamente pelo denominado Mar de Palha.

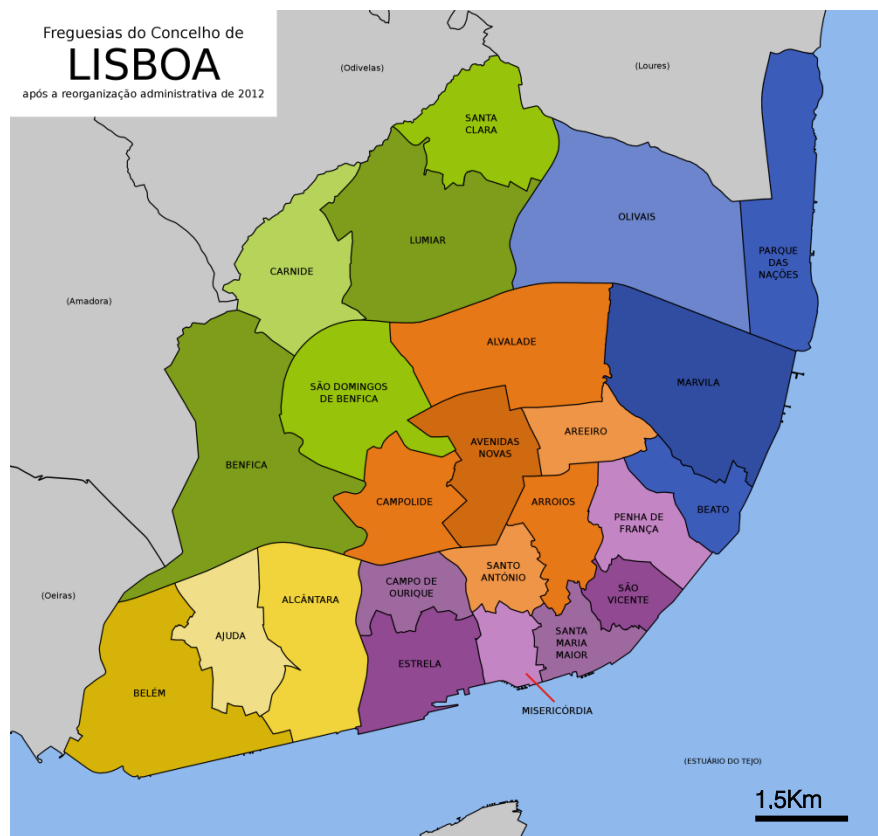


Fig. 22 | Mapa parcial do município de Lisboa demonstrativo da freguesia de Marvila e suas freguesias confinantes | Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_freguesias_de_Lisboa, consultado a 20/08/2018

Do PDM de Lisboa vigente constam como objectivos estratégicos recuperar, rejuvenescer e equilibrar socialmente a população de Lisboa; promover a reabilitação e a regeneração urbana - ARU de Lisboa -, alargando o conceito de área histórica a toda a cidade consolidada como forma de defesa e valorização do seu património histórico, cultural e paisagístico; tornar Lisboa uma cidade amigável, segura e inclusiva; promover uma cidade ambientalmente sustentável e eficiente na forma como utiliza os recursos, incentivando a utilização de recursos renováveis, uma correta gestão de resíduos, a agricultura urbana e a continuidade dos sistemas naturais e aumentando a resiliência urbana; promover uma cidade inovadora e criativa, capaz de competir num contexto global e gerar riqueza e emprego; afirmar a identidade de Lisboa num mundo globalizado; criar um modelo (D.R.²).

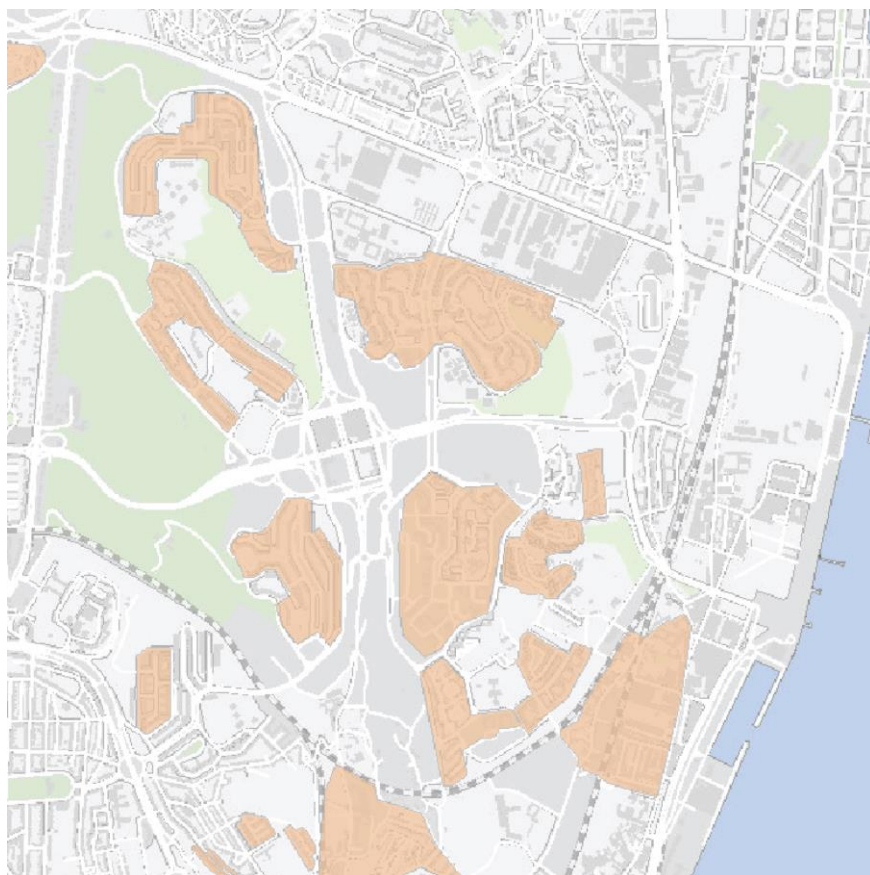


Fig. 23 | Planta de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária da Freguesia de Marvila à data do PDM de Lisboa - 2012 | Fonte: <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>, consultado a 24/10/2018

O processo *Visão Estratégica - Lisboa 2012* (Lisboa, C.M.³), que visava o período temporal 2002 - 2012, surgiu na sequência do PEL (1992), altura em que começaram os trabalhos de revisão do PDM de Lisboa de 1994. Este processo não pretendia substituir o antigo plano estratégico mas sim funcionar como um referencial para as políticas do executivo; pretendia pois ser um documento prospectivo relativamente à condução da política local de ordenamento do território e do desenvolvimento urbano da cidade (Lisboa, C.M.³). A *Visão Estratégica - Lisboa 2012* tinha como ideia de base a formulação de um documento que garantisse a coerência dos eixos de desenvolvimento urbano da cidade e a permanência no tempo e no espaço de algumas políticas municipais de carácter estruturante. Desta maneira, seriam evitados obstáculos aos seus objectivos, decorrentes de mudanças de mandatos (Lisboa, C.M.³). A tabela abaixo apresenta os Eixos de Desenvolvimento da estratégia e os seus Princípios e Valores; a maioria das intenções presentes nesta proposta para 2002 - 2012 decorrem do PEL de 1992.

Eixos de desenvolvimento e Princípios e Valores da Visão Estratégica - Lisboa 2002 - 2012	
Eixos de Desenvolvimento	Princípios e Valores
Lisboa Cidade de Bairros <i>Qualificação dos Bairros e espaços públicos</i>	Reabilitação Urbana
Lisboa Cidade de Empreendedores <i>Empreendedorismo e dinâmica empresarial</i>	Harmonia
Lisboa Cidade de Culturas <i>Turismo, Animação Cultural, Cosmopolitismo e Multiculturalidade</i>	Integração e Mistura de Funções
Lisboa Cidade de Modernidade e Inovação <i>Modernização da Cidade e eficiência administrativa</i>	Ocupação de Vazios Urbanos
	Democratização
	Cosmopolitismo
	Intervenção Diferenciada

Tab. 2 | Eixos de desenvolvimento e Princípios e Valores da Visão Estratégica - Lisboa 2002 - 2012 | Fonte: CML, <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>, consultado a 20/08/2018

Na *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024*, considera-se que em relação à operacionalização da estratégia a seguir na reabilitação urbana esta deve conter a área de Marvila, sob a Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana - DMCRU. O projecto para a freguesia decorre da parceria efectuada com o IHRU para programar um vasto plano de reabilitação em fogos maioritariamente propriedade da CML ou do IHRU e em simultâneo intervir no espaço público e em acções sociais. Desta parceria nasceu o programa Viver Marvila (Lisboa, C.M.⁶).

Patrocinado pela CML e pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), este programa visa vários objectivos seguidamente referidos: “Marvila ambiciona ser uma comunidade inclusiva e segura, bem gerida, com bons serviços e equipamentos, exemplar em termos ambientais, com habitações e espaços públicos de qualidade, bem conectada com a cidade, economicamente activa e justa para todos” (Viver Marvila¹). Este programa visa também criar sinergias com os investimentos previstos para esta zona da cidade – instalação do Hospital de Todos-os-Santos e ligação à Terceira Travessia do Tejo (Ponte Chelas-Barreiro) – minimizando os seus impactos negativos e potenciando os aspectos positivos daí advindos (Lisboa, C.M.⁶).

Um outro programa promovido pela CML e vigente na Freguesia de Marvila é o BIP / ZIP. Este programa, criado em 2011 pela autarquia de Lisboa, tem como objectivo “dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais de melhoria dos “habitats” abrangidos, através do apoio a projectos levados a cabo por juntas de freguesia, associações locais, colectividades e organizações não-governamentais” (BIP / ZIP¹).

De acordo com o documento *Como recuperar, rejuvenescer e equilibrar socialmente a população?* (Lisboa, C.M.²), as áreas da cidade de concentração de habitação social, das quais uma delas Marvila, são também as que têm menor peso de agregados familiares pequenos e maior peso de famílias numerosas e monoparentais, bem como de crianças e jovens. O documento diz também que a freguesia de

Marvila, em relação a Lisboa, é a que apresenta das mais altas percentagens de analfabetismo e de população pouco instruída, de população dependente do rendimento mínimo e do subsídio de desemprego, de alojamento social e de edifícios com grandes ou muito grandes necessidades de reparação. De acordo com este documento, uma das condições de revitalização da cidade passa por reduzir a desigualdade na cidade através de políticas locais de reversão da concentração do alojamento social - aquando do estudo, mais de 60% do alojamento social localizava-se nas freguesias de Marvila, Charneca e Olivais - promovendo a integração social da respectiva população.

De acordo com o Relatório do Estado do Ordenamento do Território - REOT - (Lisboa, C.M.⁴), a freguesia de Marvila apresenta um decréscimo de população residente, entre os anos de 1991 e 2001, de 47827 mil pessoas para 38767 mil pessoas, representando este decréscimo uma variação da população de -18,9%.

Entre os anos de 2000 e 2007 a freguesia de Marvila foi uma das 5 freguesias do município de Lisboa que registou um saldo natural positivo, registando um aumento demográfico de pouco mais de 250 indivíduos. Apresenta portanto números contrários à dinâmica demográfica decrescente do município de Lisboa, contrastando pelo aumento de população na primeira década do século XXI, resultante da construção de fogos de habitação social.

Marvila destaca-se também dos números do município no que diz respeito aos níveis de instrução da população, registando uma taxa de analfabetismo de 10% em relação ao total de Lisboa (Lisboa, C.M.⁴). Esta taxa está relacionada com o aumento da proporção de população idosa e com o peso relativo elevado de famílias de estratos sociais mais baixos.

Conforme escrito no REOT e no que diz respeito à percentagem de população estrangeira residente em Lisboa, Marvila, a par com as freguesias do Lumiar e Charneca, concentra o maior número de

população estrangeira. No entanto, no caso de Marvila, esta concentração de população não tem um peso relativo elevado no conjunto da população residente total.

É também na freguesia de Marvila, a par com as freguesias da Charneca e Olivais, que se encontra a maior parte do edificado de habitação social (60%) (Lisboa, C.M.²).

Um outro factor caracterizador de Marvila é a percentagem de famílias constituídas por 5 ou mais indivíduos, que, no caso desta freguesia, nos anos de 1991 e 2001, se registou ser de 15%. De acordo com o REOT, “as famílias mais numerosas independentemente da idade dos seus membros constituem [...] outro grupo com maior exposição ao risco de pobreza”.

A taxa de desemprego na freguesia de Marvila ocupa o lugar mais alto na tabela de distribuição de população desempregada pelo município de Lisboa, a par com a antiga freguesia de Santa Maria dos Olivais.

Em contrapartida, e tendo em conta os factos supra relatados, na freguesia de Marvila residem 12,8% dos titulares do Rendimento Social de Inserção da cidade de Lisboa, ou seja, uma prestação social que “pretende facilitar a inserção no mercado de trabalho e a inclusão social de população muito carenciada” (Lisboa, C.M.⁴).

Um dos problemas constados (Lisboa, C.M.²) é o facto da freguesia de Marvila concentrar um grande número de população jovem e onde a taxa de crescimento natural se mantém positiva; “este aspecto vem reforçar a gravidade do problema já que as assimetrias e desigualdades em Lisboa tenderão a aumentar no futuro, com a concentração da população jovem da cidade em áreas de carência”.

Em suma, e de acordo com o (Lisboa, C.M.²), Marvila, em relação à cidade de Lisboa, apresenta um maior número de famílias monoparentais e famílias numerosas, maior taxa de analfabetismo e de população pouco instruída, maior percentagem de alojamento social e

de edifícios com grandes ou muito grandes necessidades de reparação.

Com base no estudo *Habitação e Mercado Imobiliário na Área Metropolitana de Lisboa* (Lisboa, C.M.⁵), e no que toca à organização da rede viária principal da Zona Oriental da cidade de Lisboa, a freguesia de Marvila desempenha um papel crucial na conectividade da cidade de Lisboa. As Avenidas Marechal Gomes da Costa e Gago Coutinho, delimitadores da própria freguesia, são contempladas nesta rede viária e é através da freguesia de Marvila, a par com os bairros de Moscavide, Portela e Santa Maria dos Olivais, que é colectada a circulação rodoviária para o centro da cidade.

A diferença de traçado de rua é ampla. Na extensão e dimensão do território de Marvila encontram-se tecidos urbanos rasgados por largas avenidas; numa mesma área, logo ao lado, encontram-se também pequenas azinhagas, escondidas por altos prédios, que dão acesso a edifícios de inferior densidade ou a hortas. Em Marvila, a percentagem de edificado habitacional de 5 ou mais pisos é igual à percentagem de edificado de 1 ou 2 pisos - 46%.



Fig. 24 | Contraste de traçado de rua - Av. Da Ucrânia e Azinhaga dos Alfinetes | Fonte: Dados do mapa ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional

A geografia física da freguesia é também ela diversa. A maioria do território desta freguesia não tem edificação, pelo que a percentagem de território ocupado por vegetação detém um lugar visual central. Comparando com outras freguesias do município de Lisboa, a freguesia de Marvila possui um rácio de área vegetativa maior do que, por exemplo, a freguesia de Belém ou a freguesia da Estrela, ambas freguesias ribeirinhas e não-limítrofes com freguesias do centro-histórico. Por outro lado, comparando com a freguesia de Alcântara, ribeirinha e não-limítrofe com freguesias do centro-histórico, o rácio entre vegetação e área construída é tão grande como o rácio que a freguesia de Marvila apresenta.

Marcada por declives acentuados, nela podemos encontrar dois vales, o Vale de Chelas, com termo na freguesia do Beato, e o Vale Fundão; possui dois parques urbanos, o Parque da Bela Vista e o Parque do Vale Fundão. Mas são as hortas que mais caracterizam e identificam a freguesia de Marvila.



Fig. 25 | Parque Vale do Fundão e Parque da Bela Vista | Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento>

A disposição dos bairros da freguesia de Marvila é clara: eles identificam-se pelo seu isolamento no território, cercados ou por hortas, ou parques urbanos ou grandes avenidas.

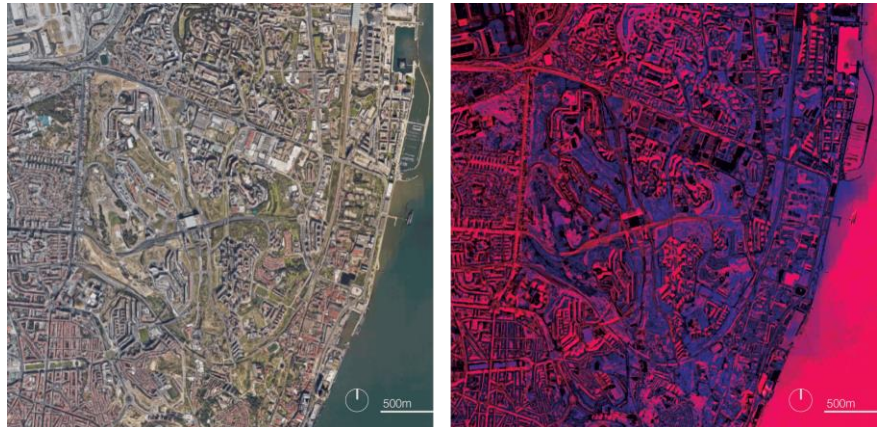


Fig. 26 | Ortofotomapas da freguesia de Marvila demonstrativos do traçado do tecido urbano, com planta de contraste | Fonte: Dados do mapa ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional

A maioria dos bairros, principalmente aqueles localizados a Norte da freguesia, é caracterizada pelos seus conjuntos habitacionais de alta densidade. As cores vibrantes caracterizadoras destes edifícios foram substituídas por cores baças, com a ajuda do tempo e da falta de manutenção. As varandas nos edifícios são quase inexistentes, e os que as têm contemplam agora marquises. A maioria destes conjuntos (60%) data a sua construção a partir de 1970, altura de grandes intervenções estatais de realojamento e integração populacional (Lisboa, C.M.²).



Fig. 27 | Edifício "Pantera cor-de-rosa", Bairro dos Lóios | Fonte: <http://lisboasos.blogspot.com/2009/03/um-grelhador-em-marvila.html>, consultado a 29/09/2018

Sendo uma das freguesias com maior percentagem de território do município de Lisboa, contemplando cerca de 7% do total de área e qualificando-se como 4^a maior freguesia do município, Marvila alberga em si uma infinidade de cenários. Na extensão do seu território contam-se vários bairros - Bairro dos Alfinetes e Salgadas, Bairro do Condado, Bairro dos Lóios, Bairro das Amendoeiras, Bairro da Flamengo, Bairro do Armador, Bairro do Marquês de Abrantes, Bairro da PRODAC (Norte e Sul), Bairro do Vale Formoso e Poço do Bispo (Marvila, J. de F.).

Sendo Marvila uma freguesia, constitui-se em si mesma como a menor divisão administrativa. Mas a sua subdivisão continua ao olharmos o seu território - vários aglomerados de edificação saltam à vista; quer pelo seu conjunto urbanisticamente homogéneo quer pelo facto de estarem isolados uns dos outros. Mesmo não sendo divisões com carácter vinculativo à gestão do território, estes conjuntos representam uma parte importante da identidade de Marvila e contêm em si a história desta freguesia.

O conceito de bairro surgiu por volta da industrialização como forma de dar resposta ao aumento de população que as zonas próximas da indústria atraíam. Estes bairros, diferentes dos já presentes no território, como o Bairro Alto ou o Bairro de Alfama, foram criados especificamente para dar resposta a um problema emergente: tinham como objectivo albergar os operários fabris. Esta classe operária encontrava alojamento em palácios arruinados ou conventos desafectados, em condições de habitabilidade miseráveis. “Tornava-se necessária, [...] a intervenção do Estado ou a iniciativa de cooperativas ou associações sem fins lucrativos” (Pereira, 1994) para acomodar as camadas mais pobres das classes trabalhadoras. Porém, o conjunto de dificuldades financeiras pelo qual Portugal atravessava a segunda metade do século XIX impossibilitou-o de dar resposta à questão do alojamento fabril; é então através da iniciativa privada que se inicia a

construção de vilas operárias. Proprietários de fábricas construíam alojamentos para os seus operários, onde as condições pudessem ser melhores que o alojamento precário de que se dava conta. No entanto, veio a constatar-se que as condições habitacionais permaneciam insustentáveis: “desprovidos quase sempre de qualquer tipo de instalações sanitárias e de abastecimento de águas, os pátios não dispunham de condições de salubridade mínimas, ao que acrescia a sua localização térrea, expostas assim às humidades, e a ausência de radiação solar, por se encontrarem ensombrados, muitas vezes em caves atrás de prédios” (Pereira, 1994).

Apresentam-se de seguida alguns dos bairros da freguesia de Marvila, com vista ao entendimento da evolução deste território, fortemente marcado pela evolução dos seus conjuntos habitacionais.



Fig. 28 | Mapa parcial da freguesia de Marvila representativo dos seus bairros | Fonte: Turma 5ºB, ano lectivo 2017/2018, FAUL

Bairro dos Alfinetes e Bairro das Salgadas

O Bairro dos Alfinetes e o Bairro das Salgadas devem a sua toponímia a duas grandes quintas que datam de finais do século XVIII: a Quinta dos Alfinetes e a Quinta das Salgadas. De entre os primeiros inquilinos da Quinta dos Alfinetes consta o Duque de Lafões, D. Pedro Henrique de Bragança, e a Congregação dos Lóios (Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista); da Quinta das Salgadas consta como proprietária D^a. Ana Joaquina Salgado e sua família (BIP / ZIP²) (BIP / ZIP²). É apenas no século XIX que a Quinta dos Alfinetes ganha a sua denominação actual, com a conversão do seu palacete em fábrica de trefilagem e alfinetaria. A influência económica da fábrica, por um lado, e a proximidade e importância de ambas as quintas, por outro, deixou fortes marcas na memória dos seus habitantes próximos, acabando as quintas por nomear os bairros de Alfinetes e Salgadas.



Fig. 29 | Fotografia aérea do Bairro dos Alfinetes e Bairro das Salgadas | Fonte: ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional

O Bairro dos Alfinetes, como se conhece hoje em dia, tem a sua primeira fase de construção no ano de 1995, do qual fizeram parte quatro grandes edifícios cor-de-rosa, que serviram para realojar os moradores do já extinto Bairro Chinês (Marvila, J. de F.).

Hoje em dia, estes dois bairros estão incluídos na Carta dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa (BIP / ZIP), consagrando-se assim como bairros que concentram carências sociais, casas degradadas e falta de equipamentos e transportes. O Bairro das Salgadas foi ainda alvo de um relatório no âmbito da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga do Instituto da Droga e da Toxicodependência (Marvila, J. de F.).

Bairro do Condado

A construção dos primeiros fogos do Bairro do Condado data de 1965; a primeira fase desta construção concluiu 280 fogos aos quais se somaram mais 1970, construídos ao longo de 20 anos, através de duas outras fases (Marvila, J. de F.).



Fig. 30 | Fotografia aérea do Bairro do Condado | Fonte: ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional

Este bairro é um dos bairros da freguesia de Marvila que também partilhava da denominação de “Zona”; a então Zona J, que assim permaneceu entre os anos de 1975 a 1978, era caracterizada pela falta de iluminação pública, transportes e ruas asfaltadas. Projectado pelo Arquitecto Tomás Taveira, este conjunto habitacional tem sido uma

zona da cidade de Lisboa alvo de vários problemas sociais; em 2009, é concedido a GEBALIS, empresa que gere os bairros sociais da cidade de Lisboa, uma verba de 3 milhões para que o “corredor da morte” fosse demolido. Este espaço rectangular “formado por prédios, com corredores estreitos e escuros” proporcionava o tráfico de droga e conflitos mortais entre “gangs” (BIP / ZIP²).

Bairro dos Lóios

Os terrenos das antigas quintas do Bairro dos Lóios eram conhecidos pelas suas vacarias, que forneciam de leite ao centro da cidade, e pelas suas plantações de oliveiras. O Bairro dos Lóios acolheu também realojamentos de várias famílias oriundas de outras partes de Lisboa, assim como o realojamento dos retornados após a independência das colónias portuguesas em África (Marvila, J. de F.).

Este bairro acolheu durante a segunda metade do século XX diversas experiências urbanísticas por parte de diversos arquitectos e urbanistas portugueses, que estiveram no seu desenho e programa.



Fig. 31 | Fotografia aérea do Bairro dos Lóios | Fonte: ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional

Bairro das Amendoeiras

Tal como a maioria dos bairros da freguesia de Marvila, o Bairro das Amendoeiras tem origens rurais. Outrora denominado de Zona I, o Bairro das Amendoeiras vê as suas primeiras habitações nascer ao abrigo da entidade Fundo de Fomento da Habitação, na década de 60. Este primeiro projecto, intitulado à data, de “Bairro de casas económicas de Chelas” (BIP / ZIP²).



Fig. 32 | Fotografia aérea do Bairro das Amendoeiras | Fonte: ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional

Bairro da Flamengo

Com o início da construção da Ponte 25 de Abril, em 1962, e decorrentes trabalhos de acesso à obra, houve a necessidade de realojar muitas das famílias que residiam no Vale de Alcântara. Estas famílias foram colocadas a residir no antigo Bairro do Relógio, bairro este que fazia fronteira com os limites do Aeroporto Humberto Delgado. No entanto, não tardaria muito para que novo plano de realojamento tomasse lugar: as fracas condições de habitabilidade, a falta de espaços verdes consolidados e a falta de equipamentos sociais, culturais e desportivos, fez com que a Câmara Municipal de Lisboa tomasse acção (BIP / ZIP²). É então no ano de 1981 que se

iniciam os trabalhos de construção do actual Bairro da Flamenga. Com 470 fogos iniciais, este novo projecto reúne não só as famílias do Bairro do Relógio, como também de outros aglomerados habitacionais, tais como as Quintas da Flamenga, Bela Vista, Passarinhos, Noiva, Montanha e Holandesa (Marvila, J. de F.).

Mais duas fases de construção decorreram entre os anos de 1981 e 1996, de onde se contam hoje em dia um total de 1442 fogos e 100 edifícios. O Bairro da Flamenga é um dos vários bairros que contam com o apoio do Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Marvila, “Viver Marvila” (Marvila, J. de F.).



Fig. 33 | Fotografia aérea do Bairro da Flamenga | Fonte: ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional

Bairro do Armador

Da quinta que originou, fixou e nomeou este bairro, Quinta do Armador, conta-se apenas o seu palácio, pertencente hoje em dia à Fundação Oriente e onde se encontram as instalações de uma das bibliotecas da freguesia de Marvila. O Bairro do Armador, mais conhecido pela designação Zona M até à década de 90, é um dos bairros que também deu resposta ao realojamento das famílias residentes no Bairro do

Relógio e arredores. Beneficiante do Programa de Intervenção a Médio Prazo - PIMP -, da CML, o Bairro do Armador contou com a construção de 68 edifícios entre os anos de 1992 e 1998. Acolheu ainda uma grande parte da comunidade macaense, aquando da transferência de soberania de Macau do Estado Português para a República Popular da China (Marvila, J. de F.).



Fig. 34 | Fotografia aérea do Bairro do Armador | Fonte: ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional

4_ Coesão Territorial no território de Marvila

Estudado e identificado o conceito de Coesão Territorial, dimensões e correspondentes indicadores e efectuada a caracterização e evolução histórica e urbanística do território de Marvila, pode-se agora dar início à aplicação do conceito ao território.

De acordo com os indicadores definidos para as diferentes dimensões no subcapítulo 2.2_ *Indicadores*, foram recolhidos e tratados os dados de modo a que, em cada um deles, sejam possíveis as comparações territorial - Município de Lisboa e Freguesia de Marvila - e temporal - anos 2001 e 2011 - relevantes para a análise proposta. Todos os indicadores são expressos sob a forma de um rácio, que permite a proporcionalidade das comparações. São expostas nos subcapítulos que se seguem as tabelas referentes a cada indicador proposto, apresentando, sempre que possível, numerador e denominador que estão na origem do cálculo do rácio.

Indicador				
Ano	Área Administrativa	Denominador	Numerador	Rácio

Tab. 3 | Tabela exemplificativa da recolha e tratamento dos dados dos indicadores | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

Depois de efectuada a recolha e tratamento dos dados referentes aos indicadores é necessária a aplicação de um modelo de análise que permita medir a coesão territorial. Para isso, é proposto um modelo onde é medida a posição relativa da freguesia face ao município, dividindo os valores dos rácios da freguesia pelos valores dos rácios do município, para cada ano.

Para aferir a coesão territorial de cada dimensão, procede-se ao cálculo da média aritmética das posições relativas dos respectivos indicadores. No entanto, uma vez que nem todos os indicadores

podem ser lidos da mesma forma - por exemplo, no indicador *Percentagem de população analfabeta por local de residência*, quanto mais alto se constatar o seu rácio, pior; por outro lado, no indicador *Percentagem de população residente com ensino superior por local de residência*, quanto mais alto se constatar o seu rácio, melhor - o cálculo da média aritmética não pode ser feito somente usando os valores das posições relativas.

Assim, é necessário primeiro definir um único sentido de leitura dos valores, que, para este trabalho, será o sentido positivo, ou seja, quanto mais alto um valor, melhor. Para concretizar esta determinação procede-se à inversão das posições relativas cujos indicadores se leiam no sentido negativo, dividindo o algarismo 1 pelo valor das posições relativas em causa. A estes novos valores, todos eles de leitura positiva, dar-se-á o nome de Desempenho Relativo, que poderão, então, ser aplicados no cálculo da média aritmética.

Uma vez calculados os desempenhos relativos de cada dimensão, será possível calcular o desempenho relativo total, isto é, o nível de coesão territorial da Freguesia de Marvila no Município de Lisboa. Será ainda possível avaliar se a coesão territorial aumentou ou diminuiu no período 2001 - 2011.

Índice de Desempenho Relativo da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa - Dimensão X					
Indicadores	Positivo / Negativo	Posição Relativa		Desempenho Relativo	
		2001	2011	2001	2011
Indicador de sentido negativo	-	a	b	1/a	1/b
Indicador de sentido positivo	+	c	d	c	d
Dimensão X	-	-	-	Média	Média

Tab. 4 | Tabela exemplificativa do Índice de Desempenho Relativo | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

4.1_Dimensão Socioeconómica

Como referido no subcapítulo 2.1_*Estado da Arte*, o conceito de coesão territorial abraça o conceito de coesão socioeconómica pois o objectivo de coesão num dado território requer a convergência dos factores sociais e económicos ao longo do tempo. Ambas as dimensões social e económica devem ser consideradas como um aspecto chave para a concretização da coesão territorial, nomeadamente pelo fortalecimento económico da competitividade e pela garantia de integração social.

Apresentam-se, então, os indicadores socioeconómicos que melhor reflectem a dimensão em questão, à escala da freguesia, tendo em conta o estado da arte e a disponibilidade de informação.

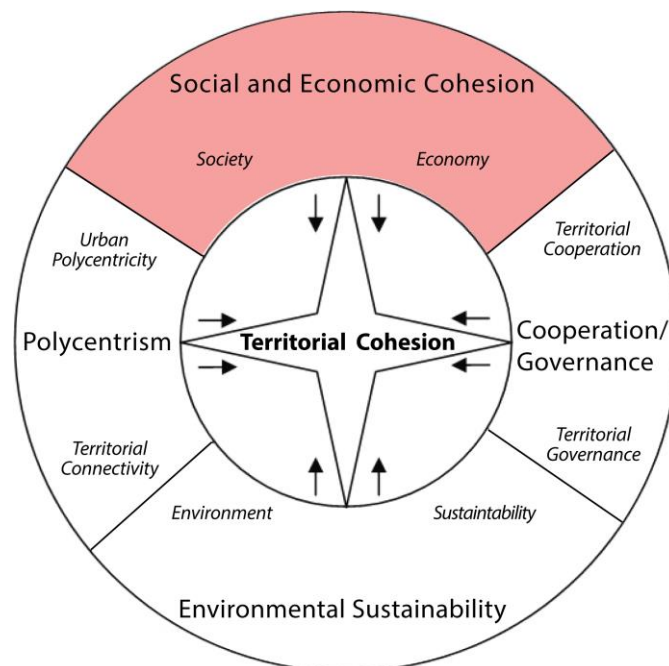
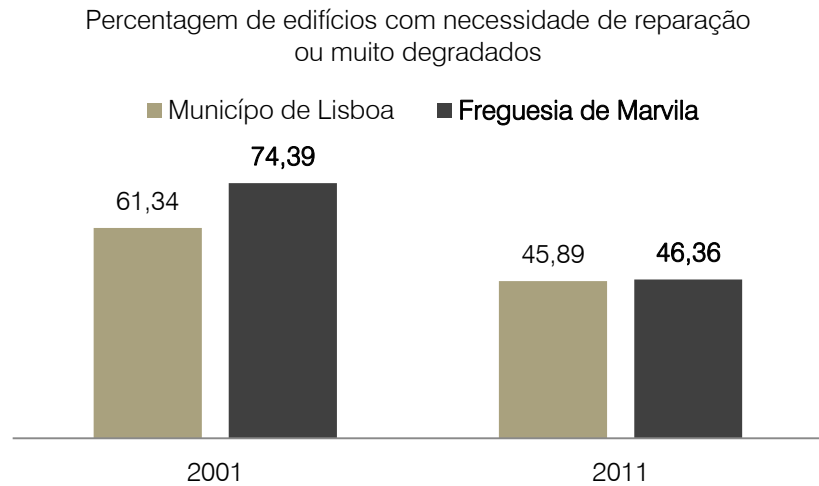


Fig. 35 | Dimensão Socioeconómica na Coesão Territorial | Fonte: Medeiros, 2016; Ana Margarida Centeno, 2018

Percentagem de edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados

Percentagem de edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados							
Ano	Área Administrativa	Fonte	Total de edifícios (Nº)	Fonte	Edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados (Nº)	Fonte	Rácio (%)
2001	Município de Lisboa	(*1)	53 387	(*2)	32 751	(*3)	61,34
	Freguesia de Marvila	(*4)	1 753	(*5)	1 304	(*6)	74,39
2011	Município de Lisboa	(*7)	52 496	(*8)	24 088	(*9)	45,89
	Freguesia de Marvila	(*10)	1 553	(*11)	720	(*12)	46,36
(*1) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003555&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*2) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003555&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*3) Rácio entre <i>Total de edifícios</i> e <i>Edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados</i> (*4) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003555&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*5) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003555&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*6) Rácio entre <i>Total de edifícios</i> e <i>Edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados</i> (*7) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006249&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*8) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006249&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*9) Rácio entre <i>Total de edifícios</i> e <i>Edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados</i> (*10) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006249&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*11) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006249&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*12) Rácio entre <i>Total de edifícios</i> e <i>Edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados</i>							

Tab. 5 | Percentagem edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018



Gráf. 1 | Percentagem de edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados |
Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

De acordo com os dados do INE, de 2001 para 2011, tanto o Município de Lisboa como a Freguesia de Marvila viram o número total de edifícios diminuir. Também o número de edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados diminuiu, porém a um ritmo superior, o que se reflecte nos rácios. É ainda possível observar que este fenómeno foi particularmente mais acentuado em Marvila. De facto, se em 2001 a diferença entre os rácios era de 13,05 pontos percentuais, em 2011 passou a 0,47.

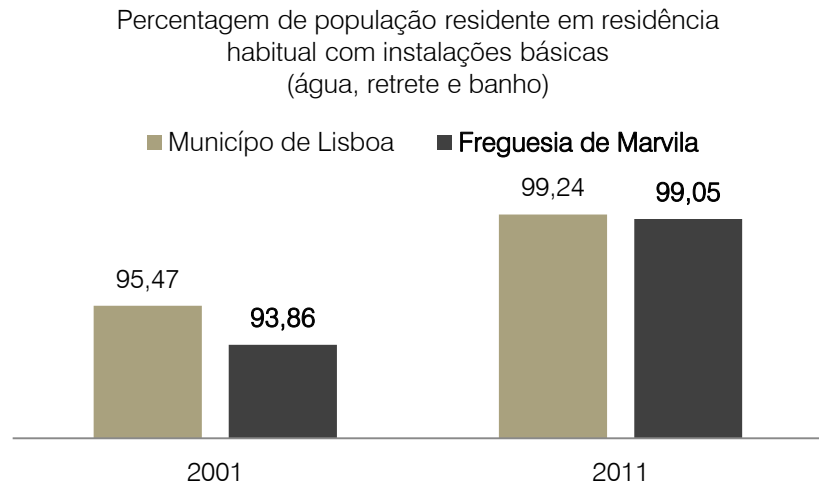


Fig. 36 | Rua José do Patrocínio, Marvila, Lisboa | Fonte: ©2018 Google, Inst. Geogr. Nacional

Percentagem de população residente em residência habitual com instalações básicas (água, retrete e banho)

Percentagem de população residente em residência habitual com instalações básicas (água, retrete e banho)							
Ano	Área Administrativa	Fonte	Total de população residente em residência habitual (Nº)	Fonte	População residente em residência habitual com instalações básicas (Nº)	Fonte	Rácio (%)
2001	Município de Lisboa	(*13)	-	(*14)	-	(*15)	95,47
	Freguesia de Marvila	(*16)	-	(*17)	-	(*18)	93,86
2011	Município de Lisboa	(*19)	537 403	(*20)	533 307	(*21)	99,24
	Freguesia de Marvila	(*22)	37 590	(*23)	37 234	(*24)	99,05
(*13) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003753&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*14) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003753&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*15) Rácio entre <i>Total de população residente em residência habitual</i> e <i>População residente habitual com instalações básicas</i> (*16) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003753&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*17) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003753&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*18) Rácio entre <i>Total de população residente em residência habitual</i> e <i>População residente habitual com instalações básicas</i> (*19) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006296&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*20) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006296&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*21) Rácio entre <i>Total de população residente em residência habitual</i> e <i>População residente habitual com instalações básicas</i> (*22) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006296&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*23) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006296&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*24) Rácio entre <i>Total de população residente em residência habitual</i> e <i>População residente habitual com instalações básicas</i>							

Tab. 6 | Percentagem de população residente em residência habitual com instalações básicas (água, retrete e banho) |
 Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018



Gráf. 2 | Percentagem de população residente em residência habitual com instalações básicas (água, retrete e banho) | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

De acordo com os dados do INE, a grande maioria da população, quer do Município de Lisboa quer da Freguesia de Marvila, já possuía instalações básicas em 2001; os valores para o ano de 2001 de ambas as unidades territoriais estão acima dos 90%, sendo que apenas 1,61 pontos percentuais afastam Marvila dos números do município. Já para o ano de 2011, houve um aumento para ambas as unidades territoriais que as aproximou dos 100%, mantendo ainda Marvila abaixo do número do município por 0,19 pontos percentuais.

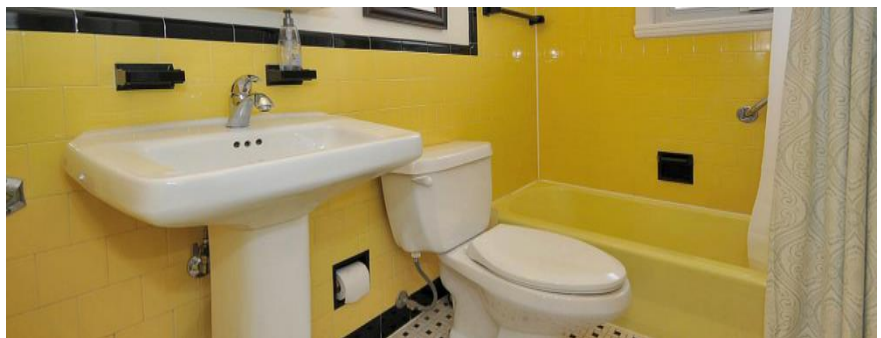
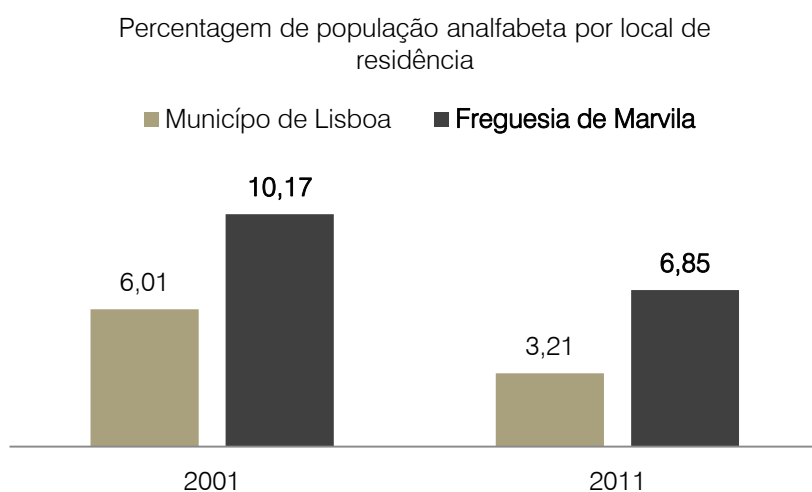


Fig. 37 | Instalações básicas - água, retrete e banho | Fonte: <http://zenshmen.com/2014/03/how-to-stage-an-old-bathroom.html/>, consultado a 06/10/2018

Percentagem de população analfabeta por local de residência

Percentagem de população analfabeta por local de residência			
Ano	Área Administrativa	Fonte	Percentagem de população analfabeta por local de residência (%)
2001	Município de Lisboa	(*25)	6,01
	Freguesia de Marvila	(*26)	10,17
2011	Município de Lisboa	(*27)	3,21
	Freguesia de Marvila	(*28)	6,85
(*25) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000980&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*26) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000980&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*27) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006731&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*28) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006731&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018			

Tab. 7 | Percentagem de população analfabeta por local de residência | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018



Gráf. 3 | Percentagem de população analfabeta por local de residência | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

De acordo com os dados do INE, a percentagem de população analfabeta no Município de Lisboa diminuiu, de 2001 para 2011, proporcionalmente mais do que na Freguesia de Marvila para o mesmo período de tempo. Apesar do decréscimo em ambas as unidades territoriais, Marvila evoluiu para uma posição relativamente pior face ao município; ou seja, enquanto o Município de Lisboa registou um decréscimo de 47%, a Freguesia de Marvila apresentou um decréscimo de 33%, ambas para o período de tempo 2001 - 2011.



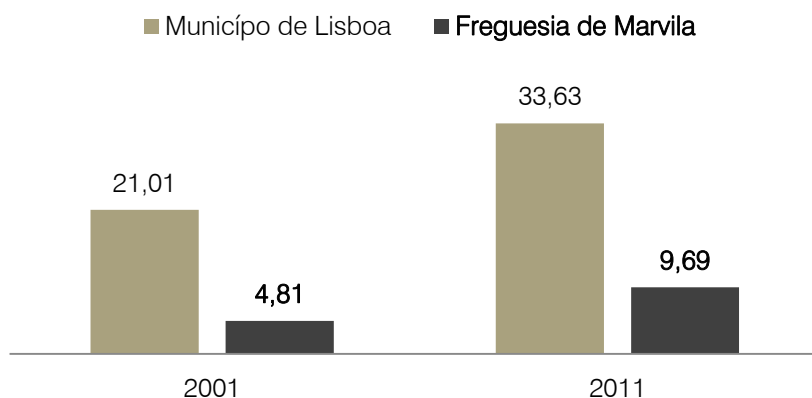
Fig. 38 | Aluno a escrever; sala de aula | Fonte: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/08/09/como-parar-de-enrolar-e-estudar-especialistas-dao-sete-dicas.htm>, consultado a 06/10/2018

Percentagem de população residente com ensino superior por local de residência

Percentagem de população residente com ensino superior por local de residência			
Ano	Área Administrativa	Fonte	Percentagem de população residente com ensino superior por local de residência (%)
2001	Município de Lisboa	(*29)	21,01
	Freguesia de Marvila	(*30)	4,81
2011	Município de Lisboa	(*31)	33,63
	Freguesia de Marvila	(*32)	9,69
(*29) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000985&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*30) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000985&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*31) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006962&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*32) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006962&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018			

Tab. 8 | Percentagem de população residente com ensino superior por local de residência | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

Percentagem de população residente com ensino superior por local de residência



Gráf. 4 | Percentagem de população residente com ensino superior por local de residência | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

De acordo com os dados do INE, verifica-se uma maior percentagem de população com ensino superior no Município de Lisboa do que na Freguesia de Marvila, quer no ano de 2001, quer no ano de 2011. Ainda assim, de 2001 para 2011, ambas as unidades territoriais viram aumentar a sua percentagem de população com ensino superior, embora o município constata uma menor evolução percentual - 60,01% contra os 101,46% da freguesia.

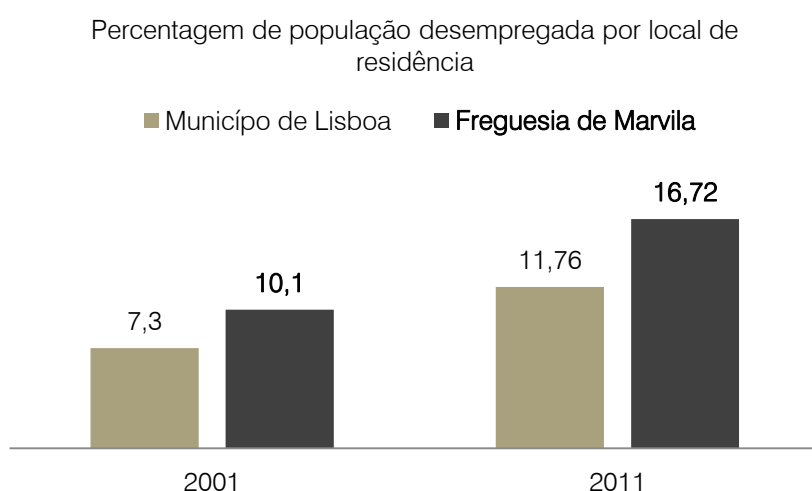


Fig. 39 | Alunos que concluíram um curso superior | Fonte: AFP/Getty Images;
<https://observador.pt/2018/07/18/ha-50-mil-vagas-para-o-ensino-superior-engenharia-esta-a-frente-em-lugares-e-medias/>, consultado a 06/10/2018

Percentagem de população desempregada por local de residência

Percentagem de população desempregada por local de residência			
Ano	Área Administrativa	Fonte	Percentagem de população desempregada por local de residência (%)
2001	Município de Lisboa	(*33)	7,3
	Freguesia de Marvila	(*34)	10,1
2011	Município de Lisboa	(*35)	11,76
	Freguesia de Marvila	(*36)	16,72
(*33) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000265&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*34) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000265&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*35) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008866&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*36) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008866&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018			

Tab. 9 | Percentagem de população desempregada por local de residência | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018



Gráf. 5 | Percentagem de população desempregada por local de residência | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

De acordo com os dados do INE, a percentagem de população desempregada é mais alta na Freguesia de Marvila em relação ao Município de Lisboa, para ambos os anos em estudo.

No que toca ao município, há um aumento percentual de 61,20%; no caso de Marvila, aumenta 65,54% - ambas apresentam similares aumentos de população desempregada em relação ao período de referência.

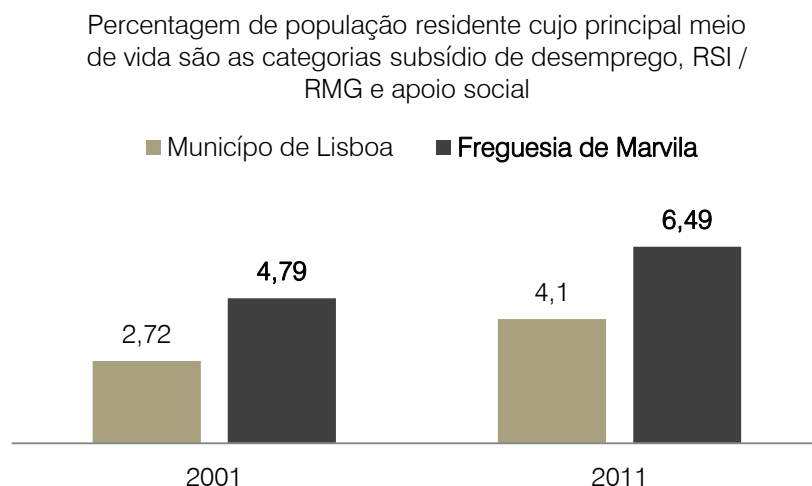


Fig. 40 | Instituto do Emprego e Formação Profissional | Fonte: <https://www.radiopax.com/iefp-tem-14-milhoes-de-euros-para-contratacao-no-alentejo/>, consultado a 6/10/2018

Percentagem de população residente cujo principal meio de vida são
as categorias subsídio de desemprego, RSI / RMG e apoio social

Percentagem de população residente cujo principal meio de vida são as categorias subsídio de desemprego, RSI / RMG e apoio social							
Ano	Área Administrativa	Fonte	Total de população residente (Nº)	Fonte	Percentagem de população residente cujo principal meio de vida são as categorias subsídio de desemprego, RSI / RMG e apoio social (Nº)	Fonte	Rácio (%)
2001	Município de Lisboa	(*37)	564 657	(*38)	15 381	(*39)	2,72
	Freguesia de Marvila	(*40)	38 767	(*41)	1 857	(*42)	4,79
2011	Município de Lisboa	(*43)	477 239	(*44)	19 572	(*45)	4,10
	Freguesia de Marvila	(*46)	32 845	(*47)	2 133	(*48)	6,49
(*37) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000837&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*38) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000837&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*39) Rácio entre <i>Total de população</i> e <i>Percentagem de população residente cujo principal meio de vida são as categorias subsídio de desemprego, RSI / RMG e apoio social</i> (*40) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000837&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*41) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000837&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*42) Rácio entre <i>Total de população</i> e <i>Percentagem de população residente cujo principal meio de vida são as categorias subsídio de desemprego, RSI / RMG e apoio social</i> (*43) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006380&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*44) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006380&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*45) Rácio entre <i>Total de população</i> e <i>Percentagem de população residente cujo principal meio de vida são as categorias subsídio de desemprego, RSI / RMG e apoio social</i> (*46) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006380&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*47) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006380&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*48) Rácio entre <i>Total de população</i> e <i>Percentagem de população residente cujo principal meio de vida são as categorias subsídio de desemprego, RSI / RMG e apoio social</i>							

Tab. 10 | Percentagem de população residente cujo principal meio de vida são as categorias subsídio de desemprego, RSI / RMG e apoio social | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018



Gráf. 6 | Percentagem de população residente cujo principal meio de vida são as categorias subsídio de desemprego, RSI / RMG e apoio social | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

De acordo com os dados do INE, de 2001 para 2011, tanto o Município de Lisboa como a Freguesia de Marvila viram o total de população diminuir. Por outro lado, o total de população cujo principal meio de vida são as categorias subsídio de desemprego, RSI / RMG e apoio social aumentou, sendo que em Marvila a percentagem é maior.

Observa-se que o município teve um aumento de 50,74% contra os 35,49% de Marvila.



Fig. 41 | Segurança Social | Fonte: <https://funchalnoticias.net/2018/02/21/rendimento-social-de-insercao-passa-a-ser-de-18668e/>, consultado a 6/10/2018

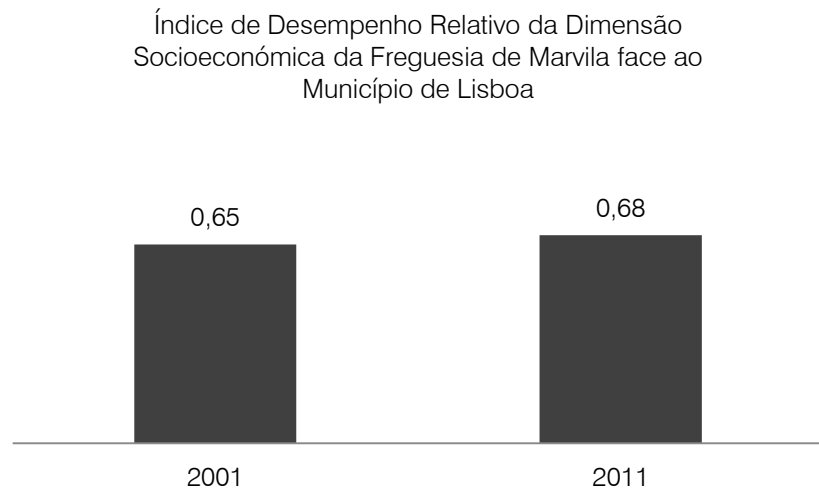
Com base nas tabelas elaboradas acima, é apresentado de seguida o Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Socioeconómica, que reflecte a posição da freguesia face ao município.

**Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Socioeconómica da
Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa**

Indicadores	Positivo / Negativo	Posição Relativa		Desempenho Relativo	
		2001	2011	2001	2011
Percentagem de edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados	-	1,21	1,01	0,83	0,99
Percentagem de população residente em residência habitual com instalações básicas (água, retrete e banho)	+	0,98	1,00	0,98	1,00
Percentagem de população analfabeta por local de residência	-	1,69	2,13	0,59	0,47
Percentagem de população residente com ensino superior por local de residência	+	0,23	0,29	0,23	0,29
Percentagem de população desempregada por local de residência	-	1,38	1,42	0,72	0,70
Percentagem de população residente cujo principal meio de vida são as categorias subsídio de desemprego, RSI / RMG e apoio social	-	1,76	1,58	0,57	0,63

Dimensão Socioeconómica	-	-	-	0,65	0,68
--------------------------------	---	---	---	------	------

Tab. 11 | Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Socioeconómica da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018



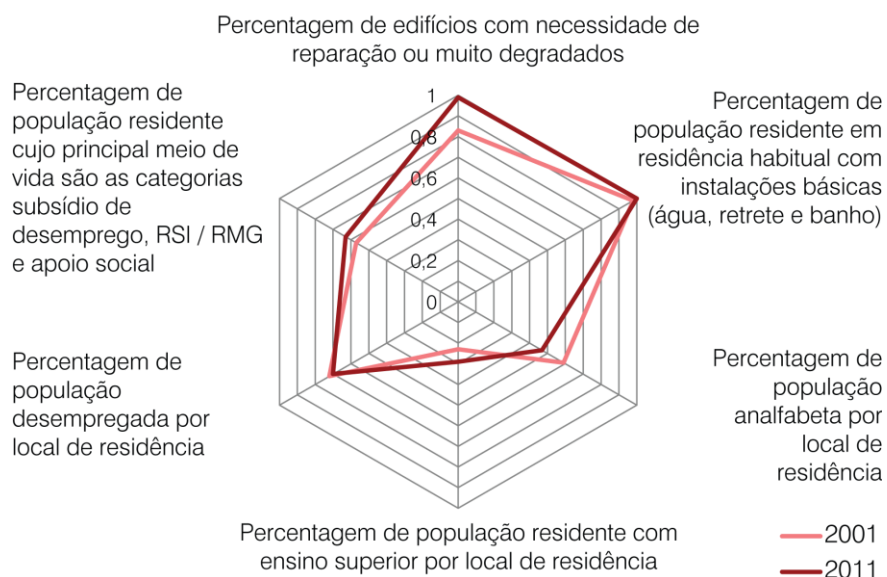
Gráf. 7 | Gráfico do Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Socioeconómica da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

Observando o Gráf. 7, podemos constatar que o desempenho relativo da Dimensão Socioeconómica na Freguesia de Marvila em 2001 foi de 65% face ao valor de referência do Município de Lisboa. Em 2011, este valor constata-se ser 68%, o que representa um aumento de aproximadamente 5%, em dez anos.

O Gráf. 8 permite visualizar o comportamento do desempenho relativo para cada um dos indicadores da Dimensão Socioeconómica da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa. Os indicadores que registam uma melhoria clara de 2001 para 2011 são a Percentagem de edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados, Percentagem de população residente cujo principal meio de vida são as categorias de subsídios de desemprego, RSI / RMG e apoio social, e Percentagem de população residente com ensino superior por local de residência.

Por outro lado, os indicadores Percentagem de População analfabeta por local de residência e Percentagem de população desempregada por local de residência registam um decréscimo do desempenho relativo.

Índice de Desempenho Relativo dos Indicadores da Dimensão Socioeconómica da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa



Gráf. 8 | Índice de Desempenho Relativo dos Indicadores da Dimensão Socioeconómica da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

De notar que os indicadores Percentagem de edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados e Percentagem de população residente em residência habitual com instalações básicas (água, retrete e banho) verificam desempenhos relativos referentes ao ano de 2011 próximos ou iguais a 1. Quer isto dizer que, para estes indicadores, Marvila apresenta valores próximos ou iguais aos do município.

Em suma, a Dimensão Socioeconómica da Coesão Territorial na Freguesia de Marvila regista uma ligeira melhoria no período em análise, embora com evoluções díspares ao nível dos seus indicadores.

4.2_Dimensão Governança / Cooperação

Como referido no subcapítulo 2.1 *Estado da Arte*, os processos de governança têm como objectivo a coesão territorial e o desenvolvimento espacial equilibrado e sustentável. A governança de políticas territoriais e urbanas representa uma evolução de “governo” para “governança” - dois conceitos que não são opostos - caracterizada pelo envolvimento de múltiplos actores e pela modificação das políticas e objectivos intervenientes. De notar que a noção de governança territorial - que é considerada como “um processo de organização e coordenação dos actores para desenvolver capital territorial, numa visão não destrutiva, com vista à melhoria a vários níveis da coesão territorial - está imensamente relacionada com a noção de cooperação territorial. Apresentam-se, assim, os indicadores da dimensão Governança / Cooperação que melhor reflectem a dimensão em questão, à escala da freguesia, tendo em conta o estado da arte e a disponibilidade de informação.

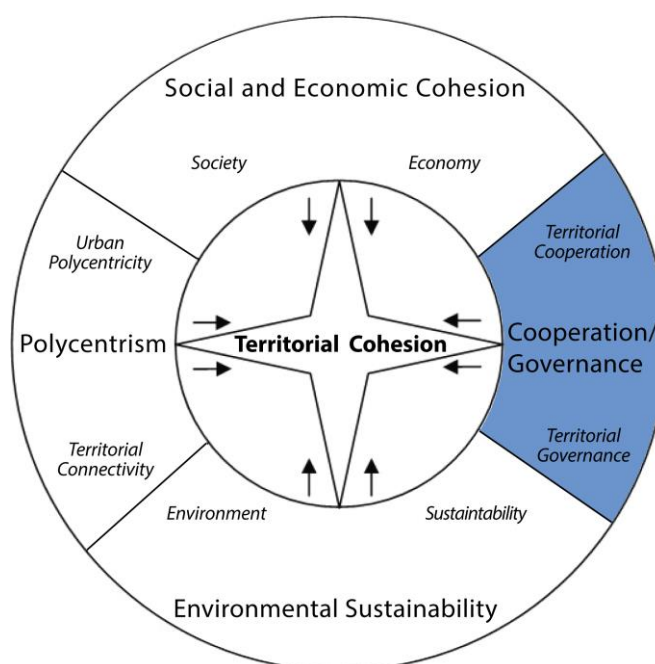
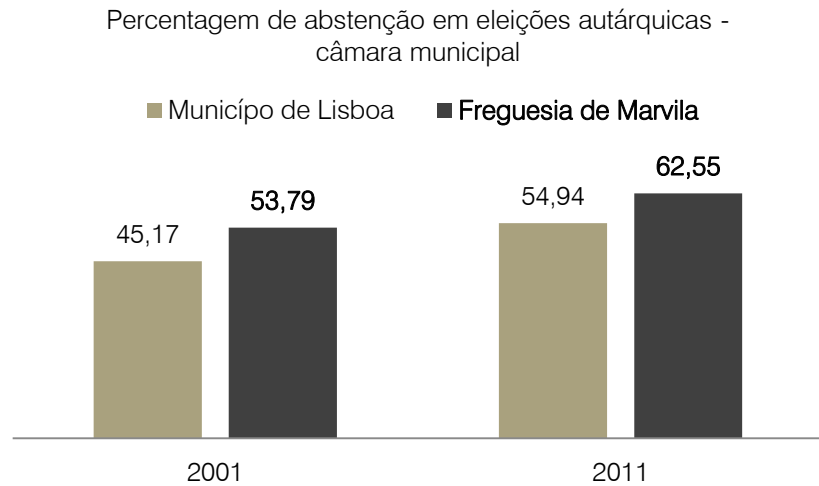


Fig. 42 | Dimensão Governança / Cooperação na Coesão Territorial | Fonte: Medeiros, 2016; Ana Margarida Centeno, 2018

Percentagem de abstenção em eleições autárquicas - câmara municipal

Percentagem de abstenção em eleições autárquicas - câmara municipal							
Ano	Área Administrativa	Fonte	Total de população inscrita (Nº)	Fonte	Abstenção da população residente em eleições autárquicas - câmara municipal (Nº)	Fonte	Rácio (%)
2001	Município de Lisboa	(*49)	568 087	(*50)	256 605	(*51)	45,17
	Freguesia de Marvila [*1]	(*52)	36 717	(*53)	19 751	(*54)	53,79
2013	Município de Lisboa	(*55)	-	(*56)	-	(*57)	54,94
	Freguesia de Marvila	(*58)	-	(*59)	-	(*60)	62,55
<p>[*1] Os dados para a freguesia de Marvila foram retirados dos inscritos e das votações para a assembleia da freguesia, uma vez que os dados da votação para o município não estavam disponíveis</p> <p>(*49) [*1]</p> <p>(*50) [*1]</p> <p>(*51) Rácio entre <i>Total de população inscrita</i> e <i>Abstenção da população residente em eleições autárquicas - câmara municipal</i></p> <p>(*52) [*1]</p> <p>(*53) [*1]</p> <p>(*54) Rácio entre <i>Total de população inscrita</i> e <i>Abstenção da população residente em eleições autárquicas - câmara municipal</i></p> <p>(*55) -</p> <p>(*56) -</p> <p>(*57) http://www.rtp.pt/noticias/eleicoes/autarquicas2013/ Consultado a 14/09/2018</p> <p>(*58) -</p> <p>(*59) -</p> <p>(*60) http://www.rtp.pt/noticias/eleicoes/autarquicas2013/ Consultado a 14/09/2018</p>							

Tab. 12 | Percentagem de abstenção em eleições autárquicas - câmara municipal | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018



Gráf. 9 | Percentagem de abstenção em eleições autárquicas - câmara municipal | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

De acordo com os dados recolhidos, verificou-se um aumento de abstenção, em ambas as unidades territoriais. Apesar de Marvila apresentar valores mais altos do que o município em ambos os anos em análise, é o município que vê um maior crescimento na percentagem de abstenção - 21,63% para o município face aos 16,29% da freguesia.

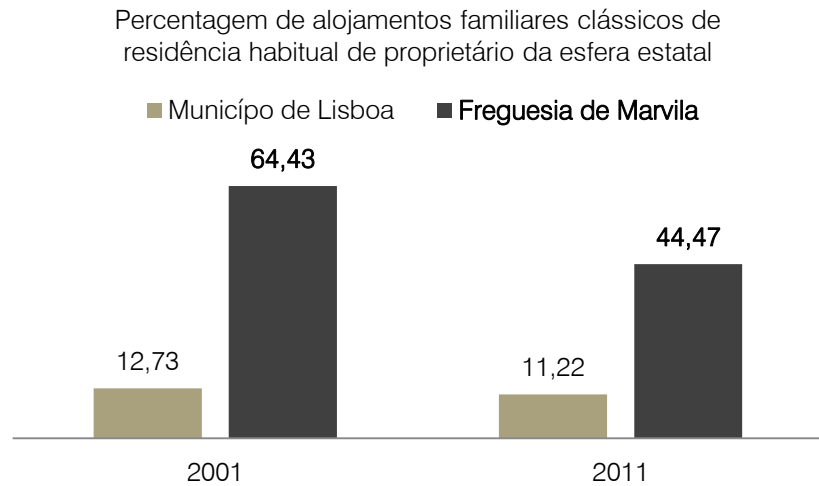


Fig. 43 | Votação | Fonte: <http://www.jornaln.pt/local/freguesias/jovem-trissomia-21-impedida-votar-souto/>, consultado a 6/10/2018

Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário da esfera estatal

Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário da esfera estatal							
Ano	Área Administrativa	Fonte	Total de alojamentos familiares clássicos de residência habitual (Nº)	Fonte	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário da esfera estatal (Nº)	Fonte	Rácio (%)
2001	Município de Lisboa	(*61)	221 868	(*62)	28 251	(*63)	12,73
	Freguesia de Marvila	(*64)	11 874	(*65)	7 650	(*66)	64,43
2011	Município de Lisboa	(*67)	237 247	(*68)	26 610	(*69)	11,22
	Freguesia de Marvila	(*70)	14 009	(*71)	6 230	(*72)	44,47
(*61) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000774&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*62) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000774&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*63) Rácio entre <i>Total de alojamentos familiares clássicos de residência habitual</i> e <i>Alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário da esfera estatal</i> (*64) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000774&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*65) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000774&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*66) Rácio entre <i>Total de alojamentos familiares clássicos de residência habitual</i> e <i>Alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário da esfera estatal</i> (*67) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006314&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*68) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006314&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*69) Rácio entre <i>Total de alojamentos familiares clássicos de residência habitual</i> e <i>Alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário da esfera estatal</i> (*70) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006314&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*71) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006314&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*72) Rácio entre <i>Total de alojamentos familiares clássicos de residência habitual</i> e <i>Alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário da esfera estatal</i>							

Tab. 13 | Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário da esfera estatal | Fonte: Ana Margarida Centeno, 201



Gráf. 10 | Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário da esfera estatal | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

De acordo com os dados recolhidos, a Freguesia de Marvila apresenta uma percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário da esfera estatal mais alta que o município de Lisboa para ambos os anos em estudo.

Verifica-se um decréscimo na percentagem destes alojamentos quer na freguesia quer no município, de 2001 para 2011, embora seja em Marvila que se constata um maior decréscimo - -30,98% face aos - 11,86% de Lisboa.

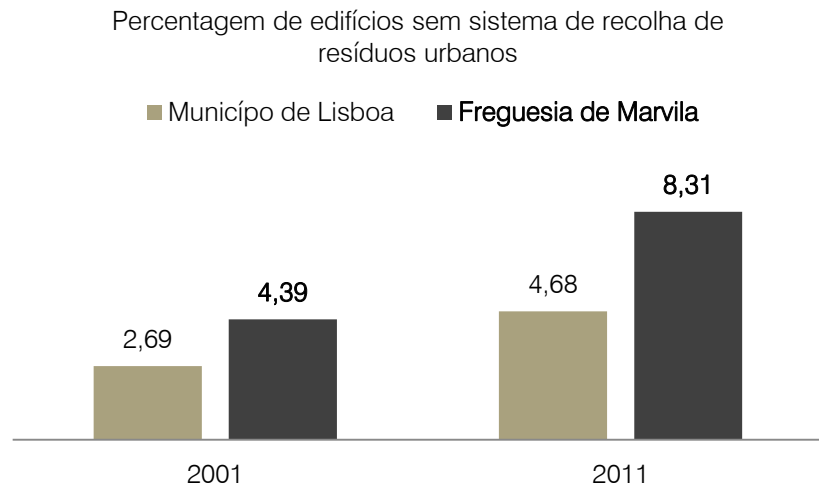


Fig. 44 | Alojamentos | Fonte: <http://www.culturalusa.net/news/economia/faltam-mais-de-70-mil-casas-em-portugal-para-atenuar-problema-da-habitacao/>, consultado a 6/10/2018

Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos

Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos							
Ano	Área Administrativa	Fonte	Total de edifícios (Nº)	Fonte	Edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos (Nº)	Fonte	Rácio (%)
2001	Município de Lisboa	(*73)	53 387	(*74)	1 438	(*75)	2,69
	Freguesia de Marvila	(*76)	1 753	(*77)	77	(*78)	4,39
2011	Município de Lisboa	(*79)	52 496	(*80)	2 459	(*81)	4,68
	Freguesia de Marvila	(*82)	1 553	(*83)	129	(*84)	8,31
(*73) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003559&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*74) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003559&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*75) Rácio entre <i>Total de edifícios</i> e <i>Edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos</i> (*76) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003559&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*77) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003559&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*78) Rácio entre <i>Total de edifícios</i> e <i>Edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos</i> (*79) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006255&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*80) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006255&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*81) Rácio entre <i>Total de edifícios</i> e <i>Edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos</i> (*82) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006255&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*83) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006255&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*84) Rácio entre <i>Total de edifícios</i> e <i>Edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos</i>							

Tab. 14 | Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018



Gráf. 11 | Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

De acordo com os dados recolhidos, tanto a Freguesia de Marvila como o Município de Lisboa viram a sua percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos aumentar. No entanto, é a Freguesia de Marvila que constata um maior aumento - 89,29% face aos 73,98% do município.



Fig. 45 | Edifício sem sistema de recolha de resíduos urbanos | Fonte: <https://radioregional.pt/lisboa-quer-responsabilizar-os-moradores-pelo-lixo-na-rua/lisboa-quer-responsabilizar-os-moradores-pelo-lixo-na-rua-2/>, consultado a 6/10/2018

Com base nas tabelas elaboradas acima, é apresentado de seguida o Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Governança / Cooperação, que reflecte a posição da freguesia face ao município.

Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Governança / Cooperação da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa

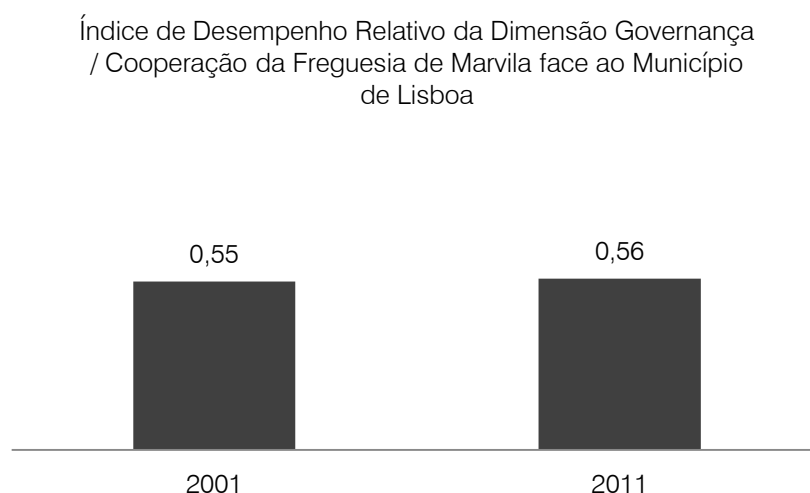
Indicadores	Positivo / Negativo	Posição Relativa		Desempenho Relativo	
		2001	2011	2001	2011
Percentagem de abstenção em eleições autárquicas - câmara municipal	-	1,17	1,14	0,85	0,88
Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário da esfera estatal	-	5,06	3,96	0,20	0,25
Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos	-	1,63	1,78	0,61	0,56

Dimensão Governança / Cooperação	-	-	-	0,55	0,56
---	---	---	---	-------------	-------------

Tab. 15 | Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Governança / Cooperação da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

Observando o Gráf. 12, podemos constatar que o desempenho relativo da Dimensão Governança / Cooperação na Freguesia de Marvila em 2001 foi de 55% face ao valor de referência do Município de Lisboa. Em

2011, este valor constata-se ser 56%, o que representa um aumento de aproximadamente 2%, em dez anos.



Gráf. 12 | Gráfico do Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Governança / Cooperação da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

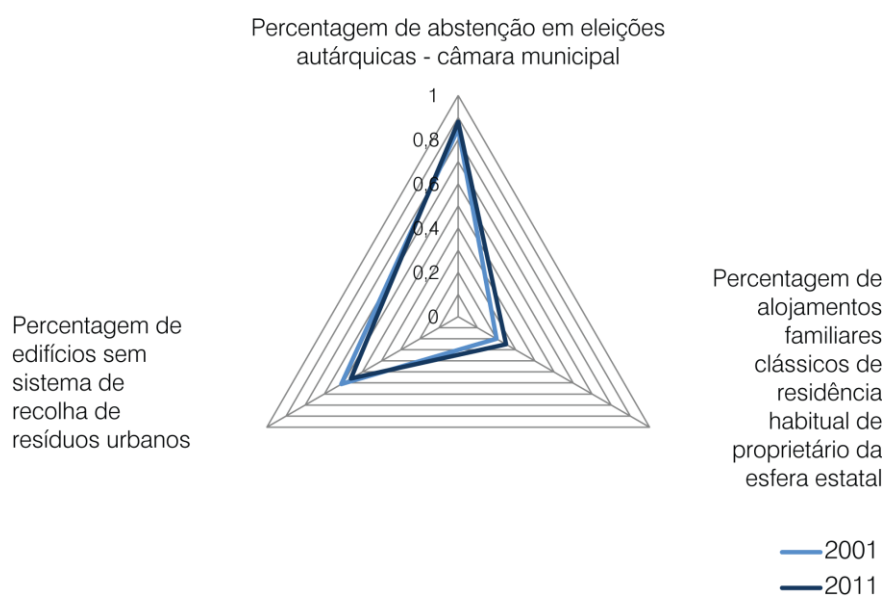
O Gráf. 13 permite visualizar o comportamento do desempenho relativo para cada um dos indicadores da Dimensão Governança / Cooperação da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa. O indicador que regista uma melhoria clara de 2001 para 2011 é a Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário de esfera estatal.

Por outro lado, o indicador Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos regista um decréscimo do desempenho relativo.

De notar que o indicador Percentagem de abstenção em eleições autárquicas - câmara municipal verifica um aumento de desempenho relativo muito ténue, sendo que é o indica que melhor desempenho tem nesta dimensão.

Em suma, a Dimensão Governança / Cooperação da Coesão Territorial na Freguesia de Marvila quase não regista melhoria no período em análise.

Índice de Desempenho Relativo dos Indicadores da Dimensão Governança / Cooperação da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa



Gráf. 13 | Índice de Desempenho Relativo dos Indicadores da Dimensão Governança / Cooperação da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

4.3_Dimensão Ambiental / Sustentável

Como referido no subcapítulo 2.1 *Estado da Arte*, para atingir um futuro sustentável é necessário promover uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais verde e mais competitiva. É também referido que a coesão territorial é um conjunto de princípios em prol de um desenvolvimento territorial harmonioso, balanceado, eficiente e sustentável, [...] ingrediente[s] fundamenta(l)[ais] na promoção do desenvolvimento territorial integrado, na promoção de crescimento económico regional, na promoção da qualidade de vida e na atractividade regional. Apresentam-se, então, os indicadores desta dimensão que melhor a reflectem, à escala da freguesia, tendo em conta o estado da arte e a disponibilidade de informação.

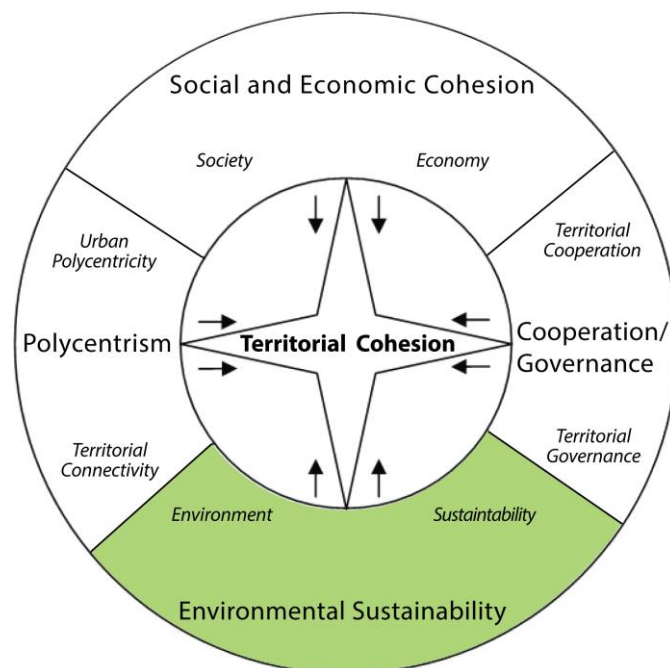
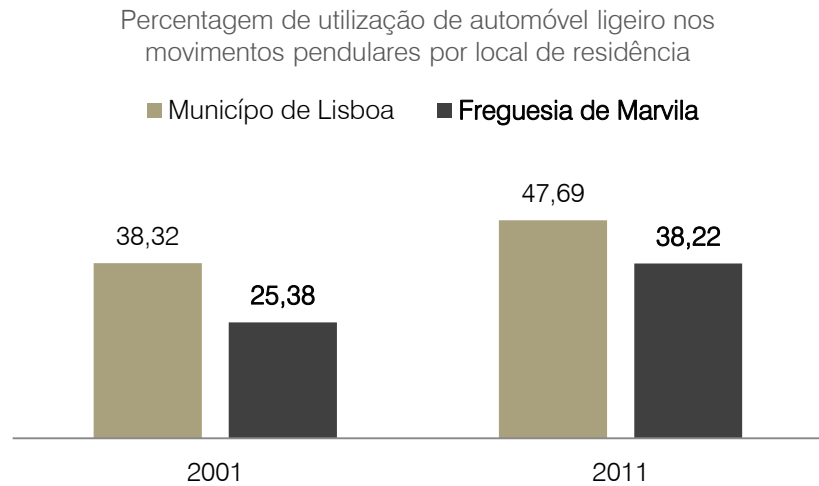


Fig. 46 | Dimensão Ambiental / Sustentável na Coesão Territorial | Fonte: Medeiros, 2016; Ana Margarida Centeno, 2018

Percentagem de utilização de automóvel ligeiro nos movimentos pendulares por local de residência

Percentagem de utilização de automóvel ligeiro nos movimentos pendulares por local de residência							
Ano	Área Administrativa	Fonte	Total de movimentos pendulares por local de residência (Nº)	Fonte	Utilização de automóvel ligeiro em movimentos pendulares por local de residência (Nº)	Fonte	Rácio (%)
2001	Município de Lisboa	(*85)	325 427	(*86)	124 690	(*87)	38,32
	Freguesia de Marvila	(*88)	23 417	(*89)	5 942	(*90)	25,38
2011	Município de Lisboa	(*91)	304 835	(*92)	145 378	(*93)	47,69
	Freguesia de Marvila	(*94)	20 715	(*95)	7 917	(*96)	38,22
(*85) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000684&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 13/10/2018 (*86) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000684&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 13/10/2018 (*87) Rácio entre <i>Total de movimentos pendulares por local de residência</i> e <i>Utilização de automóvel ligeiro em movimentos pendulares por local de residência</i> (*88) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000684&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 13/10/2018 (*89) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000684&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 13/10/2018 (*90) Rácio entre <i>Total de movimentos pendulares por local de residência</i> e <i>Utilização de automóvel ligeiro em movimentos pendulares por local de residência</i> (*91) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007093&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 13/10/2018 (*92) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007093&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 13/10/2018 (*93) Rácio entre <i>Total de movimentos pendulares por local de residência</i> e <i>Utilização de automóvel ligeiro em movimentos pendulares por local de residência</i> (*94) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007093&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 13/10/2018 (*95) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007093&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 13/10/2018 (*96) Rácio entre <i>Total de movimentos pendulares por local de residência</i> e <i>Utilização de automóvel ligeiro em movimentos pendulares por local de residência</i>							

Tab. 16 | Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018



Gráf. 14 | Percentagem de utilização de automóvel ligeiro nos movimentos pendulares por local de residência | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

De acordo com os dados recolhidos, tanto a Freguesia de Marvila como o Município de Lisboa viram a sua Percentagem de utilização de automóvel ligeiro nos movimentos pendulares por local de residência aumentar. Em ambos os anos estudados, o município apresenta maior percentagem. No entanto, é a Freguesia de Marvila que constata um maior aumento - 50,59% face aos 24,45% do município.

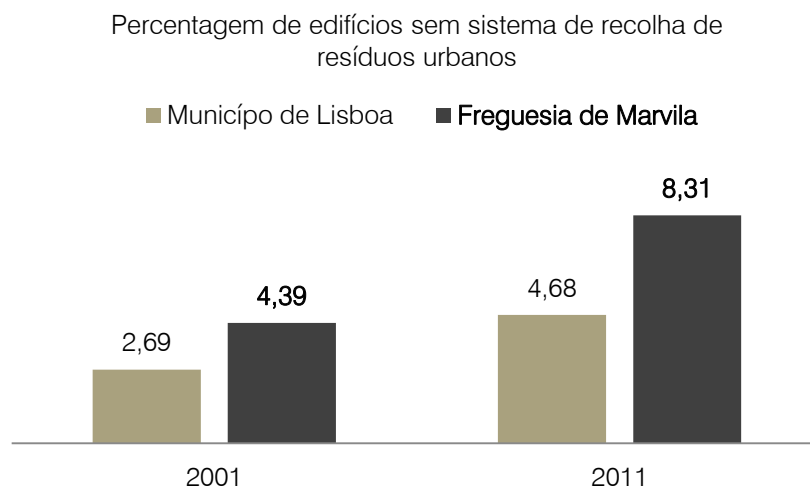


Fig. 47 | Trânsito | Fonte: <https://revistacargo.pt/c-roads-veiculos-autonomos-portugal-2019/>, consultado a 13/10/2018

Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos

Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos							
Ano	Área Administrativa	Fonte	Total de edifícios (Nº)	Fonte	Edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos (Nº)	Fonte	Rácio (%)
2001	Município de Lisboa	(*97)	53 387	(*98)	1 438	(*99)	2,69
	Freguesia de Marvila	(*100)	1 753	(*101)	77	(*102)	4,39
2011	Município de Lisboa	(*103)	52 496	(*104)	2 459	(*105)	4,68
	Freguesia de Marvila	(*106)	1 553	(*107)	129	(*108)	8,31
(*97) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003559&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*98) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003559&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*99) Rácio entre <i>Total de edifícios</i> e <i>Edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos</i> (*100) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003559&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*101) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003559&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*102) Rácio entre <i>Total de edifícios</i> e <i>Edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos</i> (*103) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006255&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*104) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006255&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*105) Rácio entre <i>Total de edifícios</i> e <i>Edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos</i> (*106) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006255&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*107) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006255&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*108) Rácio entre <i>Total de edifícios</i> e <i>Edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos</i>							

Tab. 17 | Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018



Gráf. 15 | Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

Este indicador, analisado anteriormente na dimensão Governança / Cooperação, é também indissociável da perspectiva ambiental e sustentável. Deste modo, apresenta-se novamente, agora na dimensão Ambiental / Sustentável.

De acordo com os dados recolhidos, tanto a Freguesia de Marvila como o Município de Lisboa viram a sua Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos aumentar. No entanto, é a Freguesia de Marvila que constata um maior aumento - 89,29% face aos 73,98% do município.

Com base nas tabelas elaboradas acima, é apresentado de seguida o Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Ambiental / Sustentável, que reflecte a posição da freguesia face ao município.

**Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Ambiental / Sustentável da
Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa**

Indicadores	Positivo / Negativo	Posição Relativa		Desempenho Relativo	
		2001	2011	2001	2011
Percentagem de utilização de automóvel ligeiro nos movimentos pendulares por local de residência	-	0,66	0,80	1,52	1,25
Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos	-	1,63	1,78	0,61	0,56

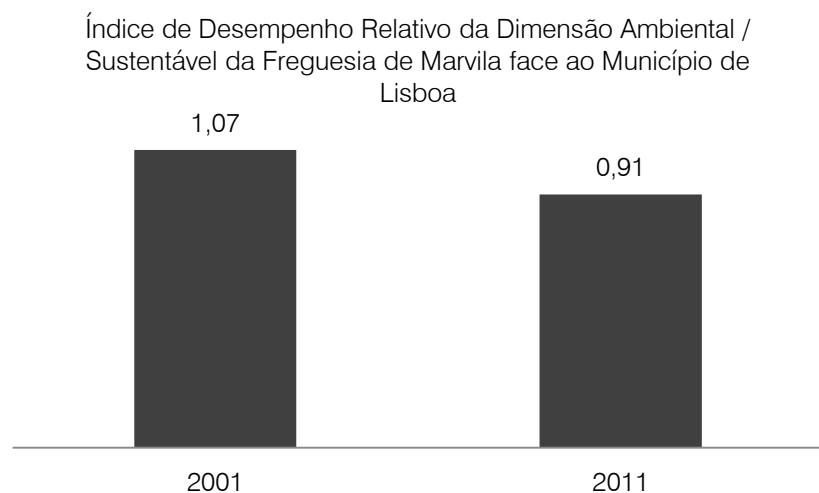
Dimensão Ambiental / Sustentável	-	-	-	1,07	0,91
---	---	---	---	------	------

Tab. 18 | Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Ambiental / Sustentável da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

Observando o Gráf. 16, podemos constatar que o desempenho relativo da Dimensão Ambiental / Sustentável na Freguesia de Marvila em 2001 foi de 107% face ao valor de referência do Município de Lisboa. Quer isto dizer que a freguesia teve um melhor desempenho que o município no ano de 2001. Em 2011, este valor constata-se ser 91%, o que representa um decréscimo de aproximadamente 15%, em dez anos.

De ressaltar que esta dimensão apresenta apenas dois indicadores, pelo que é ainda mais pertinente analisar-se o Gráf. 17, que permite observar o comportamento do desempenho relativo para cada um dos

indicadores da Dimensão Ambiental / Sustentável da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa.



Gráf. 16 | Gráfico do Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Ambiental / Sustentável da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

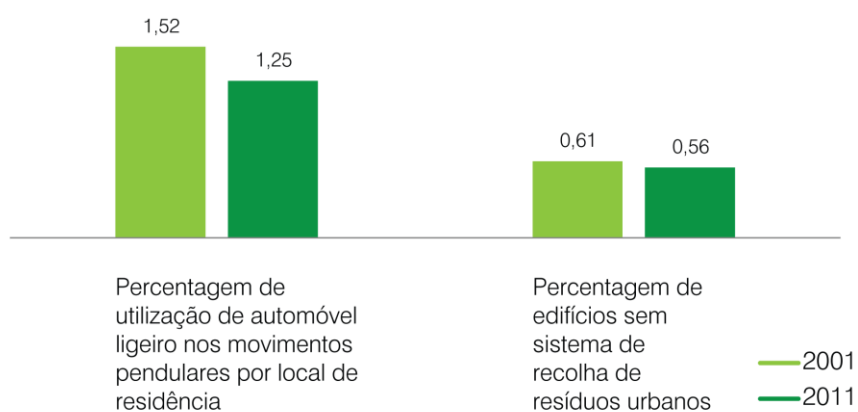
Por um lado, o indicador Percentagem de utilização de automóvel ligeiro nos movimentos pendulares por local de residência apresenta, quer no ano de 2001 quer no ano de 2011, um desempenho relativo acima do do município. Por outro lado, o indicador Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos apresenta, quer para o ano de 2001 quer para o ano de 2011, um desempenho relativo abaixo do do município.

Não obstante, ambos observam um decréscimo do seu desempenho relativo face ao município - -17,76% para o indicador Percentagem de utilização de automóvel ligeiro nos movimentos pendulares por local de residência e -8,20% para o indicador Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos.

Em suma, a Dimensão Ambiental / Sustentável da Coesão Territorial na Freguesia de Marvila regista um decréscimo do seu desempenho

relativo face ao município, não deixando ainda assim de se aproximar deste.

Índice de Desempenho Relativo dos Indicadores da Dimensão Ambiental / Sustentável da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa



Gráf. 17 | Índice de Desempenho Relativo dos Indicadores da Dimensão Ambiental / Sustentável da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

4.4_Dimensão Policentrismo

Como referido no subcapítulo 2.1 *Estado da Arte*, uma definição básica daquilo que são as políticas de desenvolvimento do policentrismo é que elas se referem à distribuição de funções económicas e/ou economicamente relevantes sobre o sistema urbano de tal forma que a hierarquia urbana é horizontalmente territorializada, de forma equilibrada (Meijers, E, *et al.*, 2007). Também é dito que “objectivo da coesão territorial não deve só debruçar-se sobre a convergência dos indicadores económicos, sociais e ambientais, mas também com as mudanças na rede urbana, que contrapõe tendências monocêntricas (Medeiros, 2016). Neste sentido, e como explica o relatório da ESPON (ESPON³) o modelo de cidade a seguir deve partir de um padrão polinuclear e multidireccional, com base nos processos institucional e estrutural e que se deve, dependendo das escalas do território, tomar como vias de actuação os conceitos de conectividade e proximidade. Apresentam-se, então, os indicadores do policentrismo que melhor reflectem a dimensão em questão, à escala da freguesia, tendo em conta o estado da arte e a disponibilidade de informação.

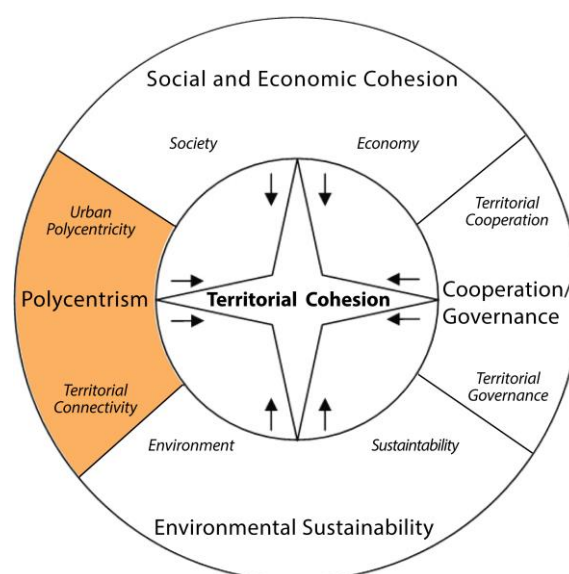
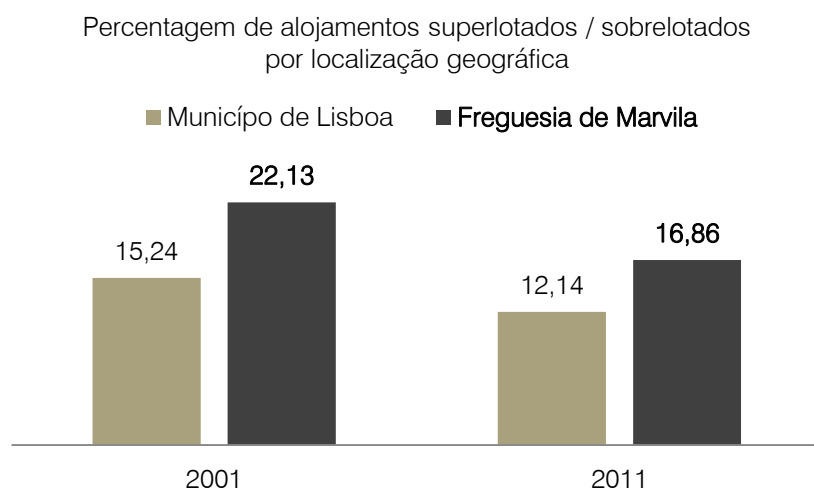


Fig. 48 | Dimensão Policentrismo na Coesão Territorial | Fonte: Medeiros, 2016; Ana Margarida Centeno, 2018

Percentagem de alojamentos superlotados / sobrelotados por localização geográfica

Percentagem de alojamentos superlotados / sobrelotados por localização geográfica			
Ano	Área Administrativa	Fonte	Percentagem de alojamentos superlotados / sobrelotados por localização geográfica (%)
2001	Município de Lisboa	(*109)	15,24
	Freguesia de Marvila	(*110)	22,13
2011	Município de Lisboa	(*111)	12,14
	Freguesia de Marvila	(*112)	16,86
(*109) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001045&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*110) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001045&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*111) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007137&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*112) https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007137&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018			

Tab. 19 | Percentagem de alojamentos superlotados / sobrelotados por localização geográfica | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018



Gráf. 18 | Percentagem de alojamentos superlotados / sobrelotados por localização geográfica | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

De acordo com os dados recolhidos, tanto a Freguesia de Marvila como o Município de Lisboa viram a sua Percentagem de alojamentos superlotados / sobrelotados por localização geográfica diminuir.

Em ambos os anos estudados, a freguesia apresenta uma maior percentagem. No entanto, é a Freguesia de Marvila que constata um maior decréscimo - 23,81% face aos 20,34% do município.

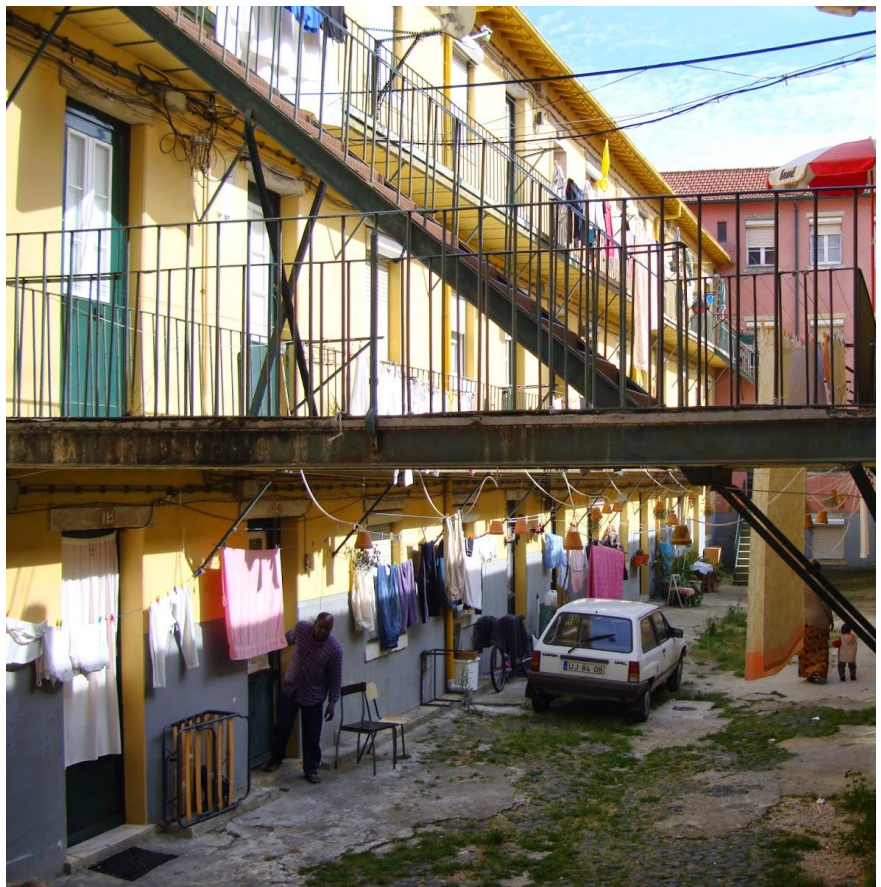
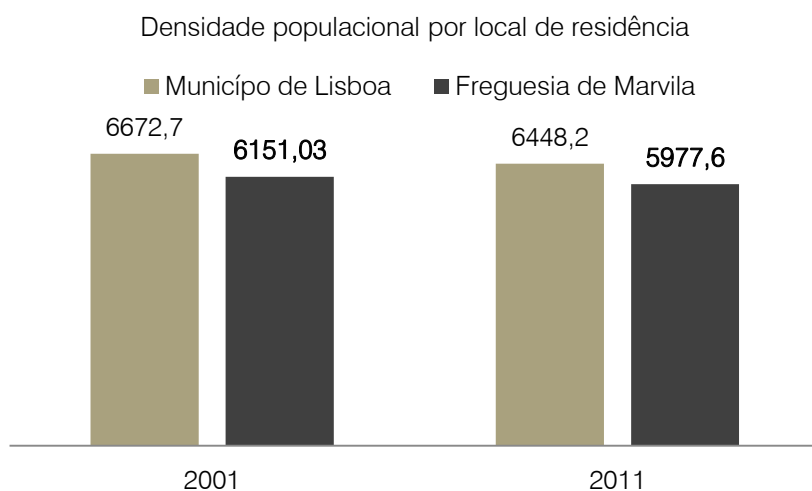


Fig. 49 | Alojamentos sobrelotados | Fonte: <http://tempohistorias.blogspot.com/2015/05/as-vilas-operarias.html>, consultado a 14/10/2018

Densidade populacional por local de residência

Densidade populacional por local de residência			
Ano	Área Administrativa	Fonte	Densidade populacional por local de residência (Nº / Km²)
2001	Município de Lisboa	(*113)	6 672,70
	Freguesia de Marvila	(*114)	6 151,03
2011	Município de Lisboa	(*115)	6 448,2
	Freguesia de Marvila	(*116)	5 977,6
(*113) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000966&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*114) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000966&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*115) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006044&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*116) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006044&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018			

Tab. 20 | Densidade populacional por local de residência | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018



Gráf. 19 | Densidade populacional por local de residência | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

De acordo com os dados recolhidos, a densidade populacional diminui em ambos os anos em estudo, quer para o Município de Lisboa quer para a Freguesia de Marvila.

No entanto, onde se verifica maior decréscimo percentual é no município, embora a disparidade não seja muito acentuada - 3,36 para o município face aos 2,82 da freguesia.



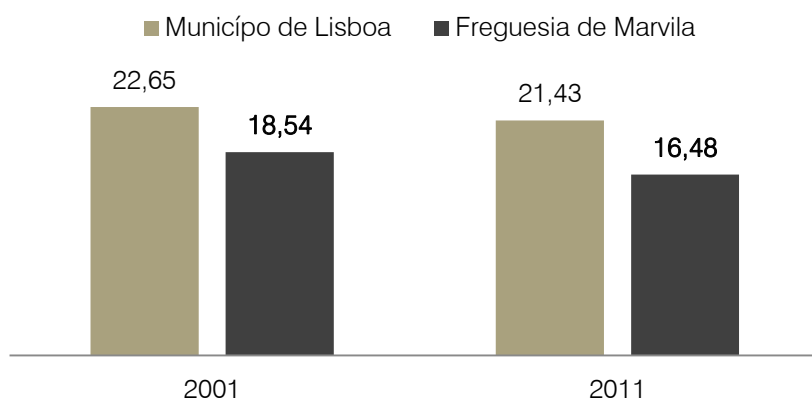
Fig. 50 | Densidade | Fonte: http://www.espacocidade.com/index.php?id_page=4&id_obra=20&img=4, consultado a 14/10/2018

Percentagem de edifícios não exclusivamente residenciais por localização geográfica

Percentagem de edifícios não exclusivamente residenciais por localização			
Ano	Área Administrativa	Fonte	Percentagem de edifícios não exclusivamente residenciais por localização geográfica (%)
2001	Município de Lisboa	(*117)	22,65
	Freguesia de Marvila	(*118)	18,54
2011	Município de Lisboa	(*119)	21,43
	Freguesia de Marvila	(*120)	16,48
(*117) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001048&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*118) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001048&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*119) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007128&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*120) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007128&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018			

Tab. 21 | Percentagem de edifícios não exclusivamente residenciais por localização geográfica | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

Percentagem de edifícios não exclusivamente residenciais por localização geográfica



Gráf. 20 | Percentagem de edifícios não exclusivamente residenciais por localização geográfica | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

De acordo com os dados recolhidos, tanto a Freguesia de Marvila como o Município de Lisboa viram a sua Percentagem de edifícios não exclusivamente residenciais por localização geográfica diminuir.

Em ambos os anos estudados, o município apresenta uma maior percentagem. No entanto, é a Freguesia de Marvila que constata um maior decréscimo - 11,11% face aos 5,39% do município.



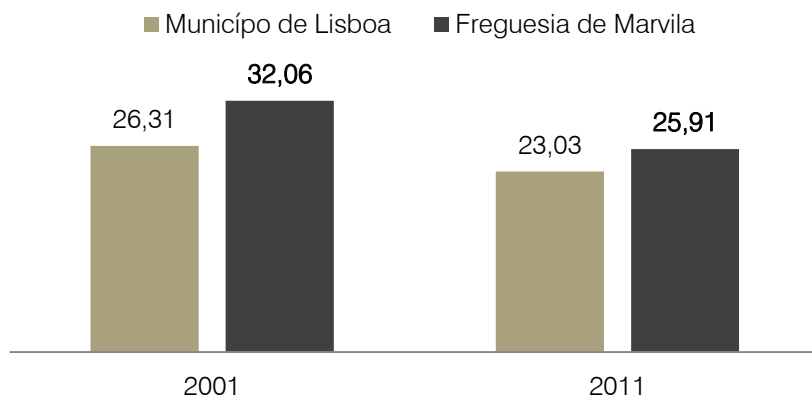
Fig. 51 | Arquivo Geral do Exército: Antigo Convento de São Félix e Santo Adrião de Chelas |
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_de_Chelas, consultado a 14/10/2018

Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência

Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência			
Ano	Área Administrativa	Fonte	Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência (min)
2001	Município de Lisboa	(*121)	26,31
	Freguesia de Marvila	(*122)	32,06
2011	Município de Lisboa	(*123)	23,03
	Freguesia de Marvila	(*124)	25,91
(*121) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000982&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*122) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000982&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*123) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007092&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018 (*124) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007092&contexto=bd&selTab=tab2 Consultado a 14/09/2018			

Tab. 22 | Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência



Gráf. 21 | Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

De acordo com os dados recolhidos, tanto a Freguesia de Marvila como o Município de Lisboa viram a sua Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência diminuir.

Em ambos os anos estudados, o município apresenta uma menor percentagem. No entanto, é a Freguesia de Marvila que constata um maior decréscimo - 19,18% face aos 12,47% do município.



Fig. 52 | Movimentos pendulares | Fonte:
<https://alunosonline.uol.com.br/geografia/migracao-pendular.html>, consultado a 14/10/2018

Com base nas tabelas elaboradas acima, é apresentado de seguida o Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Ambiental / Sustentável, que reflecte a posição da freguesia face ao município.

**Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Policentrismo da
Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa**

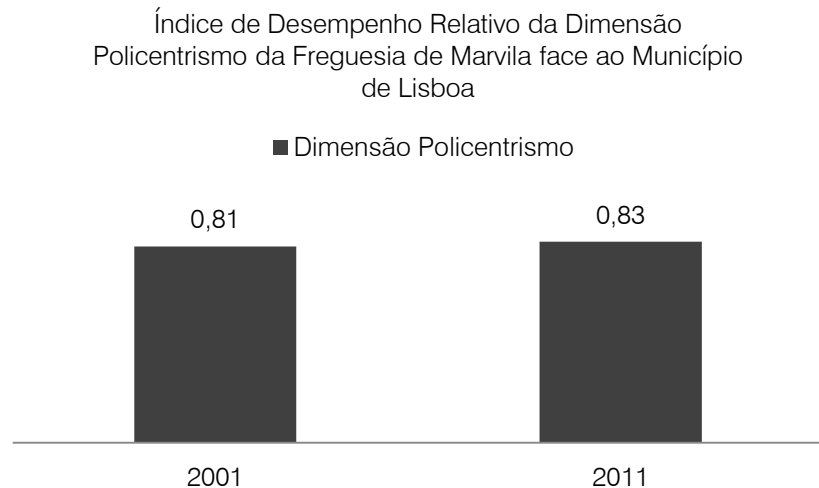
Indicadores	Positivo / Negativo	Posição Relativa		Desempenho Relativo	
		2001	2011	2001	2011
Percentagem de alojamentos superlotados / sobrelotados por localização geográfica	-	1,45	1,39	0,69	0,72
Densidade populacional por local de residência	+	0,92	0,93	0,92	0,93
Percentagem de edifícios não exclusivamente residenciais por localização geográfica	+	0,82	0,77	0,82	0,77
Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência	-	1,22	1,13	0,82	0,88
Dimensão Policentrismo	-	-	-	0,81	0,83

Tab. 23 | Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Policentrismo da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

Observando o Gráf. 22, podemos constatar que o desempenho relativo da Dimensão Policentrismo na Freguesia de Marvila em 2001 foi de 81% face ao valor de referência do Município de Lisboa. Em 2011, este valor constata-se ser 83%, o que representa um ligeiro aumento de aproximadamente 2,5%, em dez anos.

O Gráf. 23 permite visualizar o comportamento do desempenho relativo para cada um dos indicadores da Dimensão Policentrismo da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa. O indicador que regista uma melhoria clara no seu desempenho relativo de 2001 para 2011 é o Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência de 7,3%. Este é também o indicador que mais se aproxima de 1, ou seja, do desempenho relativo do município.

Os indicadores Percentagem de alojamentos superlotados / sobrelotados por localização geográfica e Densidade populacional por local de residência registam um ligeiro aumento do desempenho relativo, respectivamente 4,35% e 1,09%.

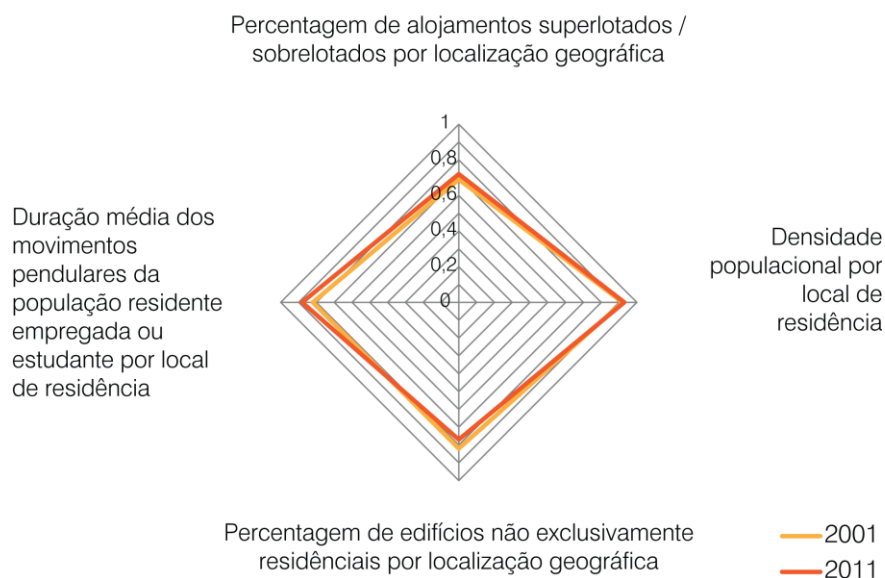


Gráf. 22 | Gráfico do Índice de Desempenho Relativo da Dimensão Policentrismo da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

O indicador Percentagem de edifícios não exclusivamente residenciais por localização geográfica apresenta um decréscimo do desempenho relativo face ao município de 6,01%.

Em suma, a Dimensão Policentrismo da Coesão Territorial na Freguesia de Marvila regista uma ligeira melhoria no período em análise.

Índice de Desempenho Relativo dos Indicadores da Dimensão Policentrismo da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa



Gráf. 23 | Índice de Desempenho Relativo dos Indicadores da Dimensão Policentrismo da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

4.5_Coesão Territorial

Após a recolha e tratamento de dados e consequentes comparações entre indicadores e análise global das dimensões, é possível, através do modelo de análise proposto, medir-se agora o nível de coesão da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa. Tal como proposto para cada dimensão, é também feita a média aritmética das quatro dimensões propostas para se aferir a Coesão Territorial. É apresentada abaixo a Tab. 24 que demonstra o nível de Coesão Territorial da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa, através do seu Desempenho Relativo.

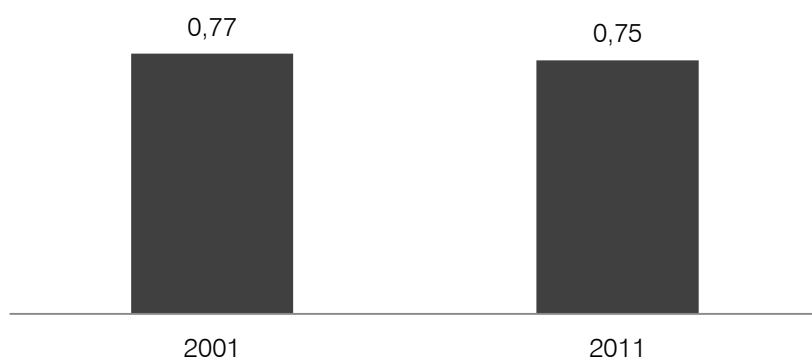
Índice de Desempenho Relativo da Coesão Territorial da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa		
Dimensão	2001	2011
Socioeconómica	0,65	0,68
Governança / Cooperação	0,55	0,56
Ambiental / Sustentável	1,07	0,91
Policentrismo	0,81	0,83
Coesão Territorial	0,77	0,75

Tab. 24 | Índice de Desempenho Relativo da Coesão Territorial da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

Observando o Gráf. 24, podemos constatar que o desempenho relativo da Coesão Territorial na Freguesia de Marvila em 2001 foi de 77% face

ao valor de referência do Município de Lisboa. Em 2011, este valor constata-se ser de 75%, o que representa um decréscimo de aproximadamente 2,6%, em dez anos. Ou seja, o nível de Coesão Territorial da Freguesia de Marvila diminuiu num espaço de dez anos face ao Município de Lisboa. De um modo geral, constata-se que a freguesia se encontra a 25 pontos percentuais daquilo que é o valor de referência, o município. Por outras palavras, o desempenho relativo da freguesia teria de crescer 33,33% para atingir este valor de referência.

Índice de Desempenho Relativo da Coesão Territorial da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa

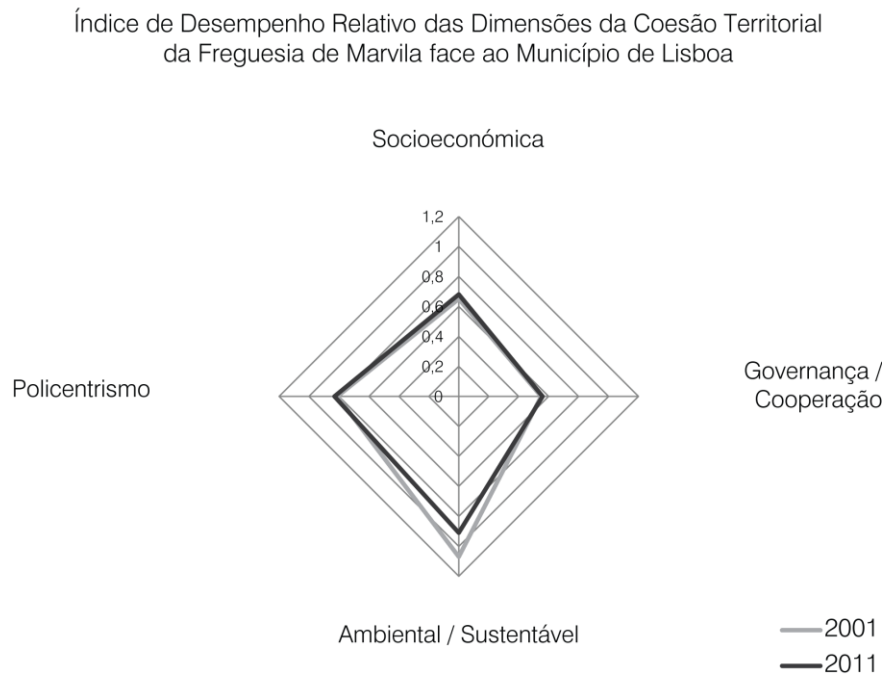


Gráf. 24 | Gráfico do Índice de Desempenho Relativo da Coesão Territorial da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

O Gráf. 25 permite visualizar o comportamento do desempenho relativo para cada uma das Dimensões da Coesão Territorial da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa. As dimensões que apresentam uma melhoria nos anos em estudo são a Socioeconómica, a Governança Cooperação e Policentrismo. No entanto, estas melhorias são ligeiras, variando entre 1,82% e 4,62%.

A dimensão que apresenta um decréscimo no seu desempenho relativo ao longo dos anos em estudo é a dimensão Ambiental / Sustentável, de 14,95%. Ainda assim, esta é a dimensão que mais se aproxima do valor de referência do município, apresentando um desempenho relativo de 91%. Este decréscimo é largamente justificado

pela considerável diminuição do desempenho relativo da Dimensão Ambiental / Sustentável, mas também pelos ténues aumentos nas outras dimensões, que não conseguiram contrariá-la.



Gráf. 25 | Índice de Desempenho Relativo das Dimensões da Coesão Territorial da Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa | Fonte: Ana Margarida Centeno, 2018

Em suma, a Coesão Territorial na Freguesia de Marvila face ao Município de Lisboa regista um ligeiro decréscimo no período em análise; o período em análise constata-se ser de estagnação na evolução do nível de Coesão Territorial.

5_Limitações, considerações finais e recomendações

No primeiro capítulo deste trabalho, *1.1_Âmbito, tema e objectivos*, foram definidos os objectivos para o mesmo. É pertinente recordá-los no contexto da apresentação de considerações finais, uma vez que é aos objectivos que estas devem corresponder. O objectivo deste trabalho – o seu propósito – definiu-se, como “a utilização do conceito de Coesão Territorial com vista à análise e diagnóstico prospectivo do território, nomeadamente como ferramenta para futura intervenção no mesmo”.

Assim, o trabalho cumpre o seu propósito ao providenciar ferramentas para futuras intervenções no território, ferramentas essas que incorporam duas vertentes com naturezas distintas: qualitativa e quantitativa. A primeira incidindo sobre acontecimentos históricos com impacto económico, social, urbanístico, político, etc., que podem auxiliar uma futura intervenção no território. A segunda visando medir o nível de coesão territorial da freguesia face ao município onde está inserida, de modo a expor efectivamente as necessidades mais prementes na persecução da coesão territorial.

Da primeira componente, a qualitativa, constata-se que a sua evolução até aos primeiros planos directores municipais contemporâneos (a partir do século XX) teve um desenvolvimento não formalmente dirigido; ou seja, tal como o resto da cidade, e antes da efectividade dos planos directores municipais, a cidade construiu-se a partir do modelo de “governança”. Este conceito, o da “governança”, introduzido no capítulo *2.1_Estado da arte*, é descrito como sendo a capacidade que os actores, grupos sociais e instituições (públicas, privadas e sector terciário) têm para construir um consenso organizacional e para concordar acerca da contribuição de cada uma das partes, com vista a uma visão comum. Ainda que a racionalização do conceito seja recente, pode dizer-se que foi este o mote de

construção do território de Marvila, a par com o da cidade de Lisboa até meados do século XX.

Com o Plano Geral de Urbanização de Lisboa, de 1948, observa-se uma atribuição de funções ao território e uma construção sistémica de um modelo de cidade planeada. Ou seja, a aplicação do conceito “governo” - que não é oposto ao de “governança” - mas que prima pelo domínio do poder estatal organizado através de agências formais e hierarquizadas do sector público e por procedimentos burocráticos. É então, nestas condições, que se vê formar o princípio daquilo que é o território de Marvila no início do século XXI. A alocação de usos no seu território através de planos de urbanização com vista ao alojamento de funcionários estatais definiu a maior parte daquilo que se veio a constatar ser um dos principais bairros de habitação social - ou renda moderada. Por outro lado, a ostracização constante do território de Marvila nos consecutivos planos de urbanização e planos directores, que identificaram o território como limite de concelho, e lhe alocaram, em vastas porções do seu território, funções terciárias, como área fabril e industrial, veio a constatar-se durante o largo período de desindustrialização como factor de empobrecimento, a vários níveis, do território.

Neste sentido, a componente qualitativa vem auxiliar futuras intervenções no território, formalizando um entendimento e uma percepção dita subjectiva, contextualizando aquilo que a abordagem quantitativa apenas refere com dados concretos.

A segunda componente, a abordagem quantitativa, baseou-se num modelo de análise da coesão territorial, adaptado à realidade da unidade territorial objecto de estudo, ou seja, a freguesia. Definindo e medindo indicadores para cada uma das suas quatro dimensões, foi possível apurar, para o período em análise (2001-2011), qual o desempenho relativo da freguesia de Marvila face ao município de Lisboa, ou seja, qual o grau de coesão territorial entre as duas unidades territoriais. O que esta abordagem permite é identificar quais

as dimensões e áreas de actuação que mais carecem de atenção por parte dos intervenientes no território, nomeadamente no caso de desenho de políticas públicas, uma vez que são estas que, usualmente, adereçam a temática da coesão territorial. Para além do desempenho relativo mais recente, permite também observar a sua evolução, isto é, permite ajudar à avaliação da eficácia de eventuais políticas já em vigor. Em suma, esta ferramenta pode contribuir para uma melhor alocação de recursos, nomeadamente públicos.

Da segunda componente, a quantitativa, verifica-se que de facto, aquilo que se constatou no capítulo 3 *Marvila* moldou aquilo que é a freguesia dos dias de hoje. Através do modelo de análise proposto, confirmou-se que a freguesia de Marvila não acompanhou o desenvolver do município de Lisboa. Da análise feita no capítulo 4 *Coesão Territorial no território de Marvila*, observa-se que para o ano de 2001, três das dimensões propostas para análise apresentam valores muito abaixo face ao município. Não obstante, para o ano de 2011 a freguesia constata continuar afastada daquilo que é o desempenho médio do município, apresentando até um decréscimo face ao ano de 2001.

É importante referir que, para uma futura intervenção no território, há que ter em conta os diferentes níveis de competências com poder efectivo de actuação. Por exemplo, na Dimensão Socioeconómica é essencialmente o governo central que detém poder de actuação - política fiscal, política laboral, etc. - enquanto que na Dimensão Governança / Cooperação é, por inerência, o governo local autárquico - recolha de resíduos urbanos, programas camarários, etc. Tal também significa que o trabalho agora desenvolvido é relevante para todas estes níveis de poder de administração pública, e não apenas para aquele mais directamente associado à unidade territorial em estudo.

Constatadas as respostas que o trabalho dispôs aos objectivos definidos para o mesmo, podem ser, então, avançadas recomendações com base nas mesmas. Estas recomendações

apresentam-se como exemplos de uma possível utilização das ferramentas para intervenção no território.

Convém, no entanto, ressaltar algumas limitações do trabalho, não só como apelo à prudência na leitura das recomendações, mas também como estímulo à continuação e aperfeiçoamento desta linha científica.

Apresentam-se, assim, algumas das limitações identificadas:

- O período temporal em análise na abordagem quantitativa, 2001-2011, data 8 anos de afastamento da data de publicação deste trabalho. Tal situação está ligada ao facto de a fonte da maioria dos dados ser os Censos (de 2001 e de 2011), sendo que os próximos serão apenas realizados em 2021. Assim, algumas das recomendações podem estar desactualizadas face à realidade actual;
- A disponibilidade de dados públicos para a unidade territorial freguesia é muito escassa, limitando-se praticamente aos Censos. Por essa razão, a análise quantitativa está quase totalmente dependente dos indicadores aí apurados. Será pertinente, em futuras aplicações do modelo, procurar novas fontes de informação que possibilitem a formulação de novos indicadores que acrescentem valor à análise;
- As análises que utilizam pressupostos estão sempre sujeitas a um grau de subjectividade. No caso deste trabalho, essa subjectividade está patente nos ponderadores dados a cada dimensão de coesão territorial, que permitem apurar o valor final do nível de coesão territorial, mas também, dentro de cada uma dessas dimensões, aos indicadores que as constituem. Será eventualmente necessário explorar formas de apurar com maior exactidão o valor dessas ponderações;
- Em consequência das limitações atrás expostas, algumas dimensões e alguns indicadores podem apresentar uma influência potencialmente desproporcional. Por exemplo, a dimensão Ambiental / Sustentável apresenta apenas dois indicadores. Dá-se o caso de, num deles, o

desempenho relativo da freguesia ter caído significativamente, o que motivou uma descida abrupta no desempenho relativo dessa dimensão que, por sua vez, motivou a queda do desempenho relativo total, mesmo tendo o desempenho relativo das outras três dimensões subido (ainda que ligeiramente). Assim, será especialmente importante encontrar indicadores para dimensões que os apresentem em menor número, por forma a tornar o modelo mais balanceado.

Expostas as limitações, pode, então, ser apresentado um conjunto de recomendações que visa essencialmente demonstrar a utilidade do desenvolvimento deste trabalho.

Tendo em conta as dimensões consideradas no modelo de análise, e os resultados do mesmo, a primeira recomendação, e o primeiro passo a seguir na melhoria do território de Marvila com vista à Coesão Territorial, é a redução dos desequilíbrios socioeconómicos e o reforço e melhoria dos processos territoriais de governança e cooperação. Assim, ainda que todas as dimensões da coesão territorial analisadas para a freguesia se observem com valores aquém dos do município, são as dimensões Socioeconómica (desempenho relativo de 0,68 em 2011) e Governança / Cooperação (desempenho relativo de 0,56) que, de forma clara, mais carecem de atenção.

Dado que a evolução de ambas as dimensões, no período temporal em análise, foi relativamente parecida, recomenda-se que seja dada primazia à dimensão da Governança / Cooperação, uma vez que é aquela que apresenta pior desempenho relativo.

Nesta dimensão, atentando os indicadores que a compõem, constata-se, por sua vez, que existe uma disparidade notória no desempenho relativo dos mesmos.

- O indicador *Percentagem de alojamentos familiares clássicos de residência habitual de proprietário de esfera estatal* apresenta, em 2011, um desempenho relativo de apenas 0,25. Apesar da evolução face a 2001 ser positiva - 25% -, o valor é reduzido o suficiente para justificar a

priorização deste indicador. Do ponto de vista do universo da arquitectura e do urbanismo, recomenda-se ao poder local a progressiva dispersão pela cidade deste tipo de alojamentos, por forma a potenciar uma cidade mais equilibrada e, em consequência, mais coesa. No entanto, convém ter em conta a história destes alojamentos, muitos deles com várias décadas de existência. Neste sentido, recomenda-se sensibilidade para este facto. Uma das possibilidades seria assegurar a permanência dos moradores mais antigos; outra seria, aquando de um eventual realojamento em novas unidades, ter em consideração a própria toponímia, por exemplo, nomeando eventuais novos blocos habitacionais com referência aos antigos, mesmo que noutras zonas da cidade.

- Ainda na mesma dimensão, o indicador *Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos* apresenta um desempenho relativo, em 2011, de 0,56, o que representa um decréscimo face ao valor de 2001 - 0,61. Por outras palavras, este indicador contribuiu para um decréscimo da coesão territorial entre a freguesia e o município. Neste caso deve aferir-se se algum constrangimento urbanístico está a contribuir para esta evolução e, caso assim seja, sugerir uma resposta.

É importante, neste ponto, fazer uma nota. Poderia considerar-se que, dados os valores reais do indicador *Percentagem de edifícios sem sistema de recolha de resíduos urbanos* poderem ser considerados baixos - em 2011, de 4,68% no município e de 8,31% na freguesia -, a intervenção neste indicador não ser prioritária. No entanto, geralmente, valores de indicadores considerados positivos, especialmente se assim se mantiverem ao longo do tempo, indicam que o que está a ser medido pode ser já considerado como básico, ou seja, como algo legitimamente expectável no estado actual de uma sociedade. Assim, desempenhos relativos reduzidos neste tipo de indicadores continuam a carecer de atenção. Por exemplo, pode ser considerado consensual que haver 2% de população sem electricidade exige uma muito maior

atenção do que haver 2% de população sem acesso a televisão por cabo. Neste caso, assegurar que haja 0% da população sem electricidade é um imperativo de basilar dignidade, assim como o é assegurar que 100% dos edifícios tenha acesso a sistemas de recolha de resíduos urbanos.

- Na dimensão Socioeconómica, o modelo dita que, em 2011, os indicadores com pior desempenho relativo são a *Percentagem de população residente com ensino superior por local de residência* - 0,29 - e a *Percentagem de população analfabeta por local de residência* - 0,47. No entanto, enquanto o primeiro indicador apresenta uma evolução positiva apreciável no seu desempenho relativo, o segundo apresenta uma evolução negativa. Adicionalmente, e como supra explicado, o facto de os valores propriamente ditos de percentagem de analfabetismo serem reduzidos - de 3,21% no município e de 6,85% na freguesia, em 2011 - confirmam que se trata de algo considerado básico na sociedade, como o são ler e escrever. Assim, do ponto de vista da coesão territorial, a percentagem de analfabetismo indicia ser um problema mais premente. Do ponto de vista da arquitectura e do urbanismo, importa perceber que factores das disciplinas podem ter impacto neste indicador, nomeadamente, e especialmente nas faixas etárias mais jovens, a acessibilidade a locais de ensino, a arquitectura e urbanismo dos locais de residência como potenciadoras de ostracização, etc.

Um factor de consideração imprescindível é, igualmente, a interdependência entre indicadores e dimensões. Os resultados da Freguesia de Marvila expõem aquilo que indicia ser um caso claro de interdependência. Na Dimensão Ambiental / Sustentável, de 2001 para 2011, o desempenho relativo do indicador *Percentagem de utilização de automóvel ligeiro nos movimentos pendulares por local de residência* sofre uma queda de 1,52 para 1,25. Paralelamente, na dimensão Policentrismo, o indicador *Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de*

residência regista uma melhoria de 0,82 para 0,88. Possivelmente, as variações dos desempenhos relativos dos dois indicadores estarão ligadas, o que, do ponto de vista do urbanismo, pode indicar que a utilização de veículos ligeiros é mais eficaz do que a utilização de transportes colectivos. A ser esse o caso, no que diz respeito à coesão territorial, tornar os transportes colectivos tão eficazes como os veículos ligeiros seria automaticamente um ganho, pois seria neutro do ponto de vista do policentrismo, porém positivo do ponto de vista ambiental.

Ainda na dimensão Policentrismo, um interessante caso de interdependência pode encontrar-se no indicador *Percentagem de edifícios não exclusivamente residenciais por localização geográfica*. Fazendo uso de toda a história industrial de Marvila, e entendendo o valor acrescentado que essa história traz ao território, é recomendável que se facilite a potenciação desse património por parte da iniciativa privada, nomeadamente em aplicações não residenciais. A atracção de investimento resulta na criação de variados tipos de empregos em negócios sustentáveis no tempo, tanto directos, como indirectos através de todos os pequenos negócios que, geralmente, o circundam. Assim acontecendo, é de probabilidade elevada a descida dos valores dos indicadores *Percentagem de desemprego na freguesia* e *Percentagem de população residente cujo principal meio de vida são as categorias subsídio de desemprego, RSI / RMG e apoio social*, e ainda a descida dos valores do indicador *Percentagem de edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados*, ou seja, três indicadores da dimensão Socioeconómica - atestando sempre a interdependência entre as duas dimensões. Este exemplo reflecte uma acção de alta eficácia do ponto de vista da coesão territorial, uma vez que tem impacto positivo em pelo menos quatro indicadores de duas dimensões diferentes. Esta recomendação é também um exemplo notável do importante papel que a arquitectura e o urbanismo podem desempenhar na reversão da estagnação da coesão territorial entre a freguesia de Marvila e o município de Lisboa, muito para além das

próprias disciplinas. Concretamente, a recomendação vem evidenciar a absoluta necessidade e a urgência da reabilitação da estrutura edificada na aplicação de políticas de coesão territorial.

Em suma, os exemplos de recomendações expõem a utilidade das abordagens desenvolvidas neste trabalho como ferramentas de intervenção no território do ponto de vista da coesão territorial. Permitem, acima de tudo, a priorização de políticas e acções através do entendimento da premência e eficácia das mesmas, tendo em conta a realidade actual e histórica do território em causa.

Bibliografia

Alves, Daniel R., *Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX*. Lisboa, 2011

Ascher, F., *Novos Princípios do Urbanismo. Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. 3ª Edição. Livros Horizonte, 2012. ISBN 978-972-24-1672-2

BIP / ZIP¹, <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/bipzip-2018-em-acao>, [Consultado a 27/08/2018]

BIP / ZIP², *Carta Final dos BIP / ZIP - Relatório da Consulta Pública*, 2010. Câmara Municipal de Lisboa.

Brito, V.; Camarinhas, C.T.F., *Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa (1938)*. Caderno do Arquivo Municipal, n.º 9, p.163-189. Câmara Municipal de Lisboa, 2007

Choay, F., *The modern city: planning in in the 19th century*. Traduzido por: Collins, G. R. e Hugo, M. Nova Iorque: George Braziller, 1969

D.R.1 1ª Série. 216 - 8 de Novembro de 2012, Lei n.º 56/2012, Capítulo III, Artigo 11.º

D.R.2 2ª Série. 168 - 30 de Agosto de 2012, Deliberação.

Eugénio Alves da Silva, «As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais», *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 12 | 2013, posto online no dia 01 março 2015, consultado no dia 07 Setembro 2018. URL : <http://journals.openedition.org/ras/740>. DOI: 10.4000/ras.740

ESPON1, *Governance of Territorial and Urban Policies from EU to Local Level - Final Report, Part I*. ISBN 84-690-3088-4. 2006

ESPON2, Governance of Territorial and Urban Policies from EU to Local Level - Final Report, Part II. ISBN 84-690-3088-4. 2006

ESPON3, The role, specific situation and potentials of urban areas as nodes in a polycentric development - Second interim report. 2003

Fadigas, L., Território e Poder - O uso, as políticas e o ordenamento. Edições Sílabo, Lda, 2017. ISBN 978-972-618-889-6

Faludi, A., Territorial cohesion: an unidentified political objective. Town Planning Review. ISSN 0041-0020. Vol. 76, nº1, 2005, p. 1-13

Lisboa, C.M., Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024 - Como transformar numa cidade inovadora, criativa e capaz de competir num contexto global, gerando riqueza e emprego? Câmara Municipal de Lisboa, 2009. Comissário: Augusto Mateus [Consultado a 26/02/2018]

Lisboa, C.M.1, Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024 - Proposta (Documento síntese). Câmara Municipal de Lisboa, 2009 [Consultado a 26/02/2018]

Lisboa, C.M.2, Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024 - Relato da pergunta 1 – Como recuperar, rejuvenescer e equilibrar socialmente a população de Lisboa? Câmara Municipal de Lisboa, 2009. Comissária: Ana Pinho [Consultado a 26/02/2018]

Lisboa, C.M.3, <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano>, [Consultado a 20/08/2018]

Lisboa, C.M.4, Relatório do Estado do Ordenamento do Território - Sumário Executivo. Departamento de Planeamento Urbano, Câmara Municipal de Lisboa, 2009

Lisboa, C.M.5, Habitação e Mercado Imobiliário na Área Metropolitana de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 2005. Coordenação: João Seixas. ISBN 972-98632-3-7

Lisboa, C.M.6, Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa - 20011-2024. Câmara Municipal de Lisboa.

Lisboa, C.M.7, <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/juntas-de-freguesia/freguesia-de-marvila>, [Consultado a 21/10/2018]

Marvila, J. de F.; <http://jf-marvila.pt/> [Consultado a 26/07/2018]

Medeiros, E., Territorial Cohesion: An EU concept. European Journal of Spacial Development. ISSN 1650-9544. Nº60, 2016, p. 1-30

Meijers, E., Waterhout, B., Zonneveld, W., Closing the Gap: Territorial Cohesion through Polycentric Development. European Journal of Spacial Development. ISSN 1650-9544. Nº24, 2007

Miranda, R., Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental?: um estudo no 1º Ciclo. Universidade de Lisboa, 2009. Tese de Mestrado.

Pereira, N.T., Pátios e vilas de Lisboa, 1870 - 1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*, Vol. XXIX (127), 1994

Silva, E., As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais. *Revista Angolana de Sociologia*. DOI 10.4000/ras.740. Nº12, 2013

SIPA,
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=29601 [Consultado a 28/10/2018]

Sousa, F., A população portuguesa no início do século XIX. *População e Sociedade*. ISSN 0873-1861. Nº2, 1996, p. 9-75

UMVI1, Programa Nacional para a Coesão Territorial. 2016

União Europeia¹, https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/europe-day/schuman-declaration_pt [Consultado a 04/12/2018]

Ventura, A. As Guerras Liberais 1820 - 1834. Quidnovi, 2008. ISBN 9789896280000

Viver Marvila¹, <https://blogs.sapo.pt/profile?blog=vivermarvila>,
[Consultado a 27/08/2018]

_Anexos

Indicator - Socioeconomic (distribution) Dimension	Component	Source
EU Human Development Index	<i>Transversal</i>	(EC, 2010a)
GDP	Income	Several
Competitiveness Index	Income	(EC, 2010a)
Net adjusted disposal income of private households	Income	(EC, 2010a)
Tertiary education	Knowledge	Several
Access to the information society	Knowledge	(EC, 2007a)
Research Centres	Entrepreneurship	Several
Productivity	Productivity	Several
Employment Rate	Employment	Several
Patents granted	Innovation	(Medeiros, 2010)
Libraries	Culture	Several
Physicians	Health	Several
Poverty Rate	Exclusion/Inclusion	(Medeiros, 2010)
Criminality Rate	Security	(Medeiros, 2010)
Access to public transports	Basic Infrastruc.	Several
Schools	Public Services	Several
Indicator – Cooperation/Governance Dimension	Component	Source
Cooperation Projects Intensity (same territorial level)	H. Cooperation	(ESPON atlas, 2006)
Twin Cities	H. Cooperation	(Medeiros, 2005)
Inter-Municipal Cooperation	H. Cooperation	(ESPON, 2004)
Cooperation Projects Intensity (different territorial level)	V. Cooperation	(ESPON atlas, 2006)
Regional and Local Cooperation Associations	V. Cooperation	(Medeiros, 2005)
E-government use/availability	T. Governance	Eurostat
Administrative Decentralisation	T. Governance	(EC, 2004b)
Participation in Elections	T. Governance	(EC, 2004b)
Cooperation Projects Intensity (same territorial level)	H. Cooperation	(ESPON atlas, 2006)
Twin Cities	H. Cooperation	(Medeiros, 2005)
Inter-Municipal Cooperation	H. Cooperation	(ESPON, 2004)
Cooperation Projects Intensity (different territorial level)	V. Cooperation	(ESPON atlas, 2006)
Regional and Local Cooperation Associations	V. Cooperation	(Medeiros, 2005)
E-government use/availability	T. Governance	Eurostat
Administrative Decentralisation	T. Governance	(EC, 2004b)
Participation in Elections	T. Governance	(EC, 2004b)
Indicator – Environmental/Sustainability Dimension	Component	Source
Renewable Energy Production	Energy	(Medeiros, 2005)
Energy Efficiency	Energy	(DPP, 2009)
Eco-Efficiency	Energy	(DPP, 2009)
Waste Treatment	Envir. – Health	(EC, 2010a)
Protected areas	Biodiversity	(Medeiros, 2010)
Environmental Risk Reduction	Environment	(ESPON 3.2, 2006)
Polycentric Index	Transversal	(ESPON, 2004)
City Rankings	Hierarchy	(ESPON, 2004)
Specialized Functions	Hierarchy	(Medeiros, 2005)
Population Density	Density	(Medeiros, 2005)
Compact City Form	Density	(ESPON 3.2, 2006)
Road Density	Density	(Medeiros, 2005)
Transports Accessibilities	Connectivity	(Medeiros, 2005)
Accessibility to Infrastructures	Connectivity	(ESPON 3.2, 2006)
Telecommunications Infrastructures	Connectivity	(Medeiros, 2005)
Indicator – Polycentricity (Morphology) Dimension	Component	Source
Polycentric Index	Transversal	(ESPON, 2004)
City Rankings	Hierarchy	(ESPON, 2004)
Specialized Functions	Hierarchy	(Medeiros, 2005)
Population Density	Density	(Medeiros, 2005)
Compact City Form	Density	(ESPON 3.2, 2006)
Road Density	Density	(Medeiros, 2005)
Transports Accessibilities	Connectivity	(Medeiros, 2005)
Accessibility to Infrastructures	Connectivity	(ESPON 3.2, 2006)
Telecommunications Infrastructures	Connectivity	(Medeiros, 2005)